



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL MPPGAV

Rodrigo Araújo de Sá Pereira

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE: ESTUDO REALIZADO ENTRE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO**

**João Pessoa-PB
2018**

RODRIGO ARAÚJO DE SÁ PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE: ESTUDO REALIZADO ENTRE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional MPPGAV, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

João Pessoa-PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436p Pereira, Rodrigo Araújo de Sá.
Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo / Rodrigo Araújo de Sá Pereira. - João Pessoa, 2018.
143 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/MPPGAV.

1. Biblioteca técnico-acadêmica - Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo. 2. Acessibilidade. 3. Acesso à informação. 4. Pessoa com deficiência. 5. Inclusão. I. Título.

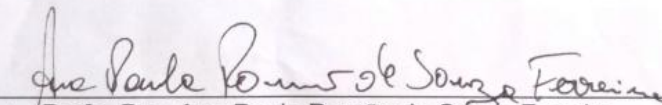
RODRIGO ARAÚJO DE SÁ PEREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E
ACESSIBILIDADE: ESTUDO REALIZADO ENTRE USUÁRIOS COM
DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA –
CAMPUS CABEDELO

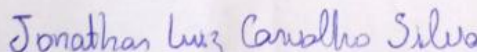
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas,
Gestão e Avaliação da Educação Superior, em nível de Mestrado Profissional,
sob a responsabilidade do Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior,
como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 28/02/2018

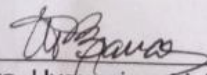
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Orientadora (MPPGAV)



Prof. Dr. Jonathan Luiz Carvalho Silva
Membro Titular (Externo) (PPGB/UFCA)



Profa. Dra. Uyguaciara Veloso Castelo Branco
Membro Titular (Interno) (MPPGAV)

***Dedico essa Dissertação a todos que,
de alguma forma, ajudaram em seu desenvolvimento.***

***Não importa aonde você parou...
Em que momento da vida você cansou...
O que importa é que sempre é possível e necessário "Recomeçar".
Recomeçar é dar uma chance a si mesmo...
É renovar as esperanças na vida e o mais importante...
Acreditar em você de novo.***

(Carlos Drummond de Andrade)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maurineide, por ter feito todos os sacrifícios para que eu sempre tivesse uma educação de qualidade.

À minha família, que mesmo distante, quando nos encontrávamos, sempre vinha com palavras de apoio.

À minha namorada e companheira de todas as horas, Natália Pessoa, que me ajudou nos gráficos, na revisão desse trabalho e que esteve comigo em todos os momentos desde que começamos dando uma força incrível e me motivando, mesmo quando eu não tinha paciência para escrever. – *“E no meio de tanta gente eu encontrei você...”*.

Aos meus amigos do meu amado e querido estado, Pernambuco, em especial a Itamar Cordeiro e Judith Cavalcante, por terem dado contribuições significativas para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus amigos-irmãos que a vida me agraciou, Gustavo Nogueira (Gugãããããoooo), por estar sempre em alerta para me ouvir, conversar, orientar, ajudar e querer o meu bem; Giulianne Monteiro (Giiiiiiuuuuuuuuoooo), por se dispor a me orientar, conversar e me ouvir em todas as vezes que nos encontrávamos e por me inspirar e dar ideias para que esse trabalho saísse do papel, além de amar e ser fã de vocês dois, eu me inspiro demais e quero um bem tão grande que nem consigo explicar, meu muito obrigado.

Aos meus amigos-irmãos que pude ter a honra de conhecer e de fazer parte da família, Lúcio Dias, Lidiane Lima e Maíra (Maroca, Maricota, Malaíra...), por sempre estarem ao meu lado, desde que eu me entendo por gente, por sempre terem me dado força, por me fazerem acreditar em mim, por cuidarem de mim, por NUNCA me abandonarem e por sempre querer o meu bem acima de qualquer outra coisa, além de me incentivarem, desde o começo, a fazer esse mestrado, meus agradecimentos eternos e incalculáveis. Amo vocês demais.

Aos meus amigos do Mestrado, por estarem nessa jornada que está se encerrando, meu muito obrigado por me ajudarem em todas as oportunidades.

Aos meus amigos-irmãos TOPS que o Mestrado me deu, André Domingos, Anna Regina, Katiane Cunha, Maria José e Vanicleide Jovito, cada um do seu jeito foi e é importante nessa caminhada. Andrezão, pela sua forma de cativar, ajudar, dar “brincas”, pegar no meu pé sempre pensando no meu sucesso, foi e é um

verdadeiro irmão que esse Mestrado me deu, desde as nossas caminhadas, até nossas conversas na “BS” e nos grupos de whatsapp, mas o melhor mesmo foi saber que ele é o mais novo torcedor do Glorioso Clube Náutico Capibaribe. Anninha, pelo seu jeito decidido e divertido de ser, suas preocupações e conversas, sempre pensando no bem, uma amiga de verdade que ganhei nessa caminhada. Kati, por seu jeito maluco de ser, das conversas e da sua torcida pelo meu sucesso. Maria, não há palavras para descrevê-la, um verdadeiro Anjo da Guarda de todos nós, sempre presente, sempre dando força, sempre nos ajudando e se dispondo em todos os sentidos, o que seria de mim sem Maria? Um exemplo de profissional e de amiga. Vani, com seu jeito meigo e doce, uma verdadeira “lady”, sempre ajudando, conversando e apoiando em todos os momentos. A vocês todos, meus mais sinceros agradecimentos e admiração. Só fato de ter conhecido vocês, já valeu a pena ter feito esse Mestrado. Amo vocês.

À professora Uyguaciara Veloso, por ser essa pessoa e profissional tão ESPETACULAR (e com letras maiúsculas), por ter aceitado o convite de participar da banca, por ter me ajudado em todos os momentos que precisei e por ter dado o norte para essa pesquisa, meu muito obrigado. Sou seu fã incondicional.

Ao professor Jonathas Carvalho, que desde o começo tem me ajudado no Mestrado, tem me apoiado e por ter aceitado e me dado a honra de participar da banca, por ser meu amigo e por ser esse profissional sensacional e ser um verdadeiro exemplo a ser seguido, muito, mas muito obrigado mesmo. Com certeza, estou na primeira fila segurando um cartaz, com uma faixa na cabeça com seu nome escrito nela (*risos*).

À minha querida, espetacular, sensacional e tantos outros termos que não caberiam aqui (*puxa saco mesmo, eu*), professora Ana Paula Romão. Primeiramente, você já sabe, em segundo lugar, por ter me aguentado nesse período de orientação, por ter acreditado em mim, por ter me motivado e me mostrado os caminhos para que eu conseguisse escrever, por ter me ensinado a *esticar o bebê*, por ter feito todos os momentos que estivemos juntos serem tão fantásticos e enriquecedores para mim. O respeito, a admiração, que tenho por você, são infinitos. Muito obrigado, Do fundo do meu coração.

Muito Obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa tratou de um estudo sobre a aplicação das políticas públicas de educação e informação para pessoas com deficiência. Ela buscou esclarecer o seguinte questionamento: como a biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, tem atuado com a execução de políticas, programas, projetos e práticas públicas gerais de educação para pessoas com deficiência? O referencial teórico explanou brevemente legislações, resoluções e normas brasileiras a respeito da acessibilidade. Trouxe, também, o conceito de informação e analisou se os servidores da referida biblioteca estão preparados para atender a esse público e se esse usuário está satisfeito com o serviço oferecido. O estudo teve como objetivo geral: investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência. Para isso, a metodologia utilizada se caracterizou por ter tido aspectos descritivo, bibliográfico e documental, além de ter feito um estudo de caso. Houve coleta e análise de dados através de questionário misto com os usuários com deficiência e o tratamento desses dados se deu nas formas quantitativa. Buscou compreender a exclusão e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade com breve histórico. Por fim, foram apontadas recomendações com o intuito de melhorar o serviço oferecido pela Biblioteca.

Palavras Chave: Biblioteca técnico-acadêmica - Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo. Acessibilidade. Acesso à informação. Pessoa com deficiência. Inclusão.

ABSTRACT

This research deals with a study on the application of public policies of education and information for people with disabilities. It seeks to clarify the following question: How has the library of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cabedelo been acting with the execution of policies, programs, projects and general public practices of education for people with disabilities? The theoretical framework briefly explains Brazilian legislations, resolutions and norms regarding accessibility. It also brings the concept of information and analyzes if the servers of that library are prepared to serve this public and if that user is satisfied with the service offered. The objective of the study is to investigate the implementation of public education and information policies in the library of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cabedelo, aiming to understand the perspectives of inclusion and information accessibility for people with disabilities. and as objectives specific: a) to discuss the construction and execution of public education and information policies applied to libraries; b) verify how the service is offered to users with disabilities; and c) to propose strategies for the application of policies, programs and projects of the library of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - Campus Cabedelo for inclusion and accessibility for people with disabilities. For this, the methodology used is characterized by descriptive, bibliographic and documentary aspects, besides making a case study. There is collection and analysis of data through a mixed questionnaire with users with disabilities and the treatment of this data will occur in quantitative and qualitative forms. It seeks to understand the exclusion and inclusion of people with disabilities in society with a brief history. Finally, recommendations will be made to improve the service offered by the Library.

Keywords: Technical-academic library - Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo. Accessibility. Access to information. Disabled person. Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico - 1	Qual tipo de deficiência apresenta.....	86
Gráfico - 2	Por qual motivo frequenta a biblioteca.....	88
Gráfico - 3	Qual principal serviço utiliza na biblioteca.....	89
Gráfico - 4	Qual atividade a biblioteca deveria priorizar para atrair o usuário com deficiência.....	91
Gráfico - 5	Como você avalia a acessibilidade na biblioteca.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1	Alguns Pensadores, Filósofos e Estudiosos e suas Obras com o tema ESTADO.....	30
Quadro - 2	Importantes Convenções sobre Acessibilidade.....	42
Quadro - 3	Tratamento de Pessoas com Deficiência nas Principais Civilizações ao Longo do Tempo.....	56
Quadro - 4	Conceitos das deficiências apresentadas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.....	65
Quadro - 5	Quadro 5 – Definições dos termos, de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.....	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	18
3	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	26
3.1	Múltiplas conceituações de Estado e a Convenção de Salamanca.....	26
3.2	Políticas de inclusão e acessibilidade.....	55
3.3	A deficiência sob o ponto de vista do Estado.....	63
4	GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO APLICADAS EM BIBLIOTECAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	70
4.1	Exclusão, inclusão e globalização.....	70
4.2	Sociedade da Informação.....	73
4.2.1	<i>Políticas públicas de informação em bibliotecas: perspectivas no contexto da inclusão e acessibilidade informacional</i>	79
5	ANÁLISE DOS DADOS	85
5.1	Questionário com os usuários.....	85
5.2	Entrevista com os Bibliotecários.....	97
5.3	Entrevista com o Diretor.....	106
5.4	Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB.....	112
5.5	Produção Técnica: recomendações.....	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICES	129
	ANEXOS	133

1 INTRODUÇÃO

Ao se pensar em políticas públicas que dêem conta de uma educação superior com qualidade social, faz-se necessário promover a inclusão por meio da acessibilidade informacional atendendo as mais variadas alternativas. Isso se torna um dos principais compromissos a serem perseguidos por gestores educacionais e pelas próprias unidades de ensino.

A Constituição Federal (1988) garante o direito à informação como sendo um direito de todos os cidadãos e cidadãs. O alcance à informação e, conseqüentemente, à leitura, é coberto pela Constituição. Dessa forma, a garantia deste direito está relacionada à democratização da sociedade como um todo e exercício da cidadania (MARTINS, 2002, p. 158).

A busca de uma maior inclusão de pessoas com deficiência nas mais diversas camadas da sociedade é uma realidade vivida nos tempos atuais, exigindo quebra de barreiras, avanços sociais e beneficiando a adaptação das pessoas com deficiência às circunstâncias que a vida em sociedade lhes impõe. Esse processo de adequação e a tentativa de execução dele, procura englobar os mais variados sistemas sociais, tais como etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos (SASSAKI, 2009, p.1).

O “padrão” estabelecido pela sociedade são pessoas andando, falando, produzindo, escrevendo, controlando suas vidas em uma espécie de acordo com normas sociais. Mas, existem pessoas as quais não fazem isso tudo e essa diferença pode ser entendida como deficiência, que é considerada uma Insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão, de uma função psíquica ou intelectual (HOUAISS, 2009, p.606), ou ainda aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2009).

A acessibilidade informacional e a participação de pessoas com deficiência no ensino superior e técnico é um fato recente, que precisa, para ser adequado, criar produtos e serviços que possam acolher as demandas que emergem desse cotidiano, sendo um desafio para todos que estão envolvidos com o ensino, pesquisa e extensão.

A ideia é que a educação não serve apenas à sociedade, ou à pessoa na sociedade, mas à mudança social e à formação conseqüente de sujeitos e agentes na/da mudança social (BRANDÃO, 2010, p. 35). A educação, portanto, passa a ser

um dos pilares na inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, pois ela muda a forma de pensar, de agir do cidadão com relação à pessoa com deficiência.

A nossa experiência profissional tem início no ano de 2006, em bibliotecas escolares. Esse período de bibliotecário escolar durou até 2011, ano inicial dos trabalhos no serviço público federal, na Universidade Federal de Sergipe. Após três anos, houve uma redistribuição para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, onde o trabalho passou a ser em uma biblioteca técnico-acadêmica (atende a diferentes segmentos educacionais, desde educação fundamental, passando por ensino técnico, até o ensino superior).

E foi a partir da chegada ao novo ambiente de trabalho, no IFPB de Cabedelo, que o interesse pela temática foi surgindo. Ao percebermos um ambiente inadequado para os usuários, com e sem deficiência, que alguns questionamentos, como por exemplo, o tamanho da biblioteca, a segurança para os materiais, a acessibilidade para os seus usuários, começaram a surgir.

Após a entrega do novo prédio da biblioteca em meados de 2015, transferindo a unidade de informação que ficava em um laboratório de química para um enorme prédio, aparentemente estruturado, fez com o questionamento do corrente projeto fosse se solidificando. Isso porque mesmo com um espaço maior, durante a mudança, percebeu-se que o novo imóvel não estava adequado para receber usuários com deficiência.

No entendimento da Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes, sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Mesmo com uma entrada sem obstáculos, ainda faltam pisos táteis, corrimãos para auxiliar usuários com alguma dificuldade de locomoção, isso na entrada.

Dentro do imóvel, foi detectada a falta de sinalização para pessoas com problemas visuais, além de profissionais melhores capacitados para um atendimento com qualidade para os usuários com deficiência.

De início, a preocupação em realizar essa pesquisa era sinalizar aos gestores do IFPB – Campus Cabedelo uma melhoria nas instalações físicas do ambiente. Mas, no decorrer do Mestrado, foi-se percebendo que, além desse problema, a preocupação se daria, também, com resultado da busca pela informação feita pelos

usuários com deficiência, se eles estavam tendo a resposta para seus questionamentos. A ida deles à biblioteca na busca por livros, informações ou pesquisas na biblioteca identificou uma falta de preparo no atendimento a eles. Capacitações através de cursos, como LIBRAS, por exemplo, seriam de grande valia para esse tipo de situação.

Uma melhor parceria entre a biblioteca e os intérpretes e cuidadores desses usuários seria bastante interessante, visto que, muitas vezes, são eles quem se contatam com os funcionários. A falta de sinalização para pessoas com deficiência, a falta de avisos em *Braille*, ou mesmo, a falta de visita dirigida a esses alunos, também são motivação para o despertar do interesse em realizar esse trabalho. Materiais bibliográficos específicos para esse público também não existem na biblioteca, ou seja, usuários com deficiência ficam mais dependentes de seus acompanhantes ao se dirigirem à unidade de informação.

Na sociedade, durante anos, a pessoa com deficiência era vista como incapaz, como alguém que não contribuiria para o melhor convívio social, já que era tida como “diferente”. Com o passar dos anos, a luta pela mudança desse pensamento foi constante. Pessoas com deficiência provaram e continuam provando a todos seu valor e mostram que são capazes de realizar trabalhos, praticar esportes, enfim, provam que podem ser inseridas na sociedade.

A “diferença” vista por muitos pode ser minimizada quando há políticas de inclusão com foco na acessibilidade estabelecida pelo Estado, com o intuito de inserir as pessoas com deficiência no convívio social. Esclarecer a sociedade sobre esse tema e o quanto as pessoas com deficiência podem ser incluídas no cotidiano também fortalecem o embasamento para a discussão entre todos.

Nos debates acerca da diversidade humana, o “diferente” traz consigo certo incômodo, por parte da sociedade, do que se diz convencional. O Dicionário Houaiss (2009, p. 701) explica que o termo diversidade é qualidade daquilo que é diferente, diverso, variado. No mesmo dicionário, ainda há outros significados para a referida palavra, tais como oposição, desacordo, contradição.

Assim, algo que não se enquadra nos padrões impostos pela sociedade acaba sendo excluído. Nas relações humanas, essa exclusão traz consigo o preconceito, a indiferença, desconhecimento por parte da população acerca das dificuldades enfrentadas pelas pessoas marginalizadas. A contradição, dita pelo Dicionário, pode ser entendida como uma deficiência, uma condição social, um

gênero, uma cor de pele, uma opinião diferente de outras pessoas e isso é o bastante para que haja a exclusão.

Ao mesmo tempo em que há diferenças entre pessoas da mesma sociedade, há quem lute por condições e oportunidades para todos. Movimentos sociais buscam a todo instante, falar com a sociedade, explicar o que é o preconceito, como ele pode ser entendido e ser combatido. Eles, juntamente com parte da população e da classe política, tentam trazer para o debate a inclusão de todos nos mais variados níveis e formas da sociedade.

A educação das crianças nas escolas é uma forma de conscientizar as futuras gerações, de uma maneira mais clara, de como a exclusão é prejudicial a todos. Esses cidadãos mais jovens, tendo mais leitura, mais informação, sendo orientados para fazer uma sociedade mais justa e com condições para todos, poderão fortalecer essa luta por uma igualdade na sociedade. Um dos papéis importantes das escolas é o de desenvolver o pensamento dos alunos, a sua capacidade de analisar e generalizar os fenômenos da realidade, de raciocinar corretamente (KOSTIUK, 2003, p. 25).

O Estado deve permitir o alcance à leitura para todas as pessoas, de todas as idades. Tentar ser mais ágil na realização e aplicação de leis que visem minimizar os efeitos causados pela exclusão e pelo preconceito. Ele precisa encurtar a busca pela informação por parte das pessoas, fazendo com que ela esteja ao alcance de todos. Isso acaba passando pela forma como as pessoas buscam essas informações, a procura por elas, como ela é feita, quais dificuldades as pessoas têm.

Um país só consegue atingir um desenvolvimento quando sua população possui educação, já que ela é uma das principais bases para o entendimento e enfrentamento de problemas. Além do desenvolvimento da nação, o desenvolvimento e crescimento individual passa por uma educação de qualidade e voltada para o fazer pensar, o fazer entender. E todos, sem exceção, têm o direito de tê-la.

A temática Acessibilidade tem sido discutida por ONGs, estudiosos, instituições de ensino, pelo Estado, em diferentes áreas do conhecimento e é necessário que as Instituições de Ensino Superior (IES) acompanhem tais debates, objetivando cumprir o papel de promover a acessibilidade informacional, mediar e disseminar a informação a todos os usuários de forma igual. Um exemplo desses debates foi a “VIII Jornada de Educação especial”, ocorrida em maio de 2006,

promovida pelo Departamento de Educação Especial da Universidade Estadual Paulista – UNESP, outro, mais recente, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), intitulado "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania", realizado em dezembro de 2017, promoveram mais visibilidade à temática.

A História mostra um isolamento de pessoas com deficiência do convívio social, quase que sendo esquecidas por governantes e pela sociedade de uma maneira geral. Mas, o passar dos anos trouxe consigo novas maneiras de ver o outro, novas formas de convívio e novas formas de pensar, nascia a integração social e junto com ela, entidades, centros para reabilitação, associações desportivas, todos dedicados e voltados para pessoas com deficiência. Isso fez com que a inclusão dessas pessoas junto à sociedade não fosse mais vista como algo impossível de se fazer, pelo contrário, tornou-se real e necessário. Destacamos, de acordo com o Ministério da Saúde, algumas entidades que trabalham para dar assistência a pessoas com deficiência: AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente; ADD – Associação Desportiva para Deficientes; Avape - Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência; Fundação Síndrome de Down; Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, entre outras (BRASIL, 2018).

O surgimento dessas entidades fez com que muitas pessoas com deficiência descobrissem o seu potencial e passassem a confiar mais nelas mesmas. A conscientização da sociedade e o debate, cada vez maior, sobre essa temática vêm mostrando que é possível o convívio de todos.

Programas esportivos para inclusão fazem com que pessoas com deficiência melhorem sua autoestima, possam socializar com outros grupos de pessoas, melhorem sua saúde, motivem-se para outras atividades futuras, entre outros benefícios. As Paraolimpíadas são exemplos de inclusão de pessoas com deficiência através do esporte.

Assim, como esses programas motivam as pessoas com deficiências, as instituições de ensino também devem fazê-lo, pois elas têm direitos à educação e à acessibilidade informacional da mesma forma que pessoas sem deficiência. Discussões atuais sobre a inclusão, o acesso, a democratização e a igualdade na Educação estão sendo tratadas de forma mais recorrente no Brasil, bem como a pressão feita por movimentos sociais organizados e uma legislação, cada vez mais se voltando para a pessoa com deficiência, buscam tratar do assunto com a sociedade de forma mais clara.

Com a criação de leis específicas para acessibilidade, as pessoas com deficiência puderam se informar sobre seus direitos e elas próprias passaram a exigí-los com mais veemência, buscando minimizar as dificuldades existentes no cotidiano delas.

A busca por igualdade nas oportunidades para estudar, trabalhar, estar inserido ou inserida na sociedade, de uma forma mais participativa, fez com que movimentos sociais cobrassem junto ao governo, providências mais urgentes para essa inclusão.

Destas observações surge o problema da pesquisa: **como a biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo tem atuado com a execução de políticas, programas, projetos e práticas públicas gerais de educação para pessoas com deficiência?**

E, na busca por respostas ao questionamento apresentado, traçam-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral, consistindo em:

- **Investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência.**

E, tendo como **objetivos específicos resumindo-se a:**

- a) Discutir sobre a construção e execução de políticas públicas de educação e informação aplicada a bibliotecas;*
- b) Verificar como o serviço é oferecido aos usuários com deficiência;*
- c) Propor estratégias para execução de políticas, programas e projetos da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo para a inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência.*

Nesse intuito, será apresentada, portanto, a sequência organizativa do trabalho, que ficou dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro uma breve INTRODUÇÃO acerca do tema e as inquietações que fizeram surgir o interesse pelo assunto da pesquisa. No segundo capítulo, será apresentada a METODOLOGIA aplicada durante a pesquisa, quais as características do projeto, linha de pesquisa, fontes e formas de embasamento teórico.

O debate teórico conceitual foi apresentado no terceiro e quarto capítulos, onde no terceiro, intitulado “ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS”, foram percorridos os conceitos de Estado, o início das Políticas Públicas voltadas para a pessoa com deficiência e como ela se enquadra nesse contexto. Bobbio foi um autor recorrente no debate no referido capítulo, assim como citações pertinentes dos autores Bottomore, Beck, Miguel Reale, Dalmo Dallari e do sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda foi debatida de forma mais intensa a Convenção de Salamanca e o tratamento que as sociedades antigas davam às pessoas com deficiência, além do ponto de vista do Estado sobre a deficiência, como ele a define e como a divide.

O quarto capítulo, com o título “GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO APLICADAS EM BIBLIOTECAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE” trouxe a temática na atualidade e como o Estado trata a pessoa com deficiência. Também foram apresentadas algumas políticas para acessibilidade informacional e como elas interferem no cotidiano das pessoas com deficiência, além de debater sobre tecnologias assistivas. No referido capítulo, houve a apresentação do Programa Socinfo, que foi instalado pelo Governo Federal no início dos anos 2000, com o intuito de aumentar e promover as novas tecnologias. Esse capítulo nos trouxe uma visão da biblioteca e do bibliotecário na atual sociedade da informação, além de debater um pouco sobre as políticas de acessibilidade do Instituto Federal da Paraíba, o que traz o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e como ele mostra a biblioteca do Campus Cabedelo.

O quinto capítulo apresentou a ANÁLISE DOS DADOS colhidos durante a aplicação de questionários com os usuários da biblioteca do IFPB – Campus Cabedelo e com os funcionários que trabalham diretamente com as pessoas com deficiência. Esse capítulo proporcionou os resultados dos questionários aplicados, além de algumas recomendações técnicas, como sugestão para melhorias no atendimento aos usuários com deficiência que frequentam a unidade de informação pesquisada.

Por fim, as CONSIDERAÇÕES FINAIS a respeito do trabalho realizado, concluindo, assim, a pesquisa realizada no IFPB – Campus Cabedelo sobre a busca dos usuários com deficiência às informações e se eles atingem seus objetivos.

2 METODOLOGIA

Cada pessoa pensa de forma distinta, ou seja, tem seu questionamento e sua convicção do que pode mudar e melhorar no seu cotidiano, desde a sua vida pessoal até seu ambiente profissional. A interpretação para uma determinada situação muda de acordo com seu conhecimento de mundo e sua experiência de vida. Essa interpretação passa pelo estudo da metodologia que, segundo Minayo (2012, p. 14):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

A metodologia vai além de um simples conceito, ela mostra o projeto se desenvolvendo ao longo da pesquisa juntamente com o pensamento de quem está pesquisando. Além da teoria, que faz o pesquisador embasar seu estudo, é importante a sua experiência, enquanto profissional, enquanto pessoa, enquanto participante da sociedade, para concretizar suas ideias e pensamentos, visando a um melhor entendimento por parte dos leitores.

O termo metodologia pode indicar também o referencial teórico (RAMPAZZO, 2015, p. 73). Esse referencial traz consigo novas formas de pensar, de ver uma determinada situação por novos pontos de vista, além da observação do pesquisador. São conceitos que, se bem delimitados, podem dar mais embasamento científico para o pesquisador.

O significado da palavra em questão remete a regras estabelecidas, como bem lembra Richardson (1999, p. 22), ou como está escrito no Dicionário Houaiss (2009, p. 1284) quando conceitua dizendo que é o estudo dos métodos aos quais ela própria recorre. Sendo assim, a referida pesquisa será de caráter descritivo, quanto aos fins, por observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, sem manipulá-los Rampazzo (2015, p.53).

Os dados obtidos foram analisados sem mudança, visando deixar a pesquisa válida, trazendo a realidade que os usuários com deficiência frequentadores da biblioteca enfrentam diariamente. Observações buscaram compreender a realidade

do público alvo, assim como possíveis debates acerca da temática do projeto. A respeito disso, Aquino (2013, p. 42) diz o seguinte:

Pesquisar é criar conceitos, parafrasear alguns, limpar e reluzir outros, observar sua pertinência com o problema, suas relações com outros conceitos e colar pedaços ou componentes de outros conceitos que já respondiam a outros problemas e supunham outros planos, mas possíveis de serem adequados ao nosso texto em movimento. Os conceitos, em qualquer área ou campo do conhecimento, estão em permanente definição, pois que são determinados pelo conjunto de idéias e pessoas que nele circulam.

Os meios para embasar ainda mais a pesquisa foram o documental e o bibliográfico. A pesquisa documental que tem esse nome porque a procura dos documentos se dá através de fontes primárias, provenientes de órgãos que realizaram as observações (RAMPAZZO, 2015, p. 51).

O meio bibliográfico procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc.) (RAMPAZZO, 2015, p. 52). Um levantamento feito através de artigos, juntamente com a busca em documentos oficiais, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição e legislações vigentes, serviram de alicerce para mostrar como os órgãos oficiais tratam a acessibilidade e se houve uma preocupação com os alunos deficientes em seu planejamento.

Essas etapas foram necessárias para deixar a pesquisa mais completa, além de terem sido de fundamental importância no processo criativo. Ainda sobre a pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2010, p. 157) descrevem:

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

As fontes primárias, ditas por Marconi e Lakatos, representam aqueles documentos originais, como teses, dissertações, diários, arquivos oficiais, ou seja, tudo o que for de autoria própria. São os dados pesquisados ou escritos pela primeira vez e que servem de base para outros tipos de documentos. Na maioria dos casos, as fontes usadas pelos pesquisadores já foram utilizadas anteriormente, tornando a pesquisa documental menos aplicada, mas não menos importante. Esse

tipo de pesquisa acaba limitando os dados por restringir onde o pesquisador encontrará a literatura de seu trabalho.

O tipo de pesquisa mais utilizada foi a bibliográfica, por se tratar de dados já publicados e de acesso descomplicado. O tema acessibilidade à informação é constantemente encontrado em artigos, jornais, revistas e livros, ainda mais atualmente, com o interesse maior da sociedade pela temática. É imprescindível uma análise de artigos publicados, para selecionar os mais completos e de maior credibilidade. Marconi e Lakatos (2010, p. 166) discorrem a respeito de pesquisa bibliográfica dessa forma:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação oral: rádios, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Por ser mais completa e abrangente, a escolha pelo tipo de pesquisa bibliográfica acabou sendo natural, visto que houve mais opções para encontrar artigos, livros, etc. sobre assunto tratado. A literatura para realização da dissertação teve como base livros e artigos da internet.

A busca por autores que tratam do referido assunto foi criteriosa e contou com *sites* reconhecidos de revistas e de base de dados da área da educação, além de publicações físicas, como livros. A internet se tornou um importante meio de busca, pois com a facilidade e rapidez que ela traz as informações, os pesquisadores modificam seus dados em tempo real. Ela serviu de base para a busca de artigos novos e deixou a pesquisa mais atual. Severino (2007, p. 136) comenta a respeito da rede mundial de computadores:

A internet, rede mundial de computadores, tornou-se uma indispensável fonte de pesquisa para os diversos campos de conhecimento. Isso porque representa hoje um extraordinário acervo de dados que está colocado à disposição de todos os interessados, e que pode ser acessado com extrema facilidade por todos eles, graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro.

Na corrente pesquisa, o recorte empírico mais adequado para a pesquisa foi o chamado estudo de caso, por se tratar de um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário (GOODE; HATT, 1979). Nele, a identificação dos usuários com deficiência do IFPB – Campus Cabedelo juntamente com suas necessidades informacionais e sua busca pela informação, além da aquisição a ela, através das experiências deles, sabendo suas dificuldades para conseguirem acessá-las consistem no estudo em questão. O estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados (YIN, 2001).

Uma parte importante da pesquisa foi o estudo de caso, que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (Gil, 2010). O aluno com deficiência precisa de uma atenção especial para poder ter uma melhor pesquisa às informações que ele busca. Não apenas focando no acesso estrutural, que é de suma importância, mas à acessibilidade informacional e como ela chega até ele. Mostrar como a biblioteca leva a informação para o aluno com deficiência é um dos pontos da pesquisa. Chamar a atenção para os serviços oferecidos por ela a esse aluno ou outro usuário com deficiência é uma das preocupações dessa investigação, se ela consegue, de forma clara, atender a esse público específico.

Sobre a abordagem desta pesquisa, quanto ao tratamento dos dados, ela foi do tipo *Qualitativa* e *Quantitativa*. Qualitativa por tentar entender como a falta de acessibilidade informacional, por parte dos usuários com deficiência na biblioteca, é vista por eles. Suas vontades e questionamentos sobre essa dificuldade também serão levadas em consideração. Richardson (2009, p. 90), fala sobre a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

É interessante notar que Richardson também fala de características e comportamentos e isso será levado em relevância no processo de construção dessa pesquisa. O *pensar* e o *desejar* dos usuários com deficiência serão analisados e

discutidos para uma compreensão das suas necessidades informacionais. Ainda, sobre a abordagem qualitativa, Minayo (2012, p. 21) explica da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A realidade exposta por Minayo diz respeito às desigualdades entre o convívio singular das pessoas. Elas passam por situações diversas, com motivações e significados distintos. Os desejos e anseios não são iguais e, por isso, a abordagem qualitativa é a mais indicada para essa pesquisa. Não, apenas, por se tratar de números frios, e sim, por tratar do que incomoda o aluno com deficiência na busca pela informação.

A ida do usuário com deficiência à biblioteca, buscando informações, foi abordada na pesquisa e procurou mostrar se esse usuário estava sendo correspondido, se ele estava conseguindo atingir suas buscas, se a informação passada para ele o satisfazia. Como bem lembra Richardson (2009) que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares.

A acessibilidade é um assunto que vem sendo amplamente debatido e está despertando interesse das mais variadas partes da sociedade. O aumento do convívio de pessoas com e sem deficiência em quase todos os setores da sociedade, remete que o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e representativo.

Justamente por ser um tema que está chamando a atenção da sociedade, é preciso saber quais autores e onde mais se comenta a respeito dele. Para dar embasamento à pesquisa, houve algumas técnicas que devem ser seguidas, para um desenvolvimento melhor em sua realização. Marconi e Lakatos (2010, p. 157) definem técnica da seguinte maneira:

Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou

normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.

A busca por esse propósito faz com que a metodologia seja uma das partes mais significativas da pesquisa, pois com ela, traça-se um roteiro e consegue expressar o que deseja. As normas servem de apoio ao pesquisador no decorrer da execução do trabalho, principalmente no momento de por em prática a teoria estudada.

O investigador acaba se utilizando desses preceitos para explicar as suas motivações do tema escolhido e buscas que o trabalho terá. Após a organização da metodologia e do embasamento teórico, colocará em prática, se necessário, suas teorias para provar o que procura.

Além de organizar a teoria levantada para o trabalho, o pesquisador, também, expôs, não de forma explícita, suas ideias e pensamentos a respeito do assunto escolhido no decorrer da pesquisa. Severino (2007, p. 133) comenta brevemente:

O trabalho de pesquisa deverá dar conta dos elementos necessários para o desenvolvimento do raciocínio demonstrativo, recorrendo assim a um volume de fontes suficiente para cumprir essa tarefa, seja ela relacionada com o levantamento de dados empíricos, com ideias presentes nos textos ou com intuições e raciocínios do próprio pesquisador.

A procura por dados, através de levantamento prévio, visando incluir informações, conceitos e significados, deve ser o ponto de partida para a pesquisa, como dizem Marconi e Lakatos (2010), é a fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse.

Dentre as técnicas para levantar dados, as escolhidas foram o questionário misto (por trazer perguntas abertas e fechadas) com os usuários com deficiência da comunidade, quais sejam, discentes, docentes, técnico-administrativos e comunidade externa frequentadora da biblioteca, incluindo egressos e entrevistas com os servidores da biblioteca (coordenador e bibliotecária) e o diretor do Instituto.

O questionário, que segundo Fachin (2006) consiste em um elenco de questões que são submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se coletar informações. Ele serviu de base para conhecer um pouco mais o usuário com deficiência que busca informações na biblioteca. Ainda sobre questionário, Rampazzo (2015, p.122) complementa dizendo que as perguntas devem ser

respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador, para que as respostas não tenham influência ou direcionamento por parte do pesquisador.

Já a entrevista é um encontro entre duas pessoas para que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional (RAMPAZZO, 2015, p.119-120). Essa interação com os entrevistados buscou trazer suas opiniões e ideias sobre o assunto debatido, mostrando outros pontos de vista, além do pesquisador. É importante que as pessoas compreendam o que ocorre com os outros (RICHARDSON, p. 207, 1999) para que elas vislumbrem novos conceitos, novas falas e, por que não, um entendimento mais detalhado acerca da temática.

A biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Cabedelo, local de trabalho escolhido para a pesquisa, serviu para a parte prática do trabalho. Informações foram obtidas com aplicação desse questionário. Os sujeitos na pesquisa foram os *humanos*, usuários com deficiência e os servidores da biblioteca e o diretor do Instituto; e o *documental*, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Finalizando a pesquisa, houve uma análise dos dados obtidos com os usuários e servidores pesquisados e, também uma análise documental do PDI

Os dados tabulados foram categorizados através de tabelas e quadros. Nesse momento, os dados foram examinados e transformaram-se em elementos importantes para a comprovação ou não das hipóteses (BARROS, 2007, p. 110). Antes de passar à fase de interpretação, é necessário que o pesquisador examine os dados, isto é, ele deve submetê-los a uma análise crítica, observando falhas, distorções e erros (BARROS, 2007, p. 110). A interpretação dos dados obtidos com o questionário aplicado foi examinada de forma atenciosa, para que não haja modificação nem explanação errônea. Para tanto, nas questões de múltiplas escolhas, após cercar possibilidades de respostas correlacionadas ao questionamento, ainda sugerimos completudes abertas.

As tabelas e quadros servem para auxiliar na apresentação dos dados, uma vez que facilitam, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, podendo, apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relações (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 153).

A categorização será dividida em três formas de classificação: por perfil, por processo e pelos resultados, onde o perfil será descrito quem é o entrevistado (faixa

etária e escolarização), o processo (como o entrevistado mensura as determinadas ações) e o resultado (o que o entrevistado espera, aguarda). Como bem lembra Marconi e Lakatos (2010, p. 152):

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

A análise dos dados trouxe o pensamento do público-alvo da pesquisa, suas opiniões, sugestões, anseios e críticas. Cabe ao pesquisador fazer a leitura correta do que os pesquisados falam e transcrever, de forma concisa e objetiva, as experiências vividas por eles, sem modificar sua essência. Lembrando Gil (2010, p. 145-146):

O mais importante no processo de análise é a sensibilidade teórica, ou seja, a habilidade para reconhecer o que é importante nos dados e atribuir-lhes sentido. Essa sensibilidade deriva tanto da leitura técnica quanto da experiência profissional.

Ao final dessa investigação, recomendações e proposição de estratégias para o aprimoramento das políticas públicas de educação e informação para pessoas com deficiência na biblioteca do Instituto serão sugeridas e encaminhadas à direção do IFPB – Campus Cabedelo. Para tanto, há uma necessidade que esse produto seja validado na Instituição Coparticipante após a entrega desta investigação, em uma perspectiva de ser aceito no processo de avaliação profissional.

A referida pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba com o intuito de comprovar a veracidade das informações, o não plágio de outras pesquisas e comprovar que as pessoas pesquisadas estão de acordo com a participação, de forma anônima, no questionário para análise das respostas.

3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Política e Estado estão ligados desde que o ser humano passou a viver em sociedade. O primeiro, busca melhorar o segundo enquanto este não se organiza sem o primeiro. Para que isso ocorra de forma ordenada é necessário que haja regras, normas, e elas servem para que toda a população entenda e saiba que possui direitos e que deve ser tratada de forma respeitosa, em todas as circunstâncias. Pessoas com deficiência sofrem de diversas maneiras, seja pela falta de oportunidades, em um determinado emprego, seja para garantir o acesso à educação. Políticas Públicas buscam entender as dificuldades enfrentadas pela população para que conflitos como esse possam ter uma determinada resolução.

Antes vista como “castigo divino”, a deficiência foi, aos poucos, sendo estudada e tratada como caso médico. Com o passar do tempo, parte da sociedade foi procurando entender à pessoa com deficiência, como ela vivia, como era o seu cotidiano e como o Estado deveria intervir para que essa parte da coletividade pudesse ter oportunidades como as demais.

Debates foram promovidos por pessoas com deficiência, além de governantes que representavam essa parte da população e os movimentos sociais, cada dia mais conscientes e maiores, também fazem parte desse aumento pelo interesse do referido tema. A inclusão passou a ser tema recorrente nas instituições de ensino, sejam elas faculdades e universidades, ou em escolas primárias e secundárias, e também entre a classe política dos países, com grandes convenções e debates mundiais para que novas políticas fossem voltadas para as pessoas com deficiência. Para entender como o Estado passou a se preocupar com as pessoas com deficiência, é interessante saber seu conceito, sua história e como ele está intrinsecamente ligado com a política.

3.1. Múltiplas conceituações de Estado e a Convenção de Salamanca

Os diversos conceitos de Estado perpassam pela história, desde as primeiras disposições na Idade da Pedra com os humanos das cavernas se organizando para caça e colheita, até os dias atuais, com o advento das sociedades da informação e o surgimento da internet. Em outras palavras, os interesses das comunidades vêm

antes mesmo do surgimento do Estado, organizado e definido pelos estudiosos. Segundo Bobbio (2010, p. 35):

Antes do Estado, existem várias formas de associação que os indivíduos formam entre si para a satisfação dos seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se superpõe para regulá-las mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a contínua renovação: embora num sentido não estritamente marxiano, pode-se neste caso falar da sociedade civil como uma infra-estrutura e do Estado como uma superestrutura.

O Estado surge com a ideia de organizar a vida das pessoas, a vida econômica, social, pessoal, enfim, vem para fazer com que as pessoas possam ter um convívio social, mais harmonioso. O Estado engloba o todo, enquanto que a sociedade se encaixa dentro dele, fazendo parte da sua construção e constante evolução.

São várias denominações e ramificações do Estado, e Bobbio (2010, p. 42-43) mostra um pouco disso quando escreve sobre a distinção entre sociedade civil e Estado para representar a separação entre um Estado inferior e um Estado superior:

Enquanto o Estado superior é caracterizado pela constituição e pelos poderes constitucionais, tais como o poder monárquico, o poder legislativo e o poder governativo, o Estado inferior opera através de dois poderes jurídicos subordinados – o poder judiciário e o poder administrativo. Destes dois, o primeiro tem a tarefa prevalentemente negativa de dirimir os conflitos de interesse e de reprimir as ofensas ao direito estabelecido; o segundo, de prover a utilidade comum, intervindo na fiscalização dos costumes, na distribuição do trabalho, na educação, na ajuda aos pobres, em todas as atividades que diferenciam o Wohlfahrt-Staat, o Estado que provê o bem-estar externo de seus súditos.

Ainda debatendo sobre a diferença entre sociedade civil e Estado, para entender a atuação dele na infraestrutura e na superestrutura, na atualidade, Gramsci *apud* Bobbio (2010, p. 49) desloca a primeira da esfera da base material para a esfera superestrutural e dela faz o lugar de formação do poder ideológico distinto do poder político.

O estudo sobre Estado abrange mais do que um simples conceito, ele faz um apanhado histórico das várias estruturas, funções e relações dele com a sociedade e com o governo. Compreendendo uma observação de Bobbio (2010, p. 55) sobre esse assunto:

Mais do que em seu desenvolvimento histórico, o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos, etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos. Convencionalmente, hoje, o imenso campo de investigação está dividido entre duas disciplinas até didaticamente distintas: a filosofia política e a ciência política.

Essas disciplinas ditas por Bobbio apreendem, na filosofia política, investigações da melhor forma de governo, do fundamento do Estado, da essência da categoria do político. Já na ciência política, o princípio de verificação ou de falsificação, uso de técnicas da razão e abstinência de juízos de valor (avaloridade) são investigados. Notam-se diferentes pontos de vista, vários caminhos para um mesmo tema, isso só prova o quão complicado é conceituar Estado.

O Dicionário Houaiss (2009, p. 827), por exemplo, traz diversas informações a respeito do termo Estado. Dele é possível tirar alguns significados a fim de ilustrar e embasar ainda mais o referido termo: País soberano, com estrutura própria e politicamente organizado; Conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram a nação; Forma de governo, regime político.

Os conceitos mostram o quanto o termo é abrangente, pois ele compreende política, sociedade e até a parte administrativa. Em suma, o Estado não se encaixa em apenas um significado, mas em vários, de diferentes épocas, sempre se atualizando, sem deixar a história de lado, pelo contrário, utilizando-a como alicerce para os novos significados. Bobbio (2010, p. 67-68) sintetiza da seguinte forma:

O problema do nome “Estado” não seria tão importante se a introdução do novo termo nos primórdios da idade moderna não tivesse sido uma ocasião para sustentar que ele não correspondia apenas a uma exigência de clareza lexical, mas ia ao encontro da necessidade de encontrar um novo nome para uma realidade nova: a realidade do Estado precisamente moderno, a ser considerado como uma forma de ordenamento tão diverso dos ordenamentos precedentes que não podia mais ser chamado com os antigos nomes. É de fato opinião difusa, sustentada criteriosamente por historiadores, juristas e escritores políticos, que com Maquiavel não começa apenas a fortuna de uma palavra, mas a reflexão sobre uma realidade desconhecida pelos escritores antigos, da qual a palavra nova é um indicador, tanto que seria oportuno falar de “Estado” unicamente para as formações políticas nascidas da crise da sociedade medieval, e não para os ordenamentos precedentes. Em

outras palavras, o termo “Estado” deveria ser usado com cautela para as organizações políticas existentes antes daquele ordenamento que de fato foi chamado pela primeira vez de “Estado”: o nome novo nada mais seria do que o sinal de uma coisa nova.

Maquiavel foi um dos primeiros estudiosos a usar a palavra “Estado” em suas obras. Na mais conhecida, *O Príncipe*, inicia-se da seguinte forma: Todos os Estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados (MAQUIAVEL, 2015).

Justamente pelo trecho do livro de Maquiavel destacado aqui que Bobbio fala dele, por ter sido o primeiro registro do termo “Estado” em uma obra escrita. A partir dele, o termo em destaque apareceu em outras obras até ser constante nos estudos de política, filosofia, economia e tantas outras disciplinas.

Desde então, esse termo permeia nas principais obras, eventos e debates sobre política, economia, sociedade, enfim, sobre o cotidiano. O Estado consiste em população, ocupando delimitado território, sob a autoridade de governo constituído, a fim de alcançar o objetivo vislumbrado como o bem comum (FARIAS NETO, 2011, p. 50). A cada dia vem ganhando mais significados e abrangendo e se ligando cada vez mais com outras áreas, afinal, o Estado está em tudo o que cerca a sociedade.

Porém, muitas questões ainda cercam os estudiosos a respeito do pontapé inicial do aparecimento do Estado. A origem do Estado está associada à origem do ser humano, que tem suas explicações condicionadas por teorias diversas e controversas (FARIAS NETO, 2011, p. 66). Como se a existência dele tivesse surgido em determinado momento, ou se ele é um fenômeno histórico que acompanha a humanidade desde a Antiguidade, ainda era primitiva, já que havia uma divisão de tarefas entre os homens das cavernas para a caça, a colheita e a pesca. Utilizando outra citação de Bobbio (2010, p.73) para ilustrar esse debate, tem-se que:

O Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (a defesa). Enquanto que para alguns historiadores contemporâneos, o nascimento do estado assinala o início da era moderna, segundo esta mais antiga e mais comum interpretação o nascimento do Estado representa o ponto de passagem da idade primitiva, gradativamente diferenciada

em selvagem e bárbara, à idade civil, onde “civil” está ao mesmo tempo para “cidadão” e “civilizado”.

A seguir, será apresentado um quadro que vai resumir cronologicamente alguns dos principais pensadores e filósofos, juntamente com suas principais obras (livros, textos ou escritos) que tratam do Estado. Isso mostra a importância do tema no decorrer dos anos e como serviu de base para os estudos na atualidade:

Quadro 1 – Alguns Pensadores, Filósofos e Estudiosos e suas Obras com o tema ESTADO

Nicolau Maquiavel (1496-1527)	O Príncipe
Jean Bodin (1530-1596)	Os Seis Livros da República
Thomas Hobbes (1588-1679)	Leviatã
John Locke (1632-1704)	Segundo Tratado Sobre o Governo Civil
Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)	Do Contrato Social
Adam Smith (1723-1790)	A Riqueza das Nações
Immanuel Kant (1724-1804)	À Paz Perpétua
Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)	Fenomenologia do Espírito
Alexis de Tocqueville (1805-1859)	A Democracia na América
Max Weber (1864-1920)	A Política como Vocação
Karl Marx (1818-1883)	O Capital
Antonio Gramsci (1891-1937)	Cadernos do Cárcere
Norberto Bobbio (1909 – 2004)	Estado, governo, sociedade
Jurgen Habermas (1929 -)	Entre Fatos e Normas
Anthony Giddens (1938 -)	A Terceira Via

Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir de pesquisa em sites de educação.

Olhando para a tabela acima, percebe-se como faz tempo que especialistas debatem sobre o Estado. Suas obras, em destaque, trazem algo de esclarecedor, inovador, ou mesmo, de questionador ao longo do tempo.

No corrente estudo, o norte seguido será o da sociologia, afinal, o comportamento humano e social serão analisados por causa da inclusão das pessoas com deficiência no cotidiano educacional, na biblioteca avaliada. Sobre essa complicação de conceituar Estado, Santos (2010, p.115-116) corrobora falando:

Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para o fazer de formas cada vez mais autoritárias – o que segundo as formas, ou segundo os autores, tem sido descrito como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada”, “neocorporativismo”, “fascismo benévolo” – outros autores convergem na idéia, aparentemente contraditória com a anterior, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que se incube.

Ora o Estado converge para um lado, ora vai à outra direção, às vezes fala-se de crise financeira, em outro momento se comenta da riqueza que ele produz, diz-se da falta de interesse em melhorar a vida da sociedade, mas mostra melhorias para acessibilidade, enfim, há muita contradição.

Com isso, sua função de gerar e aplicar poder coletivo (JOHNSON, 1997, p. 91) fica comprometida, ao ponto de não saber exatamente qual seria o real desempenho do Estado. Trabalhos recentes sobre ele exploram e explicam sua “autonomia relativa” e as complexidades que envolvem suas relações com a sociedade (BOTTOMORE, 1988, p.133), ou seja, o Estado se torna independente quando lhe convém e suas semelhanças com as pessoas são mais complexas do que se imagina. Sobre essa “autonomia relativa”, Bottomore (1988, p. 133) entra em mais detalhes quando fala:

[...] que não apenas o Estado desfruta de uma “autonomia relativa”, como também pode se tornar totalmente independente da sociedade e governá-la da maneira pela qual as pessoas que o controlam acham conveniente e sem referência a qualquer força da sociedade, distinta do Estado.

Como é possível perceber, o autor fala de um Estado que não está se preocupando com o lado social e sim para seus benefícios próprios. Aqui, o interesse é particular e não o geral, que deveria ser o seu propósito real. Os governantes procuram subordinar o Estado aos seus objetivos, muitas vezes sobrepondo aos da sociedade. Esses regentes, em sua maioria, usando a política como disfarce, por causa do “poder” que eles acham possuir, não buscam a melhora da sociedade, e sim, a sua, ou, como bem pontuou (BECK, 1997, p. 30) “a política determina a política, ampliando-a e lhe concedendo poder”.

O Estado não existe sem política, que se refere à vida comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre esses pontos (DALLARI, 1984, p. 8) e ela está ainda mais presente na sociedade atual, com novos conceitos, idéias, debates, considerações, enfim, ela se readaptou aos dias atuais, Beck (1997, p. 60) ilustra dessa forma:

O conceito de política na modernidade simples é baseado em um sistema de eixos, em que uma coordenada passa entre os pólos da esquerda e da direita e a outra, entre o público e o privado. Neste caso, tornar-se político significa deixar a esfera privada e caminhar

em direção à esfera pública, ou, ao contrário, permitir que as exigências dos partidos, da política partidária ou do governo proliferem em todos os nichos da vida privada. Se o cidadão não vai para a política, a política vem para o cidadão.

O político, segundo o autor, deveria deixar uma esfera e seguir em outra, para poder se dedicar mais no caminho escolhido, mas o que se vê na atual política é o inverso, políticos cuidando de bens particulares e, ao mesmo tempo, sua carreira pública. Isso influencia nos direcionamentos do Estado, visto que os objetivos pessoais se confundem com os da sociedade, fazendo com que boa parte deles não trate a política de forma idônea como deveria ser feito.

A atuação do Estado é mais pendente para o lado econômico, jurídico, político, social, todos eles? Esse questionamento só mostra o quão difícil é definir o referido termo. Sobre essa atuação, Bottomore (1988, p. 133) discorre da seguinte forma:

O Estado é, em geral, o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo, com isso, novos meios de dominar e explorar a classe oprimida. Isso, porém, deixa em aberto a questão de porque e como o Estado, enquanto instituição distinta de classes ou das classes economicamente dominantes, desempenha esse papel. [...] Prevaecem, nos últimos anos, duas abordagens para responder a essa questão. A primeira vale-se de vários fatores ideológicos e políticos, como, por exemplo, as pressões que as classes economicamente dominantes podem exercer sobre o Estado e a sociedade e a congruência ideológica entre essas classes e aquelas que dispõem de poder no Estado. A segunda abordagem ressalta as “coerções estruturais” a que o Estado está sujeito numa sociedade capitalista e o fato de que, a despeito das disposições ideológicas e políticas daqueles que dirigem o Estado, suas políticas devem forçosamente assegurar a acumulação e a reprodução do capital.

Percebe-se que o autor fala do Estado dos capitalistas, quando explana da primeira abordagem e do Estado do capital na segunda. Em suma, ele comenta sobre o olhar econômico, não entrando em detalhes para os outros lados. Mesmo quando comenta sobre ideologias e políticas, a finalidade ainda é econômica.

O Estado deve também concentrar-se na prestação de serviços básicos à população – educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros (CARDOSO, 2006, p. 16), é o que diz o sociólogo. Ele comenta que o Estado necessita priorizar mais o lado social, deixando a burocracia para segundo plano. Sobre esse

argumento, Santos (2010, p. 115-116) comenta das dificuldades que o Estado enfrenta em adentrar na sociedade para realizar suas funções:

Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para fazer de forma cada vez mais autoritárias – o que segundo as formas, ou segundo os autores, tem sido descrito como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada”, “neocorporativismo”, “fascismo benévolo” – outros autores convergem na ideia, aparentemente contraditória com a anterior, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que se incumbem. De acordo com esta concepção, o Estado ou carece de recursos financeiros (o argumento da crise financeira) ou de capacidade institucional (o argumento da incapacidade da burocracia do estado para se adaptar ao acelerado ritmo de transformação social e econômica) ou carece ainda dos mecanismos que na sociedade civil orientam as ações e garantem a sua eficácia (o argumento da falta de sinais de mercado na atuação do Estado). Nestas análises, o Estado ora surge como um leviatã devorador, ora como um empreendedor falhado.

Exemplificando o que o autor quis dizer, foi mostrar que crises financeiras enfrentadas pelas sociedades ao longo da história mostram os governantes do Estado preferindo “passar adiante” o papel dele, seja privatizando serviços, seja estipulando novos administradores da área privada. Quando ele está à frente de algum trabalho, faz de forma um tanto abusiva, impondo o que acha “melhor” para a população.

Ainda sobre o pensamento do autor, o Estado procura trabalhar com alguns objetivos, como economia, inflação, mercados externos e diz que por causa de burocracias, falta de dinheiro, complicações internas, como suas reformas, não pode dar o mínimo de garantias à população. Atualmente há muita informação, tecnologias e transformações que as sociedades estão passando, o avanço da sociedade moderna coloca o conhecimento na principal posição de ativo estratégico em termos de geração de renda e riqueza (POCHMANN, 2014, p. 20). Isso faz com que as pessoas entendam seus papéis e passem a exigir mais do Estado uma postura inclusiva com todos.

O debate atual acerca de Estado também incluiu um tema novo, porém, tão importante quanto outros, que é a questão ecológica, já que ela está diretamente ligada à economia e à qualidade de vida das pessoas. Giddens (1999, p. 165) alerta para essa discussão quando diz:

Os problemas envolvidos na redução da desigualdade mundial são verdadeiramente desencorajadores. Parece muito improvável, no entanto, que se possa causar um impacto significativo sobre eles sem progresso na direção de um maior governo global. O mesmo se aplica ao risco ecológico. A questão não é só como conter riscos ambientais, mas os efeitos do desenvolvimento econômico de países mais pobres, supondo que ele ocorra. A modernização ecológica, como atualmente compreendida, não fornece estratégias para a transição de uma economia agrária para uma economia industrial. O manejo ecológico mundial, para dizer o mínimo, não será fácil, não apenas em razão de pressões no sentido do crescimento econômico ambientalmente danoso, mas porque os riscos ecológicos, e de modo mais geral aqueles associados à mudança tecnológica, são intrinsecamente demasiado controversos.

Além da preocupação do Estado com política, sociedade, economia, ele também tem atenção especial à ecologia, visto que um descuido com a natureza pode e afetará a vida das pessoas. Mudanças de comportamento ao longo dos anos devem ser percebidas e acompanhadas pelo Estado, o que era de um jeito, há alguns anos, hoje, já não é mais, o que anteriormente não era debatido, hoje é tema central entre governantes. Um novo poder político e um novo Estado precisam trazer consigo uma nova cultura, um novo homem, uma nova cidadania (OSTERNE, 2014, p.44).

Essas transformações sofridas pelo Estado são vistas quando em determinado momento ele é tido como liberal ou em outros momentos, conservador, por exemplo, e isso acarreta conflitos de ideias entre os governantes e a sociedade, a mais interessada em ter um Estado preocupado com seu bem estar. Giddens (2007, p. 20) mostra que essas mudanças têm nome e as enumera da seguinte maneira:

A política da terceira via consiste no modo como os partidos de centro-esquerda devem responder à mudança – não só ao mutante mapa ideológico em si, mas também às transformações que ocorrem por trás dessa transição. Três transformações desse tipo vêm alterando o panorama da política – a globalização, a emergência da economia do conhecimento e as profundas mudanças na vida cotidiana das pessoas.

Partidos políticos estão assimilando a nova ordem mundial, assim como a sociedade e os governantes de um modo geral. A globalização trouxe consigo as novas tecnologias e com elas um novo modo de gerar economia: a informação em tempo real. O que se vê são os governos, através dos mercados ganhando ou

perdendo dinheiro em fração de segundos, de acordo com determinada situação, pessoas tendo destaque e dinheiro com acessos e *cliques* em seus *sites*.

Tudo isso fez a sociedade mudar seu modo de vida, de agir, de falar, de pensar, hoje as pessoas querem e buscam por informações de todo tipo e a facilidade que elas têm, além da rapidez na busca, as deixam atentas a todo tipo de conhecimento. Essas constantes mudanças atuais fizeram Giddens (2007, p.22-23) debater sobre as diferenças políticas entre partidos de esquerda e de direita:

É bem verdade que o atual pensamento de centro-esquerda questiona dogmas do passado. Assim, algumas idéias e políticas outrora associadas sobretudo à direita política (como a privatização ou a disciplina fiscal) tornaram-se corriqueiras nos programas de partidos de esquerda. Num mundo que vem experimentando mudanças tão profundas, um certo pragmatismo e a disposição de experimentar são necessários. Porém, a divisão entre a esquerda e a direita não desapareceu. Ela reflete essencialmente diferenças em valores políticos. Estar na esquerda é desejar solidária e inclusiva, em que nenhum cidadão seja deixado de fora. É comprometer-se com a igualdade e acreditar que temos de proteger e zelar pelos membros mais vulneráveis da sociedade. Como adendo crucial, isso envolve a crença de que a intervenção do governo é necessária para alcançar tais objetivos. Os direitistas tendem a negar cada uma dessas proposições.

A discussão vai muito além dos lados entre partidos políticos, traz consigo questionamentos sobre a modernização, como ela pode melhorar a qualidade de vida da sociedade, como o Estado a encara. A exclusão social, a questão ecológica, a concentração da riqueza, enfim, esses e outros assuntos passaram a se abordados de forma mais contundente.

Se antes, o pensamento dos governantes era de um Estado forte, com investimentos em várias áreas, hoje é de um Estado sem gastos, visto que o neoliberalismo é crescente. O que se vê em várias partes do mundo são Estados passando suas responsabilidades para a iniciativa privada, tentando, de várias formas, gastarem o mínimo possível.

Crises financeiras enfrentadas pelos governos, revoltas das mais diversas classes sociais, principalmente dos menos favorecidos, politicagem (como interesses pessoais, troca de favores, etc.), são alguns exemplos de problemas que o Estado encara na atualidade. Santos (2010, p. 91) mostra duas grande e preocupantes conseqüências vivenciadas pela sociedade nas últimas décadas quando diz:

[...] a modernização científico-tecnológica e neoliberal alastra hoje, paradoxalmente, na mesma medida em que alastra a sua crise, certificada por aquilo que parecem ser suas conseqüências inevitáveis: o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional como a nível mundial; a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta.

Percebe-se que se não houver uma tentativa de união entre esses partidos, entre as ideias, as diferenças sociais continuarão privilegiando a elite e deixando os pobres em situação ainda mais difícil. As políticas sociais e econômicas servem para minimizar essa diferença e isso passa pelos governantes. Dallari buscou sintetizar o desejo por uma maior atuação na política, sobretudo, no campo decisório das ações coletivas. Frisando que “A história da humanidade, desde milênios, revela a existência de uma luta constante para que o maior número de pessoas participe das decisões políticas” (DALLARI, 1984, p. 26).

As constantes lutas em favor das minorias e dos excluídos fortaleceram a busca por uma maior democracia. Ao entenderem que são iguais a todos, as pessoas poderão exercer influência política na sociedade. O direito ao voto, políticas de inclusão, conscientização da sociedade a respeito de inúmeros preconceitos, são alguns exemplos de como a política pode ajudar a sociedade na busca por essa democracia e igualdade de todos. Santos (2010, p. 276) faz uma análise da democracia nos dias de hoje, quando diz:

A nova teoria de democracia [...] tem, pois, por objectivo alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interacção social. No processo, o próprio espaço político liberal, o espaço da cidadania, sofre uma transformação profunda. A diferenciação das lutas democráticas pressupõe a imaginação social de novos exercícios de democracia e de novos critérios democráticos para avaliar as diferentes formas de participação política. E as transformações prolongam-se no conceito de cidadania, no sentido de eliminar os novos mecanismos de exclusão da cidadania, de combinar formas individuais com formas colectivas de cidadania e, finalmente, no sentido de ampliar esse conceito para além do princípio de reciprocidade e simetria entre direitos e deveres.

A administração pública vem mudando com o decorrer do tempo, à luz dos objetivos políticos, econômicos e administrativos. A reforma do Estado é um tema amplo que envolve aspectos políticos – os que se relacionam com a promoção da

governabilidade - econômicos e administrativos – aqueles que visam a aumentar a governança (PEREIRA, 2006, p. 23).

O estudo do Estado vai além do conceito em si, ele procura mostrar sua história, seus atores, suas características, seus valores, enfim, ele busca moldar, da melhor forma, a abrangência do termo. Bobbio (2010, p. 55) comenta sobre o desenvolvimento histórico do Estado:

Mais do que em seu desenvolvimento histórico, o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos, etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contíguos.

Exemplos desses sistemas contíguos (ou próximos) seriam a filosofia política e a ciência política, visto que ambas conceituam Estado, estudam suas características, funções, etc. Mostram a relação entre elas e o termo principal, procurando mostrar o lado social, econômico, administrativo e político.

Além da complexa conceituação de Estado, há a confusão com o termo Governo, muitas vezes utilizado para defini-lo, quando, na realidade, eles são diferentes. Enquanto que Estado é uma instituição social, o que significa que consiste de uma forma ou plano social de como várias funções devem ser desempenhadas (JOHNSON, 1997, p. 91), o Governo é um conjunto particular de pessoas que, em qualquer dado tempo, ocupam posições de autoridade dentro do Estado (JOHNSON, 1997, p. 91). Daí que em determinados contextos se faz necessário entender se algumas “políticas de inclusão” são políticas defendidas pelo Estado, ou se algumas se configuram em Programas de um determinado Governo.

O governo é distinto do Estado, porque o Estado identifica a inteira coletividade delimitada pela área geopolítica, enquanto o governo identifica, apenas, uma pequena parte da coletividade (FARIAS NETO, 2011, p. 80). Os termos se completam, enquanto um é geral, o outro é mais específico, com funções definidas, características próprias e objetivos peculiares e Giddens (1999, p. 57) os pontua assim:

O governo existe para:

- Prover meios para a representação de diversos interesses.
- Oferecer um fórum para a conciliação das reivindicações concorrentes desses interesses.
- Criar e proteger uma esfera pública aberta, em que o debate irrestrito sobre questões políticas possa ser desenvolvido.

- Prover uma diversidade de bens públicos, entre as quais formas de seguridade coletiva de bem-estar social.
- Regular mercados no interesse público e fomentar a competição de mercado onde há ameaça de monopólio.
- Fomentar a paz social mediante o controle dos meios de violência e mediante a provisão de policiamento.
- Promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação.
- Sustentar um sistema jurídico eficaz.
- Ter um papel diretamente econômico, como um empregador por excelência, na intervenção macro e microeconômica, além da provisão de infra-estrutura.
- De maneira mais controversa, ter um propósito civilizatório – o governo reflete normas e valores amplamente sustentados, mas pode também ajudar a moldá-los, no sistema educacional e em outros setores.
- Fomentar alianças regionais e transnacionais e buscar a realização de metas globais.

São muitos fins que o Governo possui e é preciso ter governantes comprometidos, visando o interesse do bem-estar da sociedade e não buscando objetivos próprios. O Estado evolui juntamente com seus políticos e a sociedade quando há um pensamento conjunto, incluindo todos que fazem parte dela para um melhor desenvolvimento dele. O Estado e, mais precisamente, o Governo, seria apenas uma ordenação de serviços para apreender a vontade popular, traduzindo-a em regras destinadas à defesa da comunidade (REALE, 2000, p. 449).

O Governo serve para definir onde e como o Estado vai agir visando o bem estar da população, procurando inserir todos os cidadãos na sociedade como um todo, sem distinção de raça, cor, religião ou regiões. Sobre essa ação do Estado, Bobbio (2010, p. 95) comenta um pouco, e ainda fala das decisões tomadas por ele, da seguinte forma:

Condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. Sejam quais forem as decisões. Isto não quer dizer que o poder estatal não tenha limites.

Mesmo o Estado tendo Poder e possuindo certa soberania, não pode fazer tudo que bem queira, há um sistema a ser seguido, há leis para serem cumpridas e

respeitadas, por todos, incluindo o próprio Estado. Ele não pode simplesmente impor algo, precisa haver todo um estudo e embasamento legal para agir.

Depois de algumas explicações sobre o Estado, suas características e alguns conceitos, torna-se parte importante para o estudo corrente, discorrer um pouco sobre sua reforma. A inclusão de pessoas com deficiência em vários setores da sociedade passa, também, por essa reforma.

A inserção de todos que compõem a sociedade, deixou de ser um sonho e passou a ser algo real, palpável. Pessoas que antes eram marginalizadas, ou mesmo esquecidas pelos governantes do Estado, passaram a ser parte fundamental nesse novo período de globalização e de lutas contra preconceitos e ideias antiquadas. Cardoso (2006, p. 15) começa seu artigo falando assim:

Vivemos hoje num cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais. Não é nenhuma novidade dizer que estamos numa fase de reorganização tanto do sistema econômico, como também do próprio sistema político mundial. Como consequência desse fenômeno, impõe-se a reorganização dos Estados nacionais, para que eles possam fazer frente a esses desafios que estão presentes na conjuntura atual.

Esse cenário global a que se refere o autor, diz respeito a novos conceitos de inclusão, de política, de economia, de formas de administrar. O Estado precisa acompanhar essa nova maneira de transformação e adaptação da sociedade civil, e esta precisa ficar atenta ao que acontece com ele para buscar diminuir as diferenças entre as pessoas que o compõe, ou o mesmo acaba esmagando-a (GIDDENS, 1999, p.95).

O Estado está se redefinindo, mais uma vez, na atualidade, visto que a mentalidade é outra, os conceitos estão mudando, a forma de agir das pessoas está em modificação. Se antes, a mulher, o negro, o pobre, a pessoa com deficiência não faziam parte das discussões e debates sobre o cotidiano da sociedade, hoje em dia, depois de muita luta e bastante conscientização, o cenário está mudando. O que é bom para todos. Ainda utilizando Cardoso (2006, p. 16) para debater sobre esse assunto, ele diz:

O verdadeiro processo de redefinição do Estado para que ele possa realmente atender os seus objetivos contemporâneos é um processo, não um ato. Envolve toda uma mudança de mentalidade; algo que é muito mais profundo do que se imagina, porque implica efetivamente

a alteração de práticas que estão enraizadas nas nossas sociedades. E o que é ainda mais difícil de mudar: práticas enraizadas que cristalizam interesses concretos. Faço aqui uma ressalva: ao dizer que interesses se cristalizaram, não estou qualificando este fato, em si mesmo, de negativo. Mas, quando muda uma conjuntura e esses interesses persistem e não são mais adequados para responder os desafios da nova época, eles passam a ter um papel politicamente negativo.

Nessa reforma, a democracia surge com um papel importante para dar força e continuidade aos novos conceitos de Estado. Ela, através do voto das pessoas, modifica os governantes e estes, por sua vez, devem (ou deveriam) fazer a vontade da sociedade.

Porém, alguns dos governantes não condizem com o desejo das pessoas e fazem exatamente o contrário do que se espera de um gestor do Estado, não dão condições para que as pessoas tenham um mínimo de estrutura e condições de sobrevivência. Ou seja, não há uma mudança de comportamento visando à melhoria de vida das pessoas, há sim muita corrupção, mentiras e enganação dos que fazem os governos dos Estados, porém, não se deve generalizar, visto que há alguns governantes que buscam melhorias, tanto na parte estrutural, quanto na parte social.

A busca por uma reforma do Estado faz com que muitos temas sejam discutidos pelos políticos e também pela sociedade. Como bem disse Pereira (2006, p. 23) ao comentar sobre esse assunto, mostrando as mudanças que a referida Reforma poderia trazer ao Estado:

A reforma provavelmente significará reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, mas implicará também ampliar suas funções no financiamento de atividades que envolvam externalidades ou direitos humanos básicos e na promoção da competitividade internacional das indústrias locais.

Limitar as funções do Estado não é algo bom a se fazer, ainda mais quando se tratam das suas funções, pois a população depende dele para ter uma melhora em sua vida. O Estado não pode deixar de ser público, voltado para o povo e essa reforma foca mais na parte financeira, claro que é importante, e na competição por mais vendas e verbas. Pereira (2006, p. 25) comenta sobre o estado ser público quando diz:

Se, no século XVIII, foram definidos os direitos civis e, no século XIX, os direitos sociais, passava agora a ser necessário definir um terceiro tipo de direitos, também, básicos – os direitos públicos: os direitos que gozam todos os cidadãos, de que seja público o que de fato é público. Ou, em outras palavras, o direito de que a propriedade do Estado seja pública, isto é, de todos e para todos, não apropriada por uns poucos.

A sociedade civil está se conscientizando da sua força junto às autoridades e a cada dia ela tem se informado mais sobre seus direitos. Desde o início da criação do Estado que os governantes pensam pouco na população geral e mesmo com o aperfeiçoamento dele, com seus novos conceitos e interesses, o êxito dessa reforma depende da capacidade de cobrança por parte dos cidadãos (PEREIRA, 2006, p. 266).

Essa cobrança vem de várias formas, desde manifestações até debates, de encontros com autoridades até mesmo nas urnas, durante o período eleitoral. Isso faz com que haja, cada vez mais, um interesse por parte do Estado na inclusão das pessoas que são, por várias vezes, ignoradas pelo poder público.

A conscientização das pessoas, aumentada por conta da globalização das informações e da facilidade em se cientificar, trouxe consigo o aumento dos debates, das ideias e de muitas convenções sobre os mais variados assuntos, desde políticos, até mesmo históricos, esportivos, educacionais, de saúde, de informática, enfim, dos mais diferentes temas. Isso amplia a expectativa para que a gestão pública incorpore um elevado nível de compromisso, responsabilidade, transparência, ética e senso de justiça (OSTERNE, 2014, p. 50).

A inclusão de pessoas com deficiência no dia a dia da sociedade será o norte do presente estudo e é fundamental discorrer sobre como esse assunto se deu no transcorrer dos anos. Muitos debates e convenções acerca dele são realizados, ainda mais após essa conscientização das minorias e de pessoas que lutam por um Estado mais igualitário, como lembra Reale (2002, p. 74), ao falar que o Estado é, ao mesmo tempo, um meio e um fim:

O Estado é, ao mesmo tempo e complementarmente, um meio e um fim. É um meio na medida em que sua estrutura e sua força originam-se historicamente, através de mil vicissitudes, para possibilitar aos indivíduos uma vida condigna no seio de uma comunidade fundada nos valores da paz e do desenvolvimento. Por outro lado, o Estado se põe como fim, enquanto representa, e tão somente enquanto representa, concomitantemente, uma ordem

jurídica e uma ordem econômica, cujos valores devem ser respeitados por todos como condição de coexistência social harmônica, onde os direitos de cada um pressupõem iguais direitos dos demais, assegurando-se cada vez mais a plena realização desse ideal ético.

Certamente, o surgimento de convenções no decorrer do tempo, fez com que o Estado se moldasse para a inclusão de pessoas com deficiência no cotidiano social. Mudanças em suas políticas públicas, em suas leis, em suas prioridades, fizeram a sociedade debater mais sobre inclusão dessas pessoas no convívio do dia a dia.

Para tanto, faz-se necessário certo passeio histórico a respeito das diversas Convenções realizadas com o intuito de entender como foi construído o caminho para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Abaixo, o *quadro 1* lista algumas delas, acerca de acessibilidade e inclusão, juntamente com seus objetivos, que se destacam por modificar, ou, ao menos, tentar, leis, normas, pensamentos, conceitos, forma de educar, de empregar, de inovar, de incluir as pessoas com deficiência na sociedade no decorrer da história.

Quadro 2 – Importantes Convenções sobre Acessibilidade

1948	Declaração Universal dos Direitos do Homem (1º marco de conquista de pessoas com deficiência com relação à educação)
1958	Convenção nº 111/OIT e Convenção nº 159/OIT (trata da discriminação de pessoas com deficiência no emprego e na profissão)
1971	Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (garantir educação, assistência social às pessoas com deficiência)
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (garantir educação, assistência social às pessoas com deficiência)
1983	Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (tentativa de unir esforços no sentido de promover a participação plena destes indivíduos na vida social)
1986 (no Brasil)	Criação da Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – têm início, de fato, discussões sobre inclusão, ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola)
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien, Tailândia (é apresentada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos - representa uma combinação de pesquisas, reformas e inovações a fim de se garantir educação para todos)
1993	Assembleia Geral das Nações Unidas (divulgação das Normas uniformes sobre a Equiparação de Oportunidades para a Pessoa Portadora de Deficiência)
1994	Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais (promovida pela UNESCO e pelo governo da Espanha – é elaborada a Declaração de Salamanca)

Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir da obra de SANTIAGO (2011)

Destacamos alguns pontos a serem considerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 a respeito da inclusão. Mesmo que poucos esses

direitos foram importantes no início do processo de inclusão, por parte do Estado, para pessoas com deficiência ONU (1948):

Art. 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º § 1º - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...] Art. 7 Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

[...] Art. 23 § 1º. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

[...] Art. 25 § 1º. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Em seguida, o quadro nos traz as Conferências Gerais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de números 111 e 159, das quais enfatizamos os seguintes itens que reforçam o aumento do interesse do Estado acerca do assunto *discriminação das pessoas no emprego*. OIT (1958):

Art. 1º § 1. Para os fins desta Convenção, o termo "discriminação" compreende: a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou tratamento no emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo País-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados. 2. Qualquer distinção, exclusão ou preferência, com base em qualificações exigidas para um determinado emprego, não são consideradas como discriminação. 3. Para os fins desta Convenção, as palavras "emprego" e "profissão" compreendem o acesso à formação profissional, acesso a emprego e a profissões, e termos e condições de emprego.

Art. 2º Todo País-membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a adotar e seguir uma política nacional destinada a

promover, por meios adequados às condições e à prática nacionais, a igualdade de oportunidade e de tratamento em matéria de emprego e profissão, objetivando a eliminação de toda discriminação nesse sentido.

Dando continuidade às Convenções que debateram a inclusão, passamos à Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, de 1971. São sete artigos, poucos, se comparados a outras legislações, mas, fundamentais para as pessoas com deficiência, visto que a Declaração detalha como essa parte da população precisa ser cuidada. ONU (1971):

Art. 1º. O deficiente mental deve gozar, na medida do possível, dos mesmos direitos que todos os outros seres humanos.

Art. 2º. O deficiente mental tem direito aos cuidados médicos e aos tratamentos físicos apropriados, assim como à instrução, à formação, à readaptação e aos conselhos que o ajudem a desenvolver ao máximo as suas capacidades e aptidões.

Art. 3º. O deficiente mental tem direito à segurança econômica e um nível de vida decente. Tem ainda o direito, na medida das suas próprias possibilidades, de efetuar um trabalho produtivo ou de exercer qualquer ocupação útil.

Art. 4. Quando tal for possível, o deficiente mental deve viver no seio de sua família, ou numa instituição que a substitua, e deve poder participar em diversos tipos de vida comunitária. A instituição onde viver deverá beneficiar de processo normal e legal que tenha em consideração o seu grau de responsabilidade em relação às suas faculdades mentais.

Art. 5. O deficiente mental deve poder beneficiar duma proteção tutelar especializada quando a proteção da sua pessoa e bens o exigir.

Art. 6. O deficiente mental deve ser protegido contra qualquer exploração, abuso ou tratamento degradante. Quando sujeito a ação judicial, deverá beneficiar de processo normal e legal que tenha em consideração o seu grau de responsabilidade em relação às suas faculdades mentais.

Art. 7. Se, em virtude da gravidade da sua deficiência, certos deficientes mentais não puderem gozar livremente os seus direitos, ou se impuser uma limitação ou até a supressão desses mesmos direitos, o processo legal utilizado para essa limitação ou supressão deverá preservá-los legalmente contra toda e qualquer forma de abuso. Esse processo deverá basear-se numa avaliação das suas capacidades sociais feita por peritos qualificados, Essa limitação ou supressão de direitos deverá compreender o direito de recurso a instâncias superiores.

Em 1975, a ONU, em sua Assembleia Geral, além de reafirmar seu compromisso com as pessoas com deficiência junto à sociedade, ampliou seus direitos e trouxe o termo “*pessoas deficientes*” para se referir a essa parcela da

população. A seguir, mostramos alguns artigos pertinentes da Convenção. ONU (1975):

Art. 1º - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

[...] Art. 3º - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

[...] Art. 6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

Art. 7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

Art. 8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

Na cronologia das Convenções, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com deficiência, de 1983, é uma das mais significativas por possuir 201 itens referentes às pessoas com deficiência. Dentre eles, destacam-se os que tratam dos objetivos, definições, prevenção, reabilitação, igualdade de oportunidades, ensino, trabalho, aspectos sociais, economia, ações no âmbito internacional, pesquisa, cultura e lazer. É bastante abrangente e tem por finalidade, ONU (1983):

Promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação eqüitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento.

Em 1986, no Brasil, houve a criação da Corde (Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência), através do Decreto nº 93.481. Essa coordenadoria serviria para tratar das competências dela, além de definir para quais órgãos ela deveria responder bem como elaborar programas, propor medidas, acompanhar a execução de planos e sugerir acordos sobre pessoas com deficiência.

Passando para a década de 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março na Tailândia, trouxe várias contribuições na tentativa de uma melhora para haver mais inclusão educacional. Satisfazer as necessidades básicas da educação, juntamente com a universalização do acesso e o fortalecimento de alianças, além de um plano de ação estão entre alguns dos objetivos dessa Declaração. Ela diz o seguinte, UNICEF (1990):

Fundamentado no conhecimento coletivo e no compromisso dos participantes, o Plano de Ação foi concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos. Este plano compreende três grandes níveis de ação conjunta:

- (i) ação direta em cada país;
- (ii) cooperação entre grupos de países que compartilhem certas características e interesses;
- (iii) cooperação multilateral e bilateral na comunidade mundial.

Também busca definir políticas para melhoria da educação básica, aperfeiçoar capacidades gerenciais, analíticas e tecnológicas, mobilizar canais de informação e comunicação e apoiar ações nacionais e regionais de inclusão.

Continuando na década de 1990, agora no ano de 1993, houve uma Assembleia Geral da ONU, em dezembro, onde foi lançada a Resolução nº 48/96, que tratava das *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*. Nela, foram tratadas e apresentadas 22 medidas buscando mais igualdade e oportunidades para pessoas com deficiência. ONU (1993):

Norma 1. Conscientização - Os Países-Membros devem adotar medidas para conscientizar a sociedade sobre pessoas com deficiência, seus direitos, suas necessidades, sua potencialidade e sua contribuição.

Norma 2. Cuidados médicos - Os Países-Membros devem garantir a prestação de cuidados médicos eficazes para pessoas com deficiência.

Norma 3. Reabilitação - Os Países-Membros devem garantir a prestação de serviços de reabilitação para pessoas com deficiência a fim de que elas atinjam e mantenham seu nível ótimo de independência e funcionamento.

Norma 4. Serviços de apoio - Os Países-Membros devem garantir o desenvolvimento e a prestação de serviços de apoio, incluindo aparelhos assistivos para pessoas com deficiência, a fim de ajudá-las a aumentar seu nível de independência em sua vida diária e exercer seus direitos.

Norma 5. Acessibilidade - Os Países-Membros devem reconhecer a importância geral da acessibilidade no processo de equiparação de oportunidades em todas as esferas da sociedade. Para as pessoas com deficiência de qualquer tipo, os Países-Membros devem (a) introduzir programas de ações destinadas a tornar acessível o ambiente físico; e (b) adotar medidas que ofereçam acessos à informação e comunicação.

Norma 6. Educação - Os Países-Membros devem reconhecer o princípio da igualdade de oportunidades primárias, secundárias e terciárias para crianças, jovens e adultos com deficiências, em ambientes inclusivos. Eles devem garantir que a educação das pessoas com deficiência seja uma parte integrante do sistema educacional.

Norma 7. Emprego - Os Países-Membros devem reconhecer o princípio do empowerment (uso de poder pessoal) das pessoas com deficiência para exercerem seus direitos humanos, particularmente no campo do emprego. Tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas, elas precisam ter oportunidades iguais para emprego produtivo e lucrativo no mercado de trabalho.

Norma 8. Manutenção de renda e seguro social - Os Países-Membros são responsáveis pela provisão de seguro social e manutenção de renda para pessoas com deficiência.

Norma 9. Vida familiar e integridade pessoal - Os Países-Membros devem promover a participação plena de pessoas deficientes na vida familiar. Eles devem promover o direito destas pessoas à integridade pessoal e assegurar para que as leis não discriminem contra pessoas com deficiência quanto às relações sexuais, ao casamento e a paternidade/maternidade. As pessoas com deficiência devem ter a possibilidade de viver com suas famílias.

Norma 10. Cultura - Os Países-Membros devem garantir que pessoas com deficiência sejam incluídas em atividades culturais e possam participar nelas numa base igualitária.

Norma 11. Recreação e esportes - Os Países-Membros devem tomar medidas para garantir que pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais para recreação e esportes.

Norma 12. Religião - Os Países-Membros devem estimular medidas para a igualdade de participação por pessoas com deficiência na vida religiosa de suas comunidades.

Norma 13. Informação e pesquisa - Os Países-Membros assumem a responsabilidade final pela coleta e disseminação de informações sobre as condições de vida das pessoas com deficiência e promovem pesquisa abrangente sobre todos os aspectos, incluindo os obstáculos que afetem a vida das pessoas deficientes.

Norma 14. Formulação de políticas e planejamento - Os Países-Membros devem garantir a inclusão de aspectos de deficiência na formulação de todas as relevantes políticas e no planejamento nacional.

Norma 15. Legislação - Os Países-Membros têm a responsabilidade de criar as bases legais para medidas a fim de atingir os objetivos de participação plena e igualdade para pessoas com deficiências.

Norma 16. Políticas econômicas - Os Países-Membros têm a responsabilidade financeira por programas e medidas nacionais que criem oportunidades iguais para pessoas com deficiência.

Norma 17. Coordenação do trabalho - Os Países-Membros são responsáveis pelo estabelecimento e fortalecimento de comitê nacional de coordenação, ou órgão semelhante, para servir como um centro nacional para assuntos de deficiência.

Norma 18. Organizações de pessoas com deficiência - Os Países-Membros devem reconhecer o direito de as organizações de pessoas com deficiência representarem essas pessoas nos níveis nacional, estadual e municipal. Os Países-Membros devem também reconhecer o papel consultivo das organizações de pessoas com deficiência na tomada de decisões sobre assuntos de deficiência.

Norma 19. Treinamento de pessoal - Os Países-Membros são responsáveis pela garantia, em todos os níveis, do adequado treinamento de pessoal envolvido no planejamento e prestação de programas de serviços relativos a pessoas com deficiência.

Norma 20. Monitoramento e avaliação nacionais de programas de deficiência na implementação das Normas - Os Países-Membros são responsáveis pelo monitoramento e avaliação contínuos da implementação de programas e serviços nacionais relativos à equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.

Norma 21. Cooperação técnica e econômica - Os Países-Membros, tanto os industrializados quanto aqueles em desenvolvimento, têm a responsabilidade de cooperar na melhoria das condições de vida de pessoas com deficiência em países em desenvolvimento e adotar medidas para essa melhoria.

Norma 22. Cooperação internacional - Os Países-Membros participarão ativamente na cooperação internacional pertinente a políticas para a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência.

De todas essas convenções, a principal, a que é considerada um verdadeiro marco na história da inclusão, é a *Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais*, pois é onde surge a *Declaração de Salamanca*. Santiago (2011, p. 240) explica o porquê de ela ser tão impactante na história:

Nesta conferência, promovida pela UNESCO e pelo governo espanhol, é elaborada a tão conhecida Declaração de Salamanca, compreendida na atualidade como um dos mais importantes documentos produzidos com a contribuição de 300 representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais diretamente ligadas à causa das pessoas que possuem deficiências.

Uma convenção tão grandiosa, com números tão expressivos, mostra para o mundo inteiro o quão importante e relevante é o tema acessibilidade e inclusão. A Declaração retoma o compromisso de garantia de direitos educacionais para todos os cidadãos (SANTIAGO, 2011, p. 240).

Com a *Convenção de Salamanca*, que ficou assim conhecida, o Estado passou a se preocupar mais com as pessoas com deficiência. Ela tratava da inserção desses cidadãos para o ensino através de uma educação inclusiva. Menezes (2001, não paginado) diz o seguinte sobre a Convenção:

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

Além dela, outras convenções se realizaram, constantes debates foram promovidos, mais movimentos surgiram para mostrar à sociedade as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam no cotidiano, novas leis foram criadas para defender direitos dessas pessoas, entre outros feitos. O mundo passou a olhar para as pessoas com deficiência de maneira diferente, começando a entender suas dificuldades e procurando inseri-las no dia a dia.

A educação inclusiva, defendida pelo Documento, foi o maior compromisso da Convenção, bem como a conscientização dos políticos em todos os níveis que deveriam regularmente reafirmar seu compromisso para com a inclusão e promover atitudes positivas (ONU, p. 15, 1994), para agilizar melhorias para essas pessoas.

A mídia possui um papel importante na promoção de atitudes positivas frente a integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade (ONU, p. 15, 1994) através da disseminação do que é feito para promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

A importância para a história da inclusão da Convenção de Salamanca é indiscutível, pois ela englobou várias questões e muitas ideias em um documento visto e assinado por vários países e que, até hoje, tem impacto em decisões políticas das regiões.

Alguns pontos como política, economia, educação, planejamento, serviços, entre outros são explicados no documento. Ele prioriza a inclusão na área da educação por saber que é através dela que se criam novas mentalidades e conceitos sobre as diferenças. Ela pode mudar toda uma geração de pessoas para aprender a incluir e para viver de forma igual com todos. Eis alguns pontos importantes que o documento traz para que os governos os sigam (ONU, 1994, p.1-2):

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Como é possível notar, a educação é bastante lembrada no Documento, pois os países sabem que através dela se dará uma melhoria e entendimento no pensamento das novas gerações sobre a inclusão. Investimentos na educação, tanto na estrutura quanto na qualificação dos profissionais envolvidos também são lembrados na Declaração. A educação tem um papel ativo a desempenhar, além de colaborar para a promoção da inovação e do progresso técnico e tecnológico na economia (ANDRADE; MACAMBIRA, 2014, p. 155).

A troca de experiência entre os envolvidos é outro ponto de destaque no texto, pois é importante mostrar para algumas sociedades, exemplos de projetos que deram certo, para que se possam levar melhorias a todos os lugares. Experiências de como governar pensando nas minorias, ou até mesmo, de como planejar

pensando nessa parte da população. A educação inclusiva em escolas também serve de modelo.

Mas tudo isso passa pelos governantes, pois eles quem são os gestores e implementam as leis, eles quem precisam estar mais sensíveis às pessoas com deficiência, para que estas possam ser adicionadas no processo de inclusão. Essa convenção teve como ponto fundamental o combate à exclusão através da educação. Não apenas à educação de crianças, mas também, de adultos, como diz no Documento (ONU, 1994, p.6):

- **11.** Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação. Portanto, um esforço concentrado é requerido no sentido de se promover a alfabetização e o aprendizado da matemática e de habilidades básicas às pessoas portadoras de deficiências através de programas de educação de adultos. Também é importante que se reconheça que mulheres têm freqüentemente sido duplamente desvantajadas, com preconceitos sexuais compondo as dificuldades causadas pelas suas deficiências. Mulheres e homens deveriam possuir a mesma influência no delineamento de programas educacionais e as mesmas oportunidades de se beneficiarem de tais. Esforços especiais deveriam ser feitos no sentido de se encorajar a participação de meninas e mulheres com deficiências em programas educacionais.

Os adultos também querem e sentem necessidade de aprender e eles não podem ser esquecidos pelos programas de inclusão. As crianças são o futuro e a educação, de forma responsável e esclarecedora, faz com que haja mudança no modo de pensar delas e traz juntamente uma nova forma de ver o mundo. Mas estes crescidos podem mudar seu pensamento, sua visão de mundo, só precisam de oportunidades e de educação para isso.

O que a Declaração mostra é que todos, adultos ou crianças, merecem o mesmo tratamento, o mesmo respeito que as pessoas sem deficiência têm. A inclusão é parte fundamental no processo de socialização dessas pessoas e a educação tem papel permanente nisso. As mulheres também são lembradas no Documento e é preciso que elas não se intimidem com tanto preconceito e violência sofridas por elas, até nos dias de hoje, e façam parte dessa inclusão.

A escola também foi parte importante debatida no Congresso e tiveram vários pontos pensados para uma melhor educação inclusiva, como mostra o trecho a seguir também retirado da Declaração (ONU, 1994, p.8):

[...] Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

- **25.** Muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes.

. Tanto na parte estrutural quanto na intelectual, a escola está tentando (ou, pelo menos, deveria tentar), de forma rudimentar, readaptar-se as sugestões e ideias na busca para incluir alunos com deficiência no seu convívio. A diversidade deve ser algo corriqueiro na vida escolar, já que a inclusão de estudantes com deficiência passou a ser compromisso de vários países e de inúmeros governantes.

A mudança nas escolas não deve exclusiva para pessoas com deficiências e sim para quaisquer tipos de preconceitos ou indiferenças. As pessoas que fazem a escola sejam elas professores, estudantes e funcionários precisam ter a compreensão do que é a inclusão. Para isso, é primordial que a formação dos professores e educadores seja voltada, também, às pessoas com deficiência, visando a uma educação melhor, como está escrito na Declaração (ONU, 1994, p. 10-11):

- **38.** Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças portadoras de deficiências torna-se cada vez mais reconhecida.

- **39.** Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de

ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. [...]

- **44.** Treinamento especializado em educação especial que leve às qualificações profissionais deveria normalmente ser integrado com ou precedido de treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementariedade e a mobilidade sejam asseguradas.
- **45.** O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.
- **46.** Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser promovidas. A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração.

A Declaração cita os estudantes de Pedagogia, mas além deles, outros podem se adaptar a essa citação, como os alunos dos cursos de Biblioteconomia, de Letras, os das áreas da saúde, além dos professores, coordenadores, enfim, de todos que fazem a comunidade acadêmica, afinal, eles também terão um contato com o público. Esse contato é necessário para que haja uma interação e para que sejam trabalhadas formas de melhor adequação ao público com deficiência. Os estudantes deveriam ser preparados e treinados desde os primeiros anos dos seus cursos com profissionais já atuantes no mercado de trabalho, assim eles poderiam ter uma visão maior de como é a realidade em suas áreas de atuação. Os cursos deveriam propor complementos disciplinares voltados para o público com deficiência, como Libras e Braille, por exemplo.

A citação também inclui as universidades em suas palavras, pois são nelas onde novos profissionais começarão a ser formados e é preciso haver uma conscientização sobre educação inclusiva desde cedo. Nelas os estudantes deveriam ter mais práticas e contatos com pessoas com deficiência, para que eles pudessem avaliar como estão se saindo enquanto se relacionam com esse público. Isso seria uma espécie de avaliação do que foi aprendido no curso e poderia servir

de base para futuras especializações tanto para os estudantes quanto para os próprios professores, melhorando o nível do aprendizado. A preparação desses novos educadores, através de pesquisas, avaliações, práticas do cotidiano que eles irão ter após sua formação é o diferencial para a busca de uma educação com qualidade, sem distinção ou preconceitos.

Novos conceitos, currículos e experiências servem de base para um ensino de profissionais mais voltados a esse público. Instituições precisam trabalhar a inclusão na formação desses futuros educadores bem como prepará-los, através de práticas de ensino inclusivo, desde as séries iniciais, na educação fundamental, até os estudos nas universidades e faculdades, preparando não apenas os alunos com deficiência para o mercado e para a vida em sociedade, mas também mostrando a eles que é possível o convívio em sociedade.

O Documento fala em apoio às escolas para que haja o sucesso das políticas educacionais inclusivas (ONU, 1994, p. 11), ajuda essa que deve vir dessas instituições de ensino, passando por profissionais qualificados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais. A educação das crianças depende de avaliação com antecedência, para que seja diagnosticado algum tipo de deficiência e para que haja um melhor e mais qualificado acompanhamento.

Já os jovens, ainda segundo o escrito, deveriam ter acompanhamento para a transição da escola para o mercado de trabalho. Meninas e adultos também são lembrados e a acessibilidade informacional e programas específicos são sugestões encontradas pela Convenção. A importância dos pais e da família estão presentes quando o Documento diz o seguinte (ONU, 1994, p. 13-14):

- **57.** A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca.
- **58.** Pais constituem parceiros privilegiados no que concerne às necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças.

As famílias são importantes no desenvolvimento e na educação de pessoas com deficiência, visto que elas acompanham a ampliação intelectual desses alunos. O incentivo aos estudos, ao trabalho, à inclusão delas na sociedade é o diferencial para que elas consigam enfrentar as dificuldades do cotidiano.

A Convenção deixou para o mundo a mensagem de que a inclusão é possível, desde que haja cooperação entre os países, seus governantes, os envolvidos com a educação e ensino, além das pessoas de um modo geral. A partir dela, houve ganhos para as pessoas com deficiência, principalmente, o aumento do debate e da preocupação da sociedade para esses cidadãos, que também fazem parte do cotidiano de todos.

Informação e conhecimento, são a base para debates e surgimento de novas ideias. Somando-se a isso, estão as novas tecnologias que aparecem para melhorar a educação, o ensino e a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade atual.

3.2. Políticas de Inclusão e Acessibilidade

O ser humano sempre buscou sobreviver às mais duras adversidades no decorrer da história, além disso, ele também teve que conviver com a discriminação e exclusão social, por parte de algumas classes sociais. É preciso percorrer um pouco na história para perceber o porquê da importância de se terem políticas voltadas para pessoas com deficiência. Desde as primeiras civilizações que pessoas com deficiência sofriam preconceito ou exclusão social, conforme Santiago (2011, p. 14):

A literatura revela que desde épocas mais remotas, para as questões de sobrevivência importava aos homens as diferenças que o outro apresentava. Os objetivos unificadores dos grupos – e estes variavam entre eles – encontravam nas diferenças físicas, de sexo, ou nas limitações físicas, sensoriais ou mentais, obstáculos para sua consecução. Mas, o homem deste período não possuía nenhum tipo de organização social e política que assumisse o poder e a vida dos demais. Os conflitos se situavam geralmente no plano pessoal e neste mesmo eram resolvidos.

Com o passar do tempo, o ser humano foi percebendo a importância de se organizar para preservar a sociedade que estava sendo criada. Formação de grupos acontecia para que decisões fossem tomadas pensando no bem coletivo, e a partir

daí a exclusão de pessoas diferentes, tanto físicas quanto ideológicas, das demais foi aumentando. A seguir, será apresentado um quadro sintetizando como algumas civilizações tratavam as pessoas com deficiência, com o intuito de dar seguimento ao debate.

Quadro 3 – Tratamento de Pessoas com Deficiência nas Principais Civilizações ao Longo do Tempo

Civilizações Antigas	Civilização Egípcia		<ul style="list-style-type: none"> • Muitas morriam nas inundações do Rio Nilo; • Eram preteridas nos trabalhos braçais; • Quando da nobreza, viviam por mais tempo.
	Civilização Mesopotâmica	Civilização Suméria	<ul style="list-style-type: none"> • Na agricultura, apenas pessoas sem deficiência trabalhavam; • Quando pobres, eram sacrificadas; • Quando ricas, eram cuidadas; • Acreditavam que os deuses castigavam os homens, quando estes tinham alguma deficiência.
		Civilização Babilônia	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Hamurábi autorizava mutilações nos escravos; • Se possuírem qualquer limitação, eram excluídas.
		Civilização Assíria	<ul style="list-style-type: none"> • Grande poderio militar, pessoas com limitações físicas ou mentais não tinham chance; • Os ricos com deficiência eram protegidos e até adorados.
	Civilizações Mediterrâneas Orientais	Civilização Fenícia	<ul style="list-style-type: none"> • Pesca, artesanato e navegação são principais atividades econômicas, exigindo pessoas sem deficiência, quem possuísse, era sacrificado.
		Civilização Hebraica	<ul style="list-style-type: none"> • Busca por novas terras fazia com que as pessoas com deficiência fossem deixadas para trás; • Forte organização religiosa que dizia ser castigo divino a deficiência; • Escravos mutilados deveriam aceitar sua nova condição; • Nas grandes construções de Templos, pessoas com deficiência também eram excluídas; • Classe social e ser pessoa com deficiência pobre excluía-na da sociedade; • Passagens bíblicas mostram que deficiência era vista como castigo.
		Civilização Persa	<ul style="list-style-type: none"> • A pessoa que nascia com deficiência era marcada pelo deus do mal; • Se a pessoa fosse rebelde e pobre, era transformada em deficiente pelos castigos sofridos, além de receber marca que denunciava como traidor e ameaça à população.
	Civilizações Orientais	Civilização Chinesa	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência não eram bem vistas porque as condições geográficas não favoreciam; • Lendas e crenças faziam a população oscilar, “aceitando anomalias” causadas por males em outras vidas, mas apenas os mais ricos.
		Civilização Hindu	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento dado às pessoas com deficiência variava de acordo com a casta (condição social); Por exemplo, os <i>Brâmanes</i>, eram os religiosos e sua natureza divina era ressaltada; já os <i>Khsatryas</i>, guerreiros, <i>Vasyas</i>, comerciantes e fazendeiros, <i>Sudras</i>, camponeses e escravos e <i>Párias</i>, sem inserção social, tinham sua chance de sobrevivência diminuída.
			<ul style="list-style-type: none"> • Deuses explicam a deficiência; • Pessoas com deficiência são consideradas dívidas familiares com deuses;

Civilizações Antigas	Civilização Greco-romana	Civilização Grega	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência eram banidas das famílias; • Cultura com valores estéticos fortes; • O <i>Festival Olímpico</i> era disputado por pessoas com “perfeição física”; • Questão de classe social excluía pessoas com deficiência; • Tratamento dado aos escravos era o mesmo ao das pessoas com deficiência: o sacrifício ou abandono; • Eram entendidos como seres sem alma; • Crianças com deficiência eram sacrificadas (mais comum em Esparta); • Soldados mutilados em guerras eram sacrificados posteriormente;
		Civilização Grega	<ul style="list-style-type: none"> • O filósofo <i>Platão</i> defendia a prática do abandono de crianças com deficiência; <i>Aristóteles</i> recomendava o extermínio; • <i>Hipócrates</i> (figura de maior relevância na área médica da época) é o primeiro a defender o direito à vida de todos os sujeitos e rejeita a ideia de intervenção divina para explicar a deficiência, apresentando a presença de causas físicas para a deficiência.
	Civilização Greco-romana	Civilização Romana	<ul style="list-style-type: none"> • Chamavam a deficiência de monstrosidade e quem nascia assim, não tinha direito; • <i>Lei das Doze Tábuas</i> (Leis escritas) proibia morte intencional de crianças abaixo dos três anos, exceto se nascesse mutilada ou fosse considerada monstruosa; • Adolescentes cegas eram escravizadas e colocadas em prostíbulos, já os homens cegos eram usados como remadores, depois de escravizados; • Existia mercado de compra e venda de pessoas com deficiência para servirem como atrações nos mercados públicos visando atrair compradores.
Civilizações Medievais	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como seres humanos graças à igreja cristã. O cristianismo pregava a aceitação de todas as pessoas; • A Bíblia Sagrada traz em seus Evangelhos alguns “milagres” de Jesus Cristo em pessoas com doenças ou deficiências; • Houve tentativas isoladas de educar crianças surdas por pais com formação em medicina; • A deficiência mental era considerada incurável; • Surgem os intercessores divinos, onde a cura e a proteção de deficientes mentais, físicos, visuais e auditivos são atribuídas a Santos e Santas; • Graças à doutrina cristã, pessoas com deficiência agora possuem almas e ganham a humanidade como característica; • A igreja, com doações em troca de perdões, fundou e manteve orfanatos, asilos, hospitais para abrigar os excluídos, entre pobres, doentes, sequelados, pessoas com deficiência, etc.; • No século XIII, se tem o primeiro registro de abrigo construído para deficientes, sob responsabilidade do arcebispo de Milão, Datheus; • Em 1325, é escrita a primeira legislação que versa sobre a sobrevivência de pessoas com deficiência, a <i>De Praerogativa Regis</i>, na qual fala que, após sua morte, seus bens ficariam com a Coroa; • A inquisição, instrumento da Igreja Católica Romana para punir hereges, torturou e matou milhares de pessoas com deficiência, alegando bruxaria. 		
Civilizações Modernas	<ul style="list-style-type: none"> • Rejeição da cultura medieval presa aos padrões da igreja com o surgimento de novas ideias, políticas, atividades financeiras; • Renascimento; • Revoluções nas artes e ciências; • Na religião, a visão medieval ainda era a mesma para as pessoas com deficiência; • A educação é usada em favor da perseguição, discriminação e exclusão dos “diferentes”; • A ciência é usada para tentar deixar as pessoas com deficiência mais parecidas com as normais; • Deficiência mental é estudada pelo médico <i>Philipus Aureolus Paracelsus</i> de forma científica; 		

<p>Civilizações Modernas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gerolamo Cardano</i>, matemático, filósofo e médico, estuda a surdez e credita aos surdos a capacidade de aprendizagem formal, afirmando que ela não modifica a inteligência e que eles estão aptos a aprender a leitura e a escrita; • Em 1664, Thomas Willis lança a obra <i>Anatome</i>, onde afasta a deficiência (especialmente a mental) da visão demoníaca e a aproxima da ciência; • Educadores como <i>Ponce de Leon</i>, <i>Juan Martin Pablo Bonet</i> e <i>J. Bulwer</i> passam a influenciar e se tornar referências na educação de pessoas com deficiência; • Segregação (isolamento) de pessoas com deficiência passa a ser medida adotada pelas instituições responsáveis por elas; • Normas feitas por grupos com determinados interesses, nos séculos XVII e XVIII, padronizam pessoas com deficiência como anormais, afastando-as do convívio social, por não se enquadrarem no modelo socialmente considerado correto; • A ciência moderna buscava melhorar a vida das pessoas, mas os pobres, incluindo muitas pessoas com deficiência, não usufruíam dessa melhoria; • O Estado passa a articular os interesses da sociedade através das políticas, mas as pessoas com deficiência custaram a ter direitos; • Novos métodos de ensino a surdos e fundação de várias escolas para cegos surgem; • Classe social diferenciava o atendimento às pessoas com deficiência nos diversos institutos.
<p>Civilizações Contemporâneas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade capitalista; • Liberalismo; • Democracia; • Luta de classes; • Mobilizações; • Guerras mundiais; • Avanço da ciência; • Avanço das tecnologias; • Várias produções, algumas feitas por próprias pessoas com deficiência; • <i>Louis Braille</i> (cego), <i>Ferdinand Berthier</i> e <i>Pierre Desloges</i> (surdos), <i>Helen Keller</i> (deficiências múltiplas) são destaques e têm grandes contribuições; • Além da medicina, psicologia, psiquiatria e psicanálise, a pedagogia ascende enquanto ciência e assume papel central na educação de pessoas com deficiência; • <i>Maria Montessori</i> cria o método <i>Montessoriano</i>, objetivando a normatização do corpo deficiente através da educação da vontade e da atenção, com a qual a criança tem liberdade de escolher o material a ser utilizado; • O educador <i>Johann Heinrich Pestalozzi</i> é um dos primeiros a defender a educação pública para todas as crianças, de todas as classes, com ou sem deficiência; • Principal obstáculo ainda é o alcance das práticas educativas para as classes mais pobres; • Invenção do aparelho auditivo em 1898 e a cadeira de rodas patenteada em 1869; • Campo tecnológico favorece as pessoas com deficiência com criações de aparelhos de amplificação sonora, impressora Braille, bengala telescópica, cadeira motorizada, softwares para promover acessibilidade a pessoas com paralisia cerebral, cegos e surdos; • A partir de 1948, com a <i>Declaração Universal dos Direitos do Homem</i>, surgem inúmeras conferências, congressos e encontros para debater e sugerir mudanças visando à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade como um todo, tendo na Declaração de Salamanca, em 1994, o pontapé inicial, para vários países, da implantação de políticas de inclusão de alunos com deficiência na escola regular.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir da obra de SANTIAGO (2011).

De acordo com o quadro acima, é possível notar que na maioria das civilizações a pessoa com deficiência era tratada como um verdadeiro fardo para suas famílias, além de serem consideradas amaldiçoadas pelos deuses. A maneira mais prática encontrada pelas pessoas que tinham familiares nessas condições era se livrarem delas, pois seria mais fácil para continuar vivendo em comunidade.

As classes sociais mais pobres eram as que mais sofriam, até hoje é assim, com pessoas com deficiência. O acesso aos mais variados avanços científicos e tecnológicos em prol deles é para quem possuía uma condição social melhor, com mais dinheiro e prestígio na sociedade.

A morte era vista como a melhor saída para pessoas com deficiência, visto que elas não conseguiriam trabalhar em lavouras, na construção de estradas, muralhas, templos, entre outros. Nas diversas guerras, elas não eram convocadas para defender suas cidades ou impérios, pois não apresentavam condições para o enfrentamento com outros sem deficiência. Santiago (2011, p. 98) explica que:

Os mais pobres e escravizados precisavam de força, portanto, de saúde física e mental para sobreviver, e em sua falta (presença de deficiência), a morte era a melhor alternativa. As práticas do sacrifício ou da proteção para com pessoas com deficiência aparecem na história antiga, mas, o que de fato determina a opção pela morte ou cuidado destes indivíduos é a questão de classe social onde eles se encontram.

Sendo assim, as famílias, em sua maioria, não debatiam outra solução senão a exclusão da pessoa com deficiência de seus lares. Era uma maneira mais “prática e rápida” para resolverem um “problema” que elas possuíam. As pessoas em condições menos favorecidas eram as quem mais sofriam, pois não tinham apoio necessário nem estrutura para o sustento de pessoas com deficiência.

Nas civilizações antigas, a deficiência além de ser considerada maldição divina dos antepassados familiares, também foi considerada uma forma de pagamento por todo o mal que os antepassados cometiam. Ou seja, na maioria dos casos, as divindades eram quem “colocavam” as pessoas com deficiência nas famílias, isso quando elas não a adquiriam em guerras, ou em obras nas grandes construções.

Leis permitiam o abandono e até a morte de crianças nascidas com deficiência, isso quando não eram ricas, pois nessas condições, até poderiam ser respeitadas. A religião, muitas vezes, salvava essa parcela da população de punições, mas sempre com ligação forte à classe social do indivíduo. Filósofos também defendiam a exclusão de pessoas com deficiência.

Mas foi nesse mesmo período que começaram a acontecer leves mudanças, como o direito à vida, independente de deficiência, a medicina passou a estudar

mais os casos de deficiência, chegando a desafiar as religiões mostrando que os deuses não tinham interferência no nascimento de pessoas com deficiência.

Já nas civilizações medievais, a Igreja Cristã passou a reconhecer pessoas com deficiência como seres humanos e a Bíblia Sagrada trazia várias passagens dos milagres de Jesus Cristo curando pessoas doentes e com deficiência. Ela foi importante na aceitação das pessoas menosprezadas pela sociedade, mas ao mesmo tempo em que a Igreja conscientizava a sociedade da época e construía abrigos e hospitais para pessoas com deficiência, em troca de perdões divinos, outra corrente dentro dela, conhecida como Inquisição¹, trazia para si os bens dos mortos e matava pessoas alegando heresia e bruxaria.

Com a chegada das civilizações modernas, o padrão imposto pela Igreja à sociedade foi sendo rejeitado cada vez mais, porém, com relação às pessoas com deficiência, essa visão cristã ainda ficaria por muito tempo. A medicina passou a estudar mais essas pessoas assim como a ciência. O Estado também esteve presente na mudança do olhar dos homens para a nova civilização através de políticas públicas, articulando de forma mais intensa os direitos dos cidadãos e das sociedades. Chrispino (2004, p. 60) conceitua política pública da seguinte forma:

Como Política, vamos entender a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais. Como Pública, vamos entender aquilo que pertence ao povo, algo relativo às coletividades. Logo, poderemos reduzir que Política Pública em uma meta – conceito – seria a ação do governo que vise atender a necessidade coletiva.

Mesmo sabendo que políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões (SECCHI, 2013, p.1), as pessoas com deficiência ainda não eram priorizadas pelo Estado. Outras áreas, como na educação, o ensino para pessoas surdas e cegas, através de novos métodos e o surgimento de muitas escolas cresciam e se destacavam cada vez mais.

Nas civilizações contemporâneas, pessoas com deficiência passaram a ter um pouco mais de destaque e preocupação por parte dos governantes e da

¹ Tribunal eclesiástico instituído pela Igreja Católica no começo do Século XIII com o propósito de investigar e julgar sumariamente pretensos hereges e feiticeiros, acusados de crimes contra a fé católica

sociedade de uma maneira geral após as várias convenções a respeito do assunto, com as novas tecnologias desenvolvidas por cientistas voltadas para pessoas com deficiência. Acordos passaram a ser assinados e governos se comprometeram em respeitá-los e colocá-los em prática.

Políticas pensadas para a inclusão passaram a ser debatidas por políticos e pela sociedade com leis criadas e voltadas para esse público, tornando as políticas públicas reais por incorporarem a intenção de resolver um problema público com conhecimento para resolvê-lo (SECCHI, 2013, p. 29).

A inclusão também passou a ser uma *categoría* discutida dentro da realidade vivida na educação, aumentando, de certa maneira, os debates e procurando conscientizar a coletividade sobre a importância do tema e as dificuldades vividas por essa parte da população. A política de igual dignidade afirmada por Taylor (1998, p. 61) baseia-se na ideia que todas as pessoas são igualmente dignas e respeito, ou seja, é preciso haver um entendimento de que pessoas de todos os níveis e classes sociais, com deficiência ou não, devem ser incluídas no convívio social.

No Brasil, a partir da criação da Lei Federal nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, empresas, escolas, governos e meios de comunicação tiveram que se adaptar e buscar incluir as pessoas com deficiência em seus planejamentos. Caballero (2006, p. 6) afirma que o principal objetivo da justiça é a estrutura básica da sociedade² e ao falar disso, ele busca uma sociedade com alicerces fortes, em que haja condições ideais de moradia, educação, saúde, transporte, acessibilidade, segurança, cultura, enfim, uma sociedade onde todos possam ter uma vida digna, sendo assim uma sociedade mais justa.

A fala de Caballero retoma o texto constitucional do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no qual diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Porém, não se podem ignorar as diferenças de cada ser humano e tratá-los de maneira igual, é preciso saber como lidar com cada uma, de forma que haja respeito a elas. Por exemplo, em uma escola onde estudam alunos com deficiência, o ensino para eles deveria ser adaptado, dependendo da

² Tradução livre do autor do trecho el objeto primário de La justicia es La estructura básica de La sociedad

sua deficiência, dentro das normas. Nesse debate sobre o tratamento educacional para esses estudantes, em especial, o sistema escolar trata como iguais os desiguais, contribuindo fortemente para a legitimação da reprodução social de forma excludente (BOURDIEU, 2010). Ao desprezar as diferenças entre as pessoas, acabamos por negar a condição da diversidade humana.

Isso nos mostra a realidade, ainda distante do que está escrito na Constituição e acaba ratificando que o preconceito, a falta de educação e informação das pessoas, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência são exemplos de que muito ainda precisa ser feito, principalmente pelo poder público.

Após a sanção da chamada lei das cotas, as universidades brasileiras passaram a disponibilizar 50% das suas vagas às pessoas estudantes do ensino público. A referida lei reacendeu discussões sobre pessoas excluídas em vários segmentos da sociedade e uma maior inclusão delas no convívio social. De acordo com a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012):

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A educação traz consigo o entendimento para um debate mais elaborado e questionador sobre a temática da inclusão. A partir do momento que a Lei acima passou a vigorar, muitas pessoas conseguiram ter ingresso a uma educação superior. Mas essa inclusão não deve se limitar ao acesso às instituições, ela precisa ser tanto durante os anos em que as pessoas estudam nelas, quanto na integração delas no mercado de trabalho, como bem lembrou Castelo Branco (2013, p. 7-8):

Entendemos ser a categoria inclusão, no âmbito educacional, definida em três estágios:

- i) como ampliação das oportunidades de acesso (democratização);
- ii) como ações e programas de acompanhamento, tutoria, atendimento com recursos especiais, etc., tomando-se por base análise das características das pessoas incluídas no sistema a partir da premissa de que todos somos diferentes ou diversos;

iii) com um robusto programa de inserção no mundo do trabalho das pessoas que receberam a formação com a qualidade acadêmica desejável.

De outra forma, não é possível considerar haver inclusão pela simples ampliação do acesso à educação, sem permanência e sem sucesso na formação recebida.

Em 2015, com a sanção da Lei 13.146, chamada estatuto da pessoa com deficiência, as universidades, assim como vários segmentos da sociedade, passaram a dar mais atenção e ênfase na busca por melhores condições aos deficientes. Alguns artigos mostram isso (BRASIL, 2015):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

[...] Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

[...] Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

O debate e a preocupação com a inclusão passaram a ser constantes nas sociedades atuais com o aumento de políticas voltadas para essa parte dos cidadãos. A tentativa de igualdade nas condições para as pessoas passaria a ser uma realidade e os aprendizados com as sociedades do passado trariam lições e aprendizado para o desenvolvimento de ideias e políticas.

3.3 A deficiência sob o ponto de vista do Estado

O termo deficiência, segundo o dicionário Houaiss (2009, p.606), significa a insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão, de uma função psíquica ou intelectual. Muitas pessoas possuem diferentes tipos de deficiência e convivem, ou buscam conviver, em sociedade, mas não é fácil. Os obstáculos são variados, desde preconceitos que pessoas com deficiência sofrem, desconfiança por parte da

sociedade sobre sua capacidade em se relacionar com outras pessoas, até as dificuldades causadas pela falta de investimentos em acessibilidade e em uma educação inclusiva, por parte do Estado. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi promulgada no Brasil (BRASIL, 2009):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Com o passar dos anos, alguns segmentos da sociedade como Organizações não Governamentais (ONGS), instituições de ensino, Igrejas, algumas empresas privadas e governantes mobilizados com a causa procuraram trazer para a coletividade, debates sobre o assunto. O Estado passou a discutir e criar legislações acerca das pessoas com deficiência, assim como a inclusão dessa parcela da população em estabelecimentos variados, como os educacionais, industriais e comerciais. A seguir, mostramos o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, onde são apresentados os tipos de deficiência, definidos pelo Estado (BRASIL, 2004):

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a

baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e
 II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

A lei traz características de cada deficiência, para que as pessoas possam saber suas diferenças. É importante ter essa explicação para que haja um entendimento, por parte da população, da variedade em torno das deficiências. É interessante conhecer os significados de cada deficiência e, para isso, montamos um quadro com os conceitos de cada uma:

Quadro 4 – Conceitos das deficiências apresentadas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

Categorias das Deficiências	Tipos	Conceitos
Físicas	Paraplegia	Paralisia das pernas e da parte inferior do tronco
	Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores ou superiores
	Monoplegia	Paralisia de um só membro ou grupo muscular
	Monoparesia	Paralisia de uma parte das funções de um nervo e/ou músculo, sendo que estes ainda apresentam certa sensibilidade
	Tetraplegia	Perda completa da movimentação que atinge simultaneamente os quatro Membros, os braços e as pernas
	Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores
	Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros
	Tri paresia	Perda parcial das funções motoras em três membros

Físicas	Hemiplegia	Paralisia cerebral que atinge um lado completo do corpo, impossibilitando os seus movimentos
	Hemiparesia	Paralisia parcial de um lado do corpo
	Ostomia	Cirurgia para construção de um novo trajeto para saída das fezes ou da urina. Essa intervenção cirúrgica pode ser usada para criar uma abertura de eliminação das fezes, chama de ostomia digestiva, ou da urina, conhecida como ostomia urinária
	Amputação	Remoção de uma extremidade do corpo mediante cirurgia ou acidente
	Paralisia Cerebral	Grupo de desordens do desenvolvimento do movimento e da postura, causando limitações nas atividades
	Nanismo	Condição de tamanho de um indivíduo cuja altura é muito menor que a média de todos os sujeitos que pertencem à mesma população
	Membros com Deformidade Congênita	Todo defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural presente no nascimento devido à causa genética ambiental ou mista
Auditivas	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais	
Visuais	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica	
Mentais	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas	
Múltiplas	Associação de duas ou mais deficiências	
Pessoas com mobilidade reduzida	Aqueles que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção	

Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir de pesquisa em sites de saúde e medicina.

O Estado, em julho de 2015 instituiu a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e define o cidadão com deficiência da seguinte forma (BRASIL, 2015):

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. [...]

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com a legislação, a lei busca promover igualdade, direito e liberdade às pessoas com deficiência, mesmo sabendo que isso ocorre de forma

reduzida. As discussões acerca do tema trazem a tentativa de conscientização da população para as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e como os problemas enfrentados por elas, podem ser amenizados. A educação é o diferencial para que as novas gerações passem a ter um maior respeito e compreensão das dificuldades das pessoas com deficiência, entendendo que a diferença entre uma pessoa com e sem deficiência possa ser minimizada.

Ainda sobre a Lei da Inclusão, é interessante saber alguns dos significados que o Estado traz sobre o que cerca a acessibilidade. A seguir, apresentamos um quadro, baseado na referida Lei, para conhecimento:

Quadro 5 – Definições dos termos, de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015

TERMO	DEFINIÇÃO
ACESSIBILIDADE	Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias , bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida
DESENHO UNIVERSAL	Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva
TECNOLOGIA ASSISTIVA OU AJUDA TÉCNICA	Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social
BARREIRAS	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros
COMUNICAÇÃO	Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações
	Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos

ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS	em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais
ELEMENTO DE URBANIZAÇÃO	Quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico
MOBILIÁRIO URBANO	Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga
PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA	Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso
RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS	Unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos
MORADIA PARA A VIDA INDEPENDENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	Moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência
ATENDENTE PESSOAL	Pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	Pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas

ACOMPANHANTE	Aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
---------------------	--

Fonte: Dados sistematizados pelo autor a partir da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Ao se deparar com tantas legislações e decretos sobre pessoas com deficiência, notam-se os vários termos nas leis. Termos como *portadores de deficiência*, pessoas com *necessidades especiais*, até o mais conhecido e aceito na atualidade, *pessoas com deficiência*.

O atual termo foi incluído no “Encontrão” das organizações de pessoas com deficiência, ocorrido em Recife, no ano 2000. Os envolvidos no evento passaram a pedir que o público adotasse este termo, justificando que as pessoas não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser conhecidas assim. As pessoas portam um lápis e depois o colocam de volta no lugar, já a deficiência permanente, não. Monteiro (2016, p. 69) resume o sentimento que paira sobre a população acerca das variadas legislações e do papel do Estado sobre as mesmas:

Culturalmente, no Brasil, se diz que muitas leis ficam apenas no papel, cabendo ao governo, aos gestores e a sociedade colocarem em prática. O processo de inclusão não acontece da noite para o dia, ainda se faz necessário conscientizar e fiscalizar para que as pessoas com deficiência possam, de fato, ter seus direitos garantidos, desde o acesso à educação, saúde, informação, etc., e sentir-se incluída na sociedade.

A luta por direitos e garantias do Estado para as minorias é constante, são muitas pessoas buscando igualdade para todos, mas ainda há muito que fazer e há muita gente para ser conscientizada. Os governantes são fundamentais nisso bem como a população de maneira geral, e é para isso que as leis são criadas, para tentar facilitar o entendimento de todos que fazem a sociedade.

4 GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO APLICADAS EM BIBLIOTECAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Capital, fluxos globais, tecnologia, inovação, comunicação são várias as palavras que se enquadram ao termo *globalização*, mas nenhuma delas teria significado se não houvesse uma que pudesse sintetizar e agregar todas: *integração*. Esse termo consegue resumir bem esse trabalho sobre inclusão, mas para haver essa integração, é necessário ter algo que muitos estudiosos e analistas consideram o que se tornou o mais importante elemento de produção atual, a informação.

As mudanças pelas quais a sociedade vem passando cotidianamente fazem com que a informação se torne, cada vez mais, um elo entre as pessoas, seja no trabalho, seja na vida pessoal. A rapidez na busca e obtenção de informações fez as unidades de informação procurarem se adequar a essa nova realidade, buscando abranger, senão todos, pelo menos boa parte dos seus usuários de forma mais inclusiva.

A busca pela inclusão informacional vivida nos dias atuais trouxe consigo novas tentativas para melhorar o acesso dos usuários nas bibliotecas. As novas tecnologias estão ajudando nesse processo de inclusão, visto que algumas pessoas com deficiência conseguem as informações quando vão pesquisá-las. Assim como nas bibliotecas universitárias, as técnico-acadêmicas também estão procurando se adequar às pessoas com deficiência.

4.1 Exclusão, inclusão e globalização

Para entender a inclusão, é preciso saber como a exclusão aconteceu, o que fez o Estado marginalizar determinada parcela da população, como as classes sociais ricas não trabalham em conjunto com as mais pobres. Pode parecer algo lógico, mas é necessário e esclarecedor. Esses termos ganham mais destaque em várias vertentes, como mostra Peiffer (2012, p.13):

[...] os termos exclusão e inclusão social ocupam um lugar cada vez mais destacado no discurso teórico e – sobretudo – político,

começando até a se sobrepôr aos conceitos clássicos da teoria de estruturas sociais, tais como pobreza, marginalidade, depravação, integração, equidade ou classes sociais. Especificamente o conceito de exclusão vem sendo usado cada vez mais nos discursos políticos, na mídia e nas ciências para caracterizar diversos déficits sociais e grupos heterogêneos em posições precárias, que não ou somente participam de forma reduzida nos processos e recursos relevantes da sociedade.

As mudanças pelas quais a sociedade passa, apresentam novas culturas e pensamentos para a grande maioria das pessoas, além de mostrar problemas enfrentados em diversos países e como a coletividade tenta minimizá-los. Exclusão e inclusão, portanto, são realidades de todos, trazidos para os debates através de novas tecnologias, novas formas de ensino e novas formas de entendimento que a sociedade se encontra.

As transformações constantes que ocorrem na sociedade trazem consigo muitas consequências para o cidadão, modificando tanto sua vida cotidiana quanto a sua profissional. O capitalismo, o modelo econômico, o mercado de trabalho, entre tantos outros nomes ligados à globalização, que vêm ocorrendo no chamado mundo moderno, são pilares para essas mudanças.

A estrutura da sociedade está sendo moldada, atingindo todas as pessoas, fazendo com que as condições de vida da população sejam diretamente envolvidas pela composição atual. Como em todas as sociedades, há pessoas excluídas desse processo, porém com maiores informações e melhores acessos a estas, elas estão começando a lidar com esse problema e, através de educação, vão tendo um pouco mais de consciência do papel de cada um na sociedade. Sobre a exclusão na sociedade, Richardson (2009, p. 13) comenta:

O termo exclusão social pode significar qualquer coisa e se aplicar a quase todos. No entanto, diferente de pobreza, sempre implica causa. Se identificarmos pessoas como socialmente excluídas, estamos pressupondo que não devem ser responsabilizadas pela sua condição. A exclusão é algo que acontece às pessoas, que são, em certa medida, vítimas, em um sentido que o conceito de pobreza não pode tratar. São outros responsáveis. Alguém foi responsável pela estrutura econômica de desemprego, pela discriminação racial, pela discriminação da mulher, dos velhos e das pessoas com deficiência.

A exclusão não se dá unicamente por causa de riqueza ou pobreza, ela também pode ser racial, de gênero, de sexo, de idade, com quem tem deficiência,

por ideais políticos, filosóficos, enfim, por vários motivos. É importante destacar que o sistema econômico atual está criando, ainda mais, uma divisão entre as classes, onde os abastados conseguem enriquecer constantemente e os mais pobres enfrentam ainda mais dificuldades. Essa diferença atinge e impacta a vida de cada pessoa, transformando seu trabalho, sua educação, seu cotidiano, etc. A exclusão social significa um aumento da desintegração social nos níveis econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos (RICHARDSON, 2009, p. 27).

Ao mesmo tempo em que a globalização estreitou distâncias entre os países e suas culturas, também alterou a forma de vida em vários setores da sociedade, tornando-a mais competitiva, mais capitalista e excludente, como diz Escarião (2009, p. 40):

O fenômeno da globalização ultrapassa fronteiras, altera a realidade em ritmo frenético, ao se configurar numa dinâmica que minimiza o controle do Estado sobre as relações comerciais, a expansão e a abertura das fronteiras territoriais e comerciais, a disseminação e uso das novas tecnologias da informação e comunicação a partir de um mercado exigente e excludente e de um consumidor explorado. A realidade do capitalismo no mundo atual e no Brasil em particular expõe as características contundentes da globalização: desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, ao adquirir o impulso destas novas tecnologias; recriação da divisão internacional e transnacionalização do trabalho, da cultura e da educação e globalização dos mercados; formação de cidades globais e polarização de estruturas globais de poder que implicam novas formas de organização societal e técnica de trabalho; a transcendência mercados, fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturais e civilização.

As novas formas de organização das populações, moldadas pela globalização, aumentaram a concorrência entre países na busca por recursos econômicos e materiais. Mesmo com avanços tecnológicos e rapidez nas decisões entre países, o capitalismo atual tornou-se uma espécie de termômetro para medir a importância política dos países, a sua influência ao redor do mundo e sua forma de combater desigualdades sociais, financeiras, educacionais nos vários setores da sociedade.

Quanto mais rico e poderoso um país for, mais influente ele será e mais copiado por outras nações também. O modo de vida, sua economia, sua forma de gerir as pessoas e os empregos serão um modelo para outros. A política usada pelo Estado no tratamento à sociedade tentará ser empregada como exemplo. Países

mais pobres, sem o poder econômico forte serão deixados de lado cada vez mais, justamente por não terem a influência dos mais ricos.

4.2. Sociedade da Informação

Com o passar dos anos, a informação passou a ser um bem como tantos outros já existentes. Os governos entenderam a importância dela e começaram a investir em métodos e meios de fazer essa informação chegar de forma rápida e eficiente às pessoas, às empresas, às comunicações, enfim, eles entenderam que ter informação é sinônimo de poder e respeito.

As novas tecnologias que surgiram no decorrer do tempo têm ajudado as pessoas de várias formas, desde a rapidez na busca por informações, até um contato melhor com especialistas em determinados assuntos. A *internet* veio para conectar todas, ou a grande maioria, das pessoas através dos computadores, *smartphones*, *tablets*, etc., entre si.

Seria a nova Revolução Industrial, só que, não com máquinas nas manufaturas, e sim com aparelhos tecnológicos com extrema rapidez na busca e disseminação de informações. De acordo com Werthein (2000, p. 71):

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. A realidade que os conceitos das ciências sociais procuram expressar refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como “fator-chave” não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações.

Os meios para registrar as mais variadas informações, visando obtenção de respostas às pesquisas, aos questionamentos, às dúvidas, existem há muito tempo. Começando na Antiguidade, passando pela Idade Média e até os dias atuais, esses elementos estão sendo modificados e melhorados para facilitar essa busca, como lembram Araújo e Oliveira (2005, p. 33):

Desde a Antiguidade até o final da idade Média foram utilizados diferentes suportes como base para o registro de conhecimentos: a

pedra, o barro, a madeira, o linho, a seda, o papiro, o pergaminho e o papel. Com a invenção da imprensa por Guttenberg, em 1452, e seu desenvolvimento nos séculos seguintes, houve grandes modificações na produção, no armazenamento e na difusão dos conhecimentos.

Algumas pessoas conseguem obter informação de forma menos complicada. Para isso, é preciso ter disponibilidade a um computador com internet e iniciar a sua busca. Porém, para se chegar a esse ponto, muito precisou ser feito, experiências foram necessárias para se guardar informações em vários momentos da história.

Sabe-se que os mosteiros, as igrejas e boa parte da elite dominante continham essas informações, mas após a invenção da imprensa, pôde-se ampliar para uma boa parte da população. A maior fabricação de livros, os acessos às bibliotecas, antes exclusivas de reis e burgueses, pela população mais pobre, foram o pontapé inicial para o aumento da busca à informação.

A sociedade da informação propriamente dita foi surgindo a partir de um crescimento da literatura científica do século XIX juntamente com a explosão bibliográfica após a Segunda Guerra Mundial (ARAÚJO; DIAS, 2005, p.112). O conhecimento passou a ser produzido de forma intensa e sua distribuição, aumentada. Araújo e Dias (2005, p. 113) a definem da seguinte forma:

O termo sociedade da informação se difunde e se define como a etapa do desenvolvimento da sociedade que se caracteriza pela abundância de informação organizada. O espaço de produção desta sociedade não é mais o da fábrica ou o do escritório, mas o conjunto de meios, que é, antes de tudo, um conjunto de informações, mais especificamente, de informações científicas, tecnológicas, comerciais, financeiras e culturais, difundidas de forma rápida e interativa.

Essa sociedade é composta, sobretudo, por informação em todos os meios e sentidos, em todos os lugares e de todas as formas. Tudo gira em torno da informação, trabalho, pesquisa, saúde, vida social, enfim, as pessoas estão mais atreladas à informação do que em qualquer outro momento.

As novas tecnologias vieram para fincar o seu papel no mundo moderno, seja através de computadores, tanto em carros quanto em mesas cirúrgicas, seja na criação de cenas em filmes ou ainda na busca por conhecimento através de cursos online ou mesmo palestras em diferentes partes do mundo ligadas pela internet. Nesse mesmo contexto, a inclusão também passou a ser digital, além de ser

estrutural. Ela começou a se preocupar como pessoas com deficiência se encaixariam nessa nova sociedade. As novas tecnologias estão, cada vez mais, trabalhando com a inclusão dessa parte da sociedade, visto que elas também são consumidoras e também buscam informações.

Instituído em 1999, pelo Governo Federal do Brasil, o programa Socinfo (Programa Sociedade da Informação) foi idealizado através de um estudo dirigido pelo Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia e coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e, segundo Silva (2011):

O objetivo do Programa SocInfo é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. Para tanto, se desdobra em sete grandes linhas de ação: “mercado, trabalho e oportunidades”, “universalização de serviços e formação para a cidadania”, “educação na sociedade da informação”, “conteúdos e identidade cultural”, “governo ao alcance de todos”, “P&D, tecnologias-chave e aplicações”, e “infra-estrutura avançada e novos serviços”.

Através da criação desse programa, foram idealizados os chamados *Livro Verde*, em 2000 e o *Livro Branco*, no ano de 2002, no qual se encontravam propostas para tecnologias avançadas, internet e de impacto social, visando uma melhoria para a sociedade da informação no Brasil e, conseqüentemente, para a população de maneira geral. Áreas como identidade Cultural, Inclusão Digital e Universalização de Serviços, por exemplo, seriam beneficiadas com a implantação de aproximadamente 15 mil bibliotecas digitais através do programa. Silva (2011) lembra como seria essa divisão do programa:

Foram projetadas 5 Tipos de Bibliotecas Digitais, cada tipo de acordo com o tamanho e o perfil da instituição que abrigaria a infraestrutura (Bibliotecas Municipais, Estaduais, Federais e Organizações Não Governamentais). Cada tipo de biblioteca contaria com um Kit de Computadores e Impressora conectados em rede local com conexão Internet banda larga. O Kit também contaria com uma coleção de 500 a 5000 livros físicos. Os instrutores e multiplicadores já estavam treinados e capacitados. Estimava-se que cada Biblioteca atenderia, em média, um público direto de 2 mil pessoas, totalizando 30 milhões de usuários.

O programa não seguiu adiante por falta de investimento por parte do Governo Federal e em 2003, ele se deu por encerrado. A esperança é que o Governo possa retornar com os investimentos ao Programa, já que o mesmo trabalhava para melhorar o mercado, a educação, tecnologias variadas, cultura, enfim, era um Programa que faria o país crescer como um todo, além de ser bastante inclusivo. Afinal, a sociedade da informação não é um modismo e representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico (TAKAHASHI, 2000, p. 05).

A sociedade da informação traz consigo transformações tanto no nível social, aumentando a informação entre as pessoas e diminuindo a distância que as separa de outras, quanto no nível econômico, impulsionando negócios e melhorando a qualidade nos serviços oferecidos. Takahashi (2000, p. 05), na escrita do Livro Verde, escreve que a sociedade da informação:

É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível. É também acentuada sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação.

Caso a tecnologia tenha seus investimentos retomados pelo Governo Federal, juntamente com a educação, haverá transformações significativas para todos os setores da sociedade. A produção, o consumo, a competição entre empresas, enfim, tudo isso poderá modificar setores da economia, afinal, com mais acessibilidade informacional, o conhecimento sobre o que está acontecendo aumentará, isso trará uma capacidade maior na maneira de agir sobre o que se é produzido e oferecido, além do aprendizado, haverá inovação, pois será preciso ter criatividade para conseguir novos consumidores para produtos que estarão no mercado. Takahashi (2000, p. 06) diz que o Programa busca contribuir para:

- a construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade;
- a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional;
- a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política.

Como podemos notar, o Livro Verde busca uma interação entre a sociedade, ele procura focar na igualdade de condições e oportunidades que os avanços na área da tecnologia trarão ao Brasil. A inclusão é constantemente lembrada, já que é um plano de proporção nacional e que abrange toda a sociedade, portanto, sem exceções. As diferenças regionais também são lembradas, pois cada estado é particular e tem suas peculiaridades e isso não pode ser ignorado. Assim como a educação, afinal, ela é um dos principais fatores que vão gerar igualdades de condições para que todos possam ter uma acessibilidade informacional e tecnológica. Mais uma vez, Takahashi (2000, p. 07) fala o seguinte no Livro Verde:

É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas sobretudo inovar. No Brasil, até mesmo a educação básica ainda apresenta deficiências marcantes. Particularmente nos segmentos sociais de baixa renda e em regiões menos favorecidas, o analfabetismo permanece como realidade nacional. O desafio, portanto, é duplo: superar antigas deficiências e criar as competências requeridas pela nova economia. Nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação podem prestar enorme contribuição para que os programas de educação ganhem maior eficácia e alcancem cada vez maior número de comunidades e regiões.

Pensando no fim das desigualdades sociais e regionais, e procurando dar oportunidade a todos, o Programa busca dar uma acessibilidade informacional através da educação, ou seja, é ela quem vai mover a melhoria de vida das pessoas, é ela quem vai dar chance para as pessoas buscarem uma vida melhor, é ela quem trará novas formas de se viver. As inovações tecnológicas necessitam de uma educação contínua, focada e qualificada para que as pessoas possam ter o alcance à informação. Cabe aos governantes, o que não está acontecendo nos dias atuais, dar a continuidade necessária aos investimentos na base educacional.

Se há analfabetismo, que se busquem formas de se combater, se há desigualdades sociais, que se procurem novas idéias para que isso diminua, se há falta de oportunidade a todos, que se tragam formas de inclusão. Ideias, como podemos constatar, existem, mas há pouca ação do poder público em dar subsídios a quem deseja aprender. Mais um trecho do Livro Verde, dito por Takahashi (2000, p. 45) fala em educar para se construir uma sociedade mais justa e mais igualitária:

A educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações. Por outro lado, educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica

A sociedade da informação passa, antes de tudo, por uma educação contínua, em todos os níveis, desde a educação básica, até a educação superior. A inovação tecnológica não acontece sem uma inclusão social, onde as pessoas possam compreender e saber o que está acontecendo ao seu redor. Investimentos na área tecnológica e científica são importantes para o aprimoramento profissional e pessoal, além de envolver diversas áreas de um país, como a educacional, a mercadológica e a econômica. Portanto, é necessário reaver programas como o Socinfo para que o crescimento econômico do país não pare e, com isso, a inclusão das mais variadas classes sociais e de pessoas marginalizadas por parte da sociedade possa diminuir.

4.2.1. Políticas públicas de informação em bibliotecas: perspectivas no contexto da inclusão e acessibilidade informacional

Mudanças de atitudes, tais como a busca da educação para todos, a luta contra os preconceitos, a conscientização das pessoas do papel de cada um dentro da sociedade, além do debate constante com a sociedade, são importantes para o fortalecimento da base de uma sociedade inclusiva. A acessibilidade informacional aparece como fundamental para o exercício da cidadania e implica em uma melhoria na qualidade de vida do cidadão (SOUZA, 2013, p. 02).

O profissional bibliotecário também tem sua parcela de importância na sociedade inclusiva. Ele precisa ser o elo entre o usuário e sua busca da informação, ainda mais quando essa pessoa possuir algum tipo de deficiência. A chamada inclusão informacional procura dar a todos que procuram algum tipo de informação, suas respostas e o bibliotecário deve fornecer elementos e base a quem for procurá-la.

A informação acaba se tornando uma aliada na luta contra o preconceito e discriminação, onde pode mostrar a diversidade humana e ocasionar mudanças de atitudes e ajudar a quebrar modelos arcaicos, em que pessoas com deficiência eram tidas como totais incapazes. O bibliotecário está inserido nesse contexto por trabalhar diretamente com pessoas, com ou sem deficiência, que buscam as mais variadas informações a todo instante e precisa estar preparado para poder entregar a informação correta de uma maneira rápida e precisa. Esse profissional tem que ter em mente o seu papel na mudança da sociedade, facilitando o acesso, principalmente, para as pessoas com deficiência. Oliveira (2005, p. 99) comenta sobre as mudanças que o chamado profissional da informação tiveram que passar com as novas tecnologias:

As novas tecnologias de informação alteraram a rotina de vários segmentos e instituições sociais e, nessa esteira, também provocaram impacto na forma de organização, disseminação e uso das bibliotecas e outras unidades de informação. Tais alterações repercutiram incisivamente na formação e no perfil de bibliotecários e demais especialistas de informação. Tais profissionais passaram a se deparar com um novo contexto que lhes exigia, e exige, não só um corpo de conhecimentos especializados, mas também conhecimentos e habilidades no uso de tecnologias para organizar, processar, recuperar e disseminar informações, independentemente do suporte no qual elas estejam registradas.

Com o uso de novas tecnologias, os profissionais das áreas de informação precisaram e precisam estar conectados com as novidades, para que possam dar o suporte necessário a quem busca informação. As pessoas com deficiência, dentro desse contexto da sociedade da informação e da sociedade inclusiva, não estão sendo vistas mais como um público inferior e sim como consumidores de informação como quaisquer outras pessoas. Essa inclusão informacional que estamos vivendo passa, também, pela busca na qualidade do serviço oferecido dos profissionais envolvidos. Cursos e especializações, além de capacitações e práticas para saber como lidar com os mais diversos públicos são importantes para haver uma maior e melhor inclusão.

Mas de nada adiantaria toda essa inclusão informacional, mencionada anteriormente, se não houvesse uma busca pela melhoria do acesso a ela, atenuando barreiras, conhecida como acessibilidade informacional que, segundo Santos (2015, p. 210):

é a dimensão que determina a eliminação de barreiras no acesso à informação para auxiliar no alcance às fontes e materiais de informação para todas as pessoas de forma segura e autônoma, contribuindo com a construção e manutenção de ambientes propícios para busca, recuperação e utilização da informação, sem que haja interferências de ordem fisiológica, educacional, profissional, cultural e social.

As transformações pelas quais a sociedade está passando vêm trazendo outras mudanças, como as estruturais. As unidades de informação começaram a se adequar para públicos com deficiências variadas, fazendo com que seus prédios se moldassem para recebê-los. Compete à biblioteca analisar as necessidades da comunidade e garantir que os produtos e serviços estejam sintonizados e adequados para garantir que seu público alvo tenha acesso igualitário à informação (STROPARO, 2016). O bibliotecário precisa ter ciência de quem é o seu público, é importante ter esse conhecimento para saber quais formas de levar a informação a todos que a procuram e se seu usuário está conseguindo obtê-la. Souza (2013, p.10) comenta que o profissional deve saber:

Quanto são, qual deficiência mais ocorre, o perfil econômico, o grau de escolaridade, as preferências e as áreas de interesse de leitura são exemplos de itens que devem ser do conhecimento do bibliotecário, com vistas a melhor oferta de produtos e serviços

informativos. A falta desse conhecimento impede que se pense e se desenvolvam práticas que auxiliem o uso das bibliotecas pelos deficientes. Ao bibliotecário compete prover acesso a produtos e serviços informativos, de modo a subsidiar as atividades e atender às necessidades de informação de seu público-alvo.

Alguns produtos servem para facilitar a acessibilidade informativa das pessoas com deficiência, como lupas, para deficientes visuais, fones de ouvidos, para pessoas com baixa audição, livros em braile, *e-books* e áudio livros (livros falados), para pessoas cegas ou com baixa visão, além da linguagem de sinais (Libras) para surdos são alguns exemplos de produtos e serviços que a unidade de informação pode oferecer aos seus usuários com deficiência, depois de uma análise aprofundada das necessidades do público. Esses produtos e serviços, também conhecidos como tecnologias assistivas, são definidos na página da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Brasil, 2009), na internet, da seguinte maneira:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que dão mais autonomia, independência e qualidade de vida a pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida.

A tecnologia assistiva, em outras palavras, procura melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, além de buscar sua inclusão na sociedade. As unidades de informação precisam adicionar essas atividades ao seu cotidiano para que os usuários sintam-se capazes de encontrar suas informações quando forem realizar suas pesquisas no local.

Para dar mais uniformidade com as políticas de inclusão, foi criada uma norma específica para construções dos espaços, visando uma melhor acessibilidade para as pessoas com deficiência. A Norma Brasileira 9050 (2015, p.1), que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e que:

Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de

rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos a maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

A referida norma inclui entre tantos espaços, a biblioteca, como ela deve estar preparada para receber pessoas com deficiência, quais os tipos de materiais que ela necessita obter para atender a esse público. Da mesma forma que há legislações que regem sobre a inclusão, há documentos oficiais que procuram inserir as instituições nelas. O Instituto Federal da Paraíba, local do objeto do estudo dessa pesquisa, por exemplo, possui um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual norteia sua organização.

Nele, é feita uma projeção para ajustes, ações e adaptações até o ano de 2019, já que ele engloba os anos de 2015 até 2019³. Além de vários itens informacionais, administrativos e organizacionais, é notada uma preocupação com a inclusão e melhoria da qualidade de vida dos usuários, quando diz (PDI, 2015-2019, p. 63):

As ações educacionais do IFPB sustentam-se nos seguintes princípios:

- respeito às diferenças de qualquer natureza;
- inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, de acordo com o Plano, o Instituto Federal da Paraíba busca incluir o público com deficiência, pois além de oferecer oportunidade através de vagas em suas seleções públicas, em suas unidades há núcleos de apoio a pessoas com

³ O PDI do IFPB tem a duração de 5 anos por seguir o Artigo 16, do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que traz instruções para Elaboração de Plano Institucional.

deficiências, os chamados NAPNE (Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas). Neles, o usuário com deficiência receberá assistência especial de acordo com sua necessidade. De acordo com o PDI (2015-2019, p. 90), sobre a educação inclusiva, o IFPB se compromete com:

- o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
- a implementação da acessibilidade física;
- o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com necessidades específicas;
- a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com necessidades específicas;
- a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar;
- o compromisso institucional para permanência e êxito de pessoas que possuam o transtorno do espectro autista.

Além dos itens acima, o Instituto também irá introduzir a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial, promoverá o desenvolvimento comunitário através do Projeto Mulheres Mil e resgatará e procurará reinserir no sistema educacional brasileiro, jovens e adultos com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

No que se refere à biblioteca do Campus Cabedelo, o PDI é muito vago, pois mostra sua visão, missão, valores, quantitativo do acervo e de mobiliário, quais são os ambientes do prédio, horário de funcionamento, servidores, além dos serviços que ela presta à comunidade. O único momento em que fala de inclusão está na página 373, quando diz o seguinte: a biblioteca atende padrões de acessibilidade. O que não é totalmente verdade, pois faltam vários itens para facilitar o acesso ao prédio, como pisos táteis (estes já estão sendo instalados em vários pontos do Instituto), corrimão especial, sinalização adequada, programas de computador para facilitar suas pesquisas, livros em braile, sistema que atenda ao público com deficiência, enfim, são melhorias que a biblioteca necessita ter para esse usuário específico possa se sentir incluído no ambiente.

As bibliotecas técnico-acadêmicas, como são conhecidas as unidades de informação por atenderem vários públicos em um único espaço, desde usuários de cursos fundamentais, médios, técnicos, superiores, pós-graduação, até servidores, pessoal de apoio e comunidade em geral, deveriam ser inseridas em todos os processos de planejamento, já que ela lida com todos os públicos presentes na Instituição. Segundo Sousa (2016, p. 34):

No contexto dos institutos federais estão as bibliotecas técnico-acadêmicas que são equiparadas às bibliotecas universitárias, pois, assim como essas, têm funções que estão pré-determinadas e condicionadas pelas funções da organização a qual pertencem devendo elas estabelecerem, promoverem, manterem e avaliarem uma gama de serviços de qualidade que suportem a missão e os objetivos da instituição.

A importância da biblioteca no contexto inclusivo é real, visto que nela se encontram muitas das informações que seus usuários buscam. Faltam dar aos bibliotecários melhores condições, tanto em equipamentos quanto em estrutura, para que seus usuários sintam-se incluídos na sociedade informacional e que eles possam, assim, sentirem-se dentro do processo da sociedade da informação.

5 ANÁLISE DOS DADOS

O intuito desse capítulo é provocar o diálogo entre os questionamentos da pesquisa utilizando as respostas obtidas dos questionários e entrevistas aplicados aos usuários, bibliotecários e diretor do Instituto Federal – Campus Cabedelo. Para que isso ocorra, dividimos em etapas que serão apresentadas da seguinte forma:

Primeiramente, serão apresentadas e analisadas as escritas dos usuários com deficiência frequentadores da biblioteca, em seguida apresentaremos as entrevistas com os servidores bibliotecários da unidade de informação, para confrontar com respostas do diretor do instituto, ou seja, ele, portanto, será a terceira etapa dessa fase do projeto. Logo após a apresentação dos pensamentos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, voltaremos a falar do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto, para tentar compreender como a administração enxerga os usuários com deficiência e, por fim, haverá proposição de estratégias para aprimoramento das políticas públicas de educação e informação para pessoas com deficiência na biblioteca do instituto.

5.1 Questionário com os usuários

Nessa etapa, serão analisadas as respostas dos usuários com deficiência que estão estudando no Instituto atualmente. Não obtivemos sucesso no contato com os usuários com deficiência egressos, portanto a análise ocorrerá, apenas, dos usuários que ainda se encontram em atividade no Instituto. Atualmente há 6 (seis) usuários com deficiência matriculados e cursando normalmente nas dependências do IFPB e foram estes usuários os respondentes da pesquisa.

Não iremos colocar seus nomes por uma questão de preservação da identidade dos mesmos, entretanto a nomenclatura utilizada será através de siglas, a saber: o primeiro usuário respondente, será definido como E1, o segundo, como E2 e assim sucessivamente, findando com o E6.

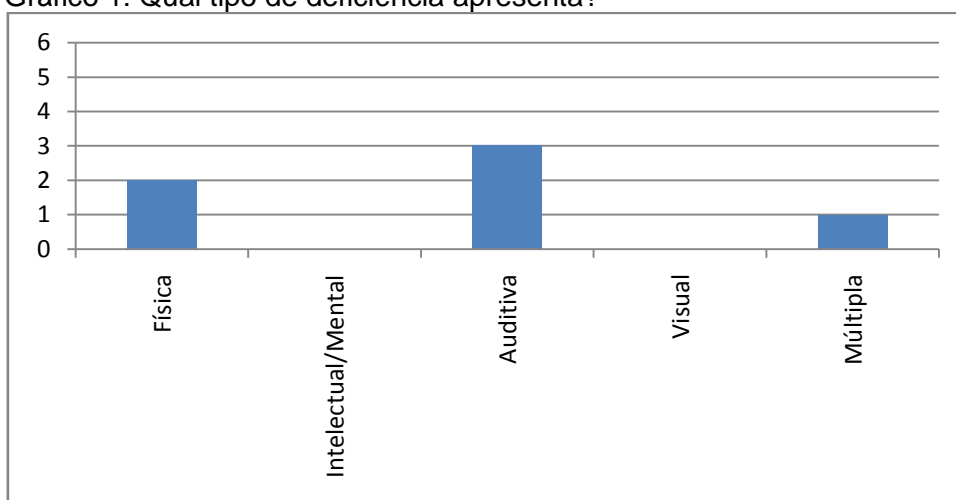
O questionário foi dividido da seguinte forma: as questões 01 a 04 trazem qual ou quais tipo ou tipos de deficiência o usuário possui, o que o leva a frequentar a biblioteca, qual serviço ele mais utiliza na unidade de informação e qual atividade a biblioteca deveria priorizar para que atraia mais usuários com deficiência. Na quinta questão, o usuário foi convidado a avaliar com notas de 1 a 5, sendo 1, ruim, 2,

regular, 3, bom, 4, ótimo e 5, excelente, a infraestrutura, os serviços e o uso da tecnologia da biblioteca. Na sexta e última questão, os usuários ficaram livres para tecerem comentários, sugestões, críticas e avaliações do que julgarem relevantes para a pesquisa sobre suas experiências na biblioteca. A seguir, serão apresentadas as questões feitas aos usuários com deficiência com respectivos gráficos para ilustrar suas respostas, explicando os resultados obtidos.

- *Qual tipo de deficiência apresenta?*

Iniciamos o questionário com uma pergunta que nos mostra a variedade de deficiências entre os respondentes, além de perceber a importância dos seus acompanhantes, já que eles foram fundamentais para o auxílio às respostas. A partir dela, procuramos entender um pouco das necessidades de cada usuário.

Gráfico 1: Qual tipo de deficiência apresenta?



Dos tipos de deficiências apresentadas, dois dos entrevistados apresentaram deficiência física, por terem alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano (BRASIL, 2004), três apresentam deficiência auditiva, por terem perda bilateral, parcial ou total da audição, aferida por aparelho específico (BRASIL, 2004) e um, múltipla, pela associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2004).

O entrevistado com deficiência múltipla teve seu questionário feito por um cuidador, já que o mesmo não conseguia segurar a caneta. Mas o profissional que auxiliou o usuário apenas transcreveu suas idéias, ou seja, ele não modificou palavras ou escreveu sua opinião, apenas relatou, de forma imparcial, o que foi dito

pelo entrevistado. Os outros usuários com deficiência auditiva responderam com o auxílio de um intérprete de Libras; já os com deficiência física, responderam sem auxílio, pois suas deficiências não impediram que eles mesmos se expressassem.

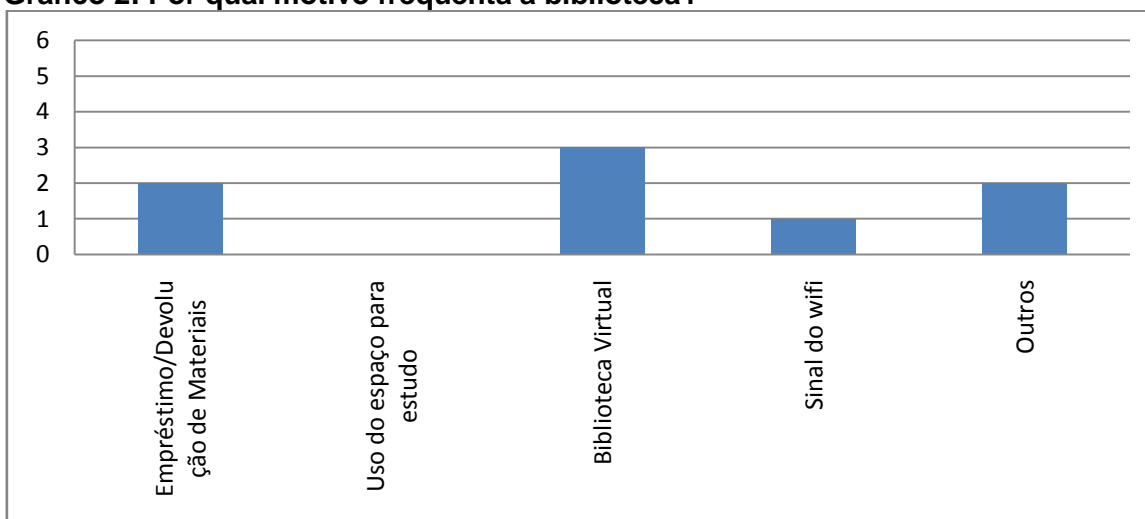
A importância de um profissional preparado e capacitado para que os usuários com deficiência pudessem responder aos questionários foi notada logo que solicitamos aos mesmos ajuda na coleta dos dados. O primeiro usuário a responder foi um dos deficientes auditivos e o intérprete de Libras foi fundamental, justamente pela nossa falta de capacitação na Linguagem Brasileira de Sinais. Esse profissional teve seu trabalho regulamentado com a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 e, já no seu 1º parágrafo, fica claro quando diz o seguinte: esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (BRASIL, 2010). Se o referido profissional não estivesse disponível, a coleta dos dados teria sido muito complicada e correríamos o risco de não conseguir a tempo.

Da mesma maneira, os cuidadores foram de fundamental importância em nossa coleta de dados, pois os mesmos se disponibilizaram para nos ajudar na fase de aplicação de questionários. Esses profissionais, também conhecidos por acompanhantes, têm sua definição explicada na Lei da Inclusão (nº 13.146, de 06 de julho de 2015), quando diz: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal (BRASIL, 2015), e foi exatamente como explica a Lei, o cuidador quem respondeu às perguntas, mas expressando as idéias do entrevistado.

- *Por qual motivo frequenta a biblioteca?*

Após identificarmos os tipos de deficiências ditos pelos próprios sujeitos entrevistados, o quesito a seguir nos direciona para a justificativa que impulsiona os usuários de irem à unidade informação. A seguir, apresentamos o gráfico de acordo com suas respostas:

Gráfico 2: Por qual motivo frequenta a biblioteca?



O entrevistado número quatro (E4) assinalou três opções, *Empréstimo/Devolução de Materiais*, *Biblioteca Virtual* e *Sinal do Wifi*, portanto, os números para análise dessa questão terão acréscimo de duas opções. A frequência dos entrevistados na biblioteca acaba trazendo uma questão delicada, nenhum dos usuários respondentes disse que ia para a unidade informação em busca de espaço para estudo. Por que isso ocorre já que a biblioteca deve ser um espaço agradável e acessível onde seus usuários possam adquirir um gosto maior pela leitura, com prazer na sua busca pela informação desejada? A biblioteca do IFPB – Campus Cabedelo possui, atualmente, um espaço com cinco cabines para estudo em grupo e mais vinte e cinco cabines para estudo individual. Ela está passando pela instalação de aparelhos de ar condicionado, uma das maiores queixas dos usuários, de um modo geral, e isso acaba distanciando os mesmos. Após a montagem, acreditamos que os usuários passem frequentar de forma mais intensa o espaço reservado para o estudo, além de deixar o ambiente mais agradável.

A falta de uma climatização adequada faz com que os usuários utilizem os serviços de empréstimos e devoluções para que possam estudar em outro local. Dos entrevistados, apenas dois deles disseram que vão à biblioteca atrás desse serviço, ou seja, um reflexo direto da ida rápida à biblioteca, somando-se a isso à falta de uma estrutura e gestão para a garantia da política de acessibilidade para os usuários com deficiência. Um dos serviços mais procurados pelos usuários é a *Biblioteca Virtual*, espaço climatizado oferecido às pessoas que vão em busca de acesso a computadores ligados à internet, seja para realização de trabalhos e pesquisas, seja

para estudo ou mesmo, para acessar as redes sociais e sites de uma maneira geral.

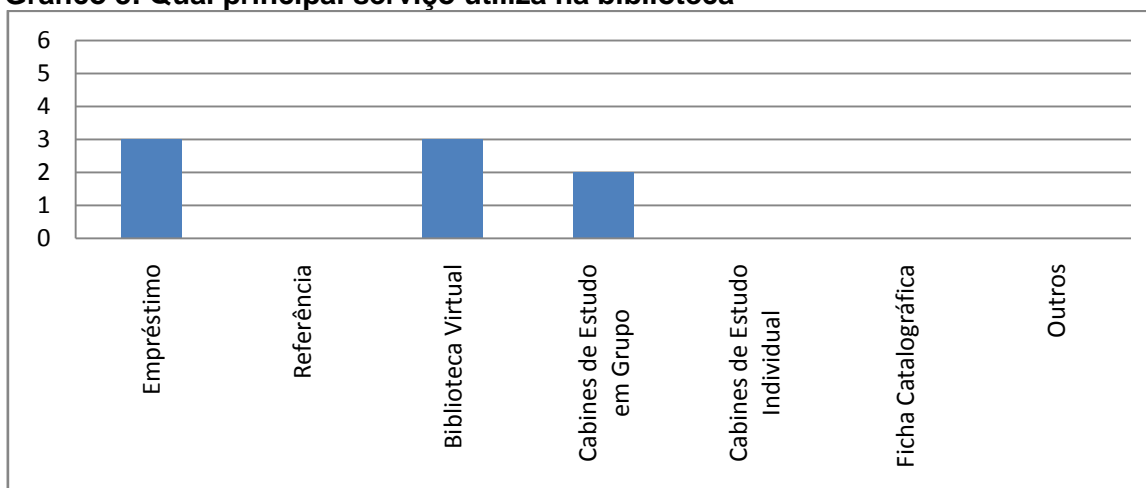
O termo *biblioteca virtual* é adotado para designar uma biblioteca que inclui acervo digital, recursos de acesso à informação, serviços on-line operando em rede pela internet (CUENCA, 2008-2009, p. 74). O que justifica a maioria dos entrevistados terem dito que o motivo pela sua ida à biblioteca seja a “virtual”, se dá pela diversidade que a internet propõe aos usuários com deficiência, além de um espaço com ar condicionado e acessível para o público com deficiência.

O sinal do wifi foi assinalado por um respondente apenas. Esse é um serviço oferecido pela biblioteca aos seus usuários, para que os mesmo possam utilizar a internet do seu smartphone ou do seu notebook. Como a biblioteca não oferece um espaço agradável em seu interior, por falta de climatização, o número ainda é considerado baixo. Dois dos entrevistados responderam ao item *Outros* e ambos comentaram os mesmos motivos: reuniões e trabalhos. Ou seja, uma continuidade da sala de aula, só que no espaço da biblioteca, dando, assim, a esperança de que a biblioteca poderá oferecer aos seus usuários a qualidade necessária para uma boa estadia nela.

- *Qual principal serviço utiliza na biblioteca?*

Seguindo o roteiro dos questionamentos e sabendo dos motivos que levam os usuários a visitarem à unidade de informação, passamos a investigar a prioridade dos trabalhos oferecidos pela biblioteca a esses usuários na visão deles.

Gráfico 3: Qual principal serviço utiliza na biblioteca



Mais uma vez, o E4 teve uma resposta do mesmo formato de se responder ao questionamento anterior, quando assinalou três opções para essa pergunta, *Empréstimo*, *Biblioteca Virtual* e *Cabines de Estudo em Grupo* e, como ocorreu na questão anterior, serão aumentados dois números para a análise dessas respostas. Outra observação a respeito desse quesito foi a opção *Ficha Catalográfica*, esse é um serviço oferecido pela biblioteca aos usuários concluintes dos cursos, para que eles possam incluí-la em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Como os entrevistados ainda não estão em fase final dos seus cursos, não assinalaram esse item.

O item *Empréstimo* também engloba o serviço de devolução de materiais e foi explicado aos usuários no momento da entrega do questionário. Ele é um dos mais assinalados, justamente por ser um serviço que entrega aos usuários os materiais pesquisados por eles, para que sejam levados para outro lugar.

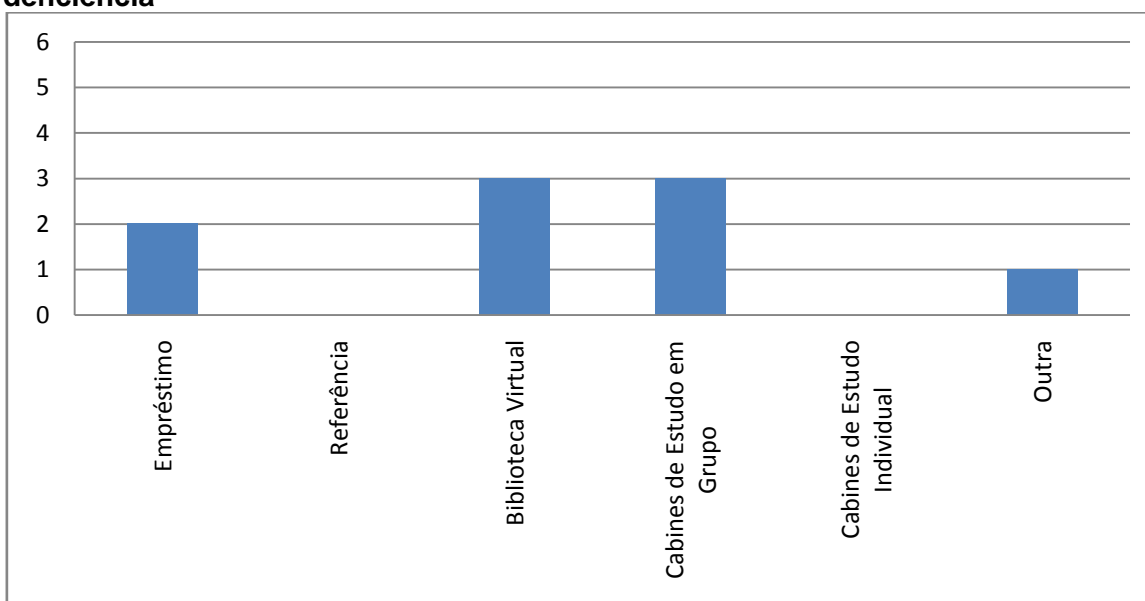
O item referência não foi marcado pelos entrevistados, mesmo sendo bastante importante na biblioteca, já que consiste na assistência efetivamente prestada ao usuário, procurando fornecer acesso rápido e seguro à informação (GROGAN, 2001, p.7). Mas como a maioria dos usuários não fica por muito tempo na biblioteca, muitas vezes, devido à climatização, esse serviço mal é utilizado. O outro serviço que se destaca nessa pergunta é a *Biblioteca Virtual*, por se tratar de um ambiente que atrai os usuários e por ser um dos espaços climatizados, além de dar possibilidade ao usuário com deficiência poder encontrar suas respostas a suas buscas de maneira mais independente.

O segundo item mais assinalado foi o das *Cabines de Estudo em Grupo*, por se tratarem de espaços onde vários usuários podem permanecer juntos e onde há climatização adequada. É um espaço concorrido pelos usuários, principalmente quando há trabalhos para serem entregues aos professores e quando há provas e testes marcados. As *Cabines de Estudo Individual* não foram mencionadas, provavelmente, pelo fato dos usuários com deficiência preferirem os locais com mesas para facilitar o acesso dos seus cuidadores.

- *Qual atividade a biblioteca deveria priorizar para atrair o usuário com deficiência?*

Dando continuidade à análise dos dados, seguimos com o ponto de vista dos participantes da pesquisa a respeito dos serviços que a unidade de informação deveria ter como fundamental e que poderia levar mais usuários com deficiência para dentro dela.

Gráfico 4: Qual atividade a biblioteca deveria priorizar para atrair o usuário com deficiência



Nesse quesito, os entrevistados 4 e 6 (E4 e E6) assinalaram mais de um item, fazendo com que as respostas apresentassem mais números. Novamente os itens *Referência* e *Cabines de Estudo Individual* não foram marcados.

Ao marcarem o item *Empréstimo*, os usuários, acreditamos, levam em consideração a falta de pessoal que trabalha na biblioteca, já que são apenas quatro, sendo que a bibliotecária ficará afastada pelo período de quatro anos para fazer doutorado, diminuído esse número e não há previsão de nomeação de novos servidores. Eles também sabem da falta de um sistema de empréstimos mais ágil e

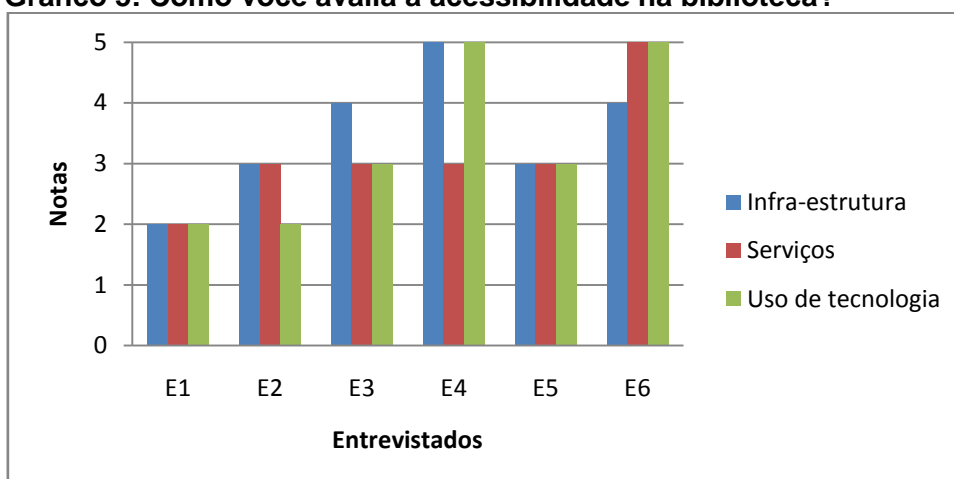
seguro para o atendimento dos usuários (estamos em fase de implantação de um sistema de bibliotecas chamado KOHA⁴).

Quando os usuários assinalam *Biblioteca Virtual* deduzimos a necessidade deles por mais computadores na sala, além de mais tempo dela aberta ao público (atualmente ela funciona em horário reduzido para implantação dos materiais bibliográficos no sistema). Da mesma forma, a opção *Cabines de Estudo em Grupo*, a necessidade por mais mesas e cadeiras para o referido espaço, já que ele é um dos mais procurados e concorridos da biblioteca, por se tratar de um local aconchegante, discreto e com espaço para várias pessoas ao mesmo tempo e porque não dizer que para as pessoas com deficiência a aprendizagem dentro de um processo coletivo pode vir a se tornar mais enriquecedor. O entrevistado número dois respondeu o item *Outras*, justificando que dependeria do que o usuário busca na biblioteca, e ele tem razão, a procura pelo serviço que vai proporcionar à administração da biblioteca uma melhora, mas podemos ter uma ideia, já que o cotidiano nos mostra onde melhorar e o que pode ser feito para melhorar a inclusão informacional.

- *Como você avalia a acessibilidade na biblioteca?*

Nesse quesito, pedimos aos entrevistados que avaliassem três itens que abrangem a acessibilidade na biblioteca, a *Infraestrutura*, os *Serviços* e o *Uso de Tecnologia*, como foi dito anteriormente, a avaliação foi feita através de notas, de 1 a 5, onde 1 será considerado ruim, 2, equivalerá a regular, 3, corresponderá a bom, 4, terá o desempenho como ótimo e 5, excelente. Pelas notas dadas, podemos deduzir que a biblioteca é vista, pela percepção dos usuários com deficiência, como boa, mas com alguns pontos a serem destacados como nos mostra o gráfico a seguir:

⁴ Sistema de gestão de bibliotecas que permite promover os seus conteúdos, conhecer os seus utilizadores e que disponibiliza serviços que levem a biblioteca até aos seus leitores estendendo-a para além do seu espaço físico. O software Koha é uma solução *open-source* (código aberto que pode ser adaptado para diferentes fins) para gestão integrada de bibliotecas. Este software é composto por vários módulos dando suporte a todas as atividades realizadas no contexto de uma biblioteca tais como: 1) *catálogo on-line OPAC* (ON-LINE PUBLIC ACCESS CATALOG, que em português significa: CATÁLOGO EM-LINHA DE ACESSO PÚBLICO – termo utilizado para designar programas que gerenciam a recuperação de informações em formato eletrônico), 2) *catalogação*, 3) *gestão de autoridades*, 4) *circulação*, 5) *gestão de utilizadores*, 6) *aquisições*, 7) *periódicos*, 8) *relatórios*, 9) *administração* e 10) *ferramentas*.

Gráfico 5: Como você avalia a acessibilidade na biblioteca?

No primeiro item da questão, apenas um respondente deu a nota máxima, um avaliou como regular e os outros variaram entre boa e ótima. Sabemos que a biblioteca precisa de climatização adequada (isso está sendo providenciado), além de adaptações para que ela possa receber os usuários com deficiência de maneira apropriada, exemplos disso são a falta de uma sinalização para os usuários com deficiência visual, falta de pisos táteis, corrimãos para auxílio, etc. As bibliotecas devem cuidar para que seja permitida a participação de todos os seus usuários, aos serviços que disponibiliza (TORRES, 2002, p. 90) e isso passa por uma série de readaptações às necessidades do seu público. Há normas a serem seguidas por elas, sendo uma das principais a Norma Brasileira NBR 9050, que também trata da acessibilidade em bibliotecas.

A opção *Serviços* foi a das notas mais baixas e acreditamos que alguns fatores influenciaram nas opiniões para isso. Fatores humanos, como o número reduzido de servidores para um melhor atendimento aos usuários, principalmente aos com deficiência, a falta de qualificação e especialização dos mesmos para atendimento a eles, um melhor acompanhamento dos servidores aos usuários com deficiência quando eles vão à biblioteca. A equipe de uma biblioteca é a chave para um salto qualitativo, que acompanhe o processo de mudança contínua no qual as unidades de informação estão imersas (ARTIGAS, 2017, p. 104). Fatores materiais, como a falta de alguns específicos para o público com deficiência, como audiolivros, materiais em Braille, lupas, entre outros, além de um sistema que proporcione agilidade e precisão no empréstimo e devolução dos materiais e, por fim, fatores comunicacionais, como um melhor diálogo entre a biblioteca e a comunidade

acadêmica, seja para divulgação de horários e serviços dela seja para lembretes de devolução e reserva de materiais, ou ainda notícias de interesse dos usuários relacionadas aos seus cursos e área de atuação profissional.

O último item foi sobre o *Uso de Tecnologia* e nele houve um misto de notas baixas, regulares e excelentes. Pela nossa experiência com os hábitos dos usuários, as notas regulares e maiores ocorrem porque os mesmos se dão por satisfeitos com o sinal de wifi fornecido pela unidade de informação e pelo acesso aos computadores na sala da biblioteca virtual. Já os que assinalaram as menores notas sentem a necessidade de mais. Para atender a essa nova demanda dos seus usuários, a biblioteca deve adaptar-se às transformações tecnológicas que ocorrem na aprendizagem, no ensino, na pesquisa e nas formas de comunicação dos serviços para seus usuários (ABADAL, 2017, p. 314). Não apenas as bibliotecas devem se adaptar, mas também o bibliotecário e o usuário, como lembra Gottschalg-Duque (2017, p. 157):

A biblioteca no século XXI continua e continuará sendo um centro informacional, porém cada vez mais ela se tornará um centro social, um centro comunitário, que contém ambientes propícios ao estudo coletivo, bem como à aprendizagem colaborativa. A interatividade entre a biblioteca, o bibliotecário e o usuário será cada vez maior e as bibliotecas digitais estarão cada vez mais presentes, não para substituírem as bibliotecas tradicionais, mas sim para preencherem lacunas criadas por serviços que não podem ser disponibilizados pelas bibliotecas tradicionais e para agregarem valor a aqueles serviços existentes.

No contexto do usuário com deficiência, essas mudanças devem partir primeiramente da biblioteca, buscando a inclusão dele através de uma acessibilidade informacional voltada para ele. A tecnologia proporciona isso, através de várias formas, desde programas de computadores até mesmo instrumentos específicos como nos mostra Valentim (2017, p.36):

Entre os recursos para cegos, pode-se citar: software de sintetizador de voz; teclado com sintetizador de voz; navegadores com ampliação de telas para pessoas com visão subnormal; software que possibilita digitar diretamente ou importar um texto de um editor de texto convencional para uma impressora braile; entre outros. No que tange aos recursos para surdos, podem ser citados: software transformador de som em linguagem brasileira de sinais (Libras); aparelhos auditivos para pessoas com baixa audição; luvas que transformam os movimentos das mãos (Libras) em som; sinais de alerta; entre

outros. Nesse intuito, as bibliotecas têm se preocupado em capacitar pelo menos um profissional em libras.

Estes são alguns exemplos dos vários que já existem. A tecnologia é uma realidade e a biblioteca não pode ignorá-la, pelo contrário, ela tem que usá-la para atender aos seus usuários, principalmente o seu usuário com deficiência, que necessita de uma atenção maior.

- *Comentários dos Entrevistados*

Na última parte do questionário misto aplicado aos usuários com deficiência, pedimos que eles expressassem sua opinião a respeito do que eles sentissem vontade de falar. Dos seis respondentes, dois, os entrevistados E2 e E3 não quiseram escrever, enquanto os outros demonstraram seus pensamentos através desse quesito. O E1 foi sucinto e escreveu que a biblioteca deveria *“ficar aberta por mais tempo”*, o horário de funcionamento da unidade de informação vai das 08h00min às 20h00min, sendo aberta ao público externo a partir das 09h30min. Ela opera nesse período porque estamos em processo de alimentação do novo Sistema de Bibliotecas do IFPB, o KOHA, de todo o material bibliográfico. Portanto, foi solicitado à direção do Campus Cabedelo que a biblioteca abrisse no referido horário para que a implantação ocorresse, em um período de uma hora e meia, sem interrupções por parte do público, para que o trabalho pudesse ser feito de maneira mais ágil. Já o horário de fechamento ocorre às 20h00min por questões de segurança, apesar de institucionalmente o prédio só ser fechado às 22h00min, visto que o campus não possui câmeras e nem pessoal suficiente para realizar rondas.

O E4 escreveu *“melhorar acessibilidade para pessoas surdas, com faixa em Libras e também para cegos e baixar letreiros p/os cadeirantes poder ler”*. Como foi dito anteriormente, a busca pela melhora da acessibilidade dos usuários com deficiência é um dos motivos dessa pesquisa. Temos consciência que a biblioteca ainda não está adequada a esses usuários. A falta do material em Braille, lembrado pelo entrevistado, juntamente com a preocupação da altura da sinalização para o usuário com cadeira de rodas e a observação feita por ele para os usuários cegos também serão pauta para um planejamento de acessibilidade e inclusão que a biblioteca passará a ter.

O E5 comentou do horário de funcionamento da biblioteca, falando que os estudantes do IFPB passam o dia todo no Instituto devido aos cursos de tempo integral. Mais uma vez, a justificativa se dá pela inclusão do material no novo Sistema de Bibliotecas e a insegurança que o campus sofre no período noturno.

O E6 escreveu o seguinte: *“na biblioteca falta ar condicionado, necessita de local com chave, para guardar as bolsas, agilizar a entrega dos empréstimos dos livros – com leitor dos códigos e a matrícula dos alunos – e para devolver, mandar lembretes para email e/ou por mensagem de SMS”*, essas foram várias observações, todas pertinentes e de grande valor para a pesquisa. A climatização foi debatida bastante no trabalho e está havendo um esforço por parte da direção em resolver esse problema. A falta de chaves se dá pelo guarda-volumes pequeno que a biblioteca possui, com vários armários quebrados ou com chaves desaparecidas, porém estamos esperando a instalação de um novo armário, de tamanho grande que já está comprado. Sobre os empréstimos, devoluções, identificação e avisos, a implantação do novo Sistema de Bibliotecas, KOHA, vai atender a todas essas solicitações do respondente, pois ele é programado para leitura de códigos de barra, que são criados no momento em que o material é inserido na base de dados, bem como a identificação dos usuários com suas matrículas, CPF, fotos, cursos que frequentam e turnos respectivos, quando os mesmos também forem inseridos. Os avisos passarão a ser uma realidade, pois o Sistema enviará para os emails dos usuários os dados do material no momento do empréstimo (título do livro, autor, data de saída do material e data de devolução), a data de devolução será avisada ao usuário um dia antes do prazo, assim como as reservas feitas por ele.

A tecnologia passará a ser uma realidade cotidiana da biblioteca do IFPB – Campus Cabedelo. Ela facilitará a comunicação entre a unidade de informação e seus usuários e será o primeiro passo para melhorias detectadas e solicitadas pelas pessoas, principalmente as com deficiência, para que haja uma inclusão informacional delas. Os espaços da biblioteca contemporânea devem ser customizados, de modo a atender diferentes públicos da melhor maneira possível, além disso, propiciar espaços de interação entre o usuário e a informação (VALENTIM, 2017, p. 39).

5.2 Entrevistas com os bibliotecários:

A etapa a seguir para a análise dos dados colhidos é a entrevista com os bibliotecários que trabalham na biblioteca do IFPB Campus – Cabedelo. Atualmente, são quatro servidores, dois no cargo de bibliotecários e os outros, auxiliares de biblioteca, sendo que um deles está como o coordenador, por ser formado em biblioteconomia. Foram nove perguntas que abrangem a temática dessa pesquisa, com o intuito de saber, na visão destes profissionais, suas opiniões, indagações e expectativas. Como fizemos com os entrevistados anteriores, vamos chamar os bibliotecários por B1 e B2, em que o primeiro será referente às respostas do coordenador e o segundo às do outro profissional.

- *Discorra sobre a relevância da biblioteca para usuários com deficiência.*

Iniciamos a entrevista com os profissionais para saber seus olhares a respeito da importância da unidade de informação para os usuários com deficiência e B1 respondeu de forma sucinta dizendo que a *“biblioteca é importante na busca por estruturas concretas de acesso às informações e ao conhecimento iguais e justos para todos”*. Já B2 respondeu que *“a biblioteca é um aparelho que permite a práticas de leitura, usos de audiovisuais e convivência. Torna-se relevante para usuários com deficiência apenas quando preparada para atender as necessidades especiais dos mesmos. Nesse caso, poderia contribuir para o suporte das práticas acadêmicas e de ensino/aprendizagem dos mesmos, assim como para integração social”*.

Importante notar que em ambas as respostas os dois se preocupam com o acesso dos usuários com deficiência, com a busca pelo conhecimento e com a integração social deles. B2 ainda comentou que a biblioteca se torna relevante quando estiver preparada para tal feito, ou seja, se a biblioteca não se enquadrar nos moldes da acessibilidade, se ela não estiver atendendo a esse público específico, ela não estará tendo seu objetivo de levar a informação ao seu usuário atingido. Valentim (2017, p. 26) corrobora do pensamento dos entrevistados quando diz:

A educação, tanto no nível básico (ensino fundamental e médio) quanto no nível superior (graduação e pós-graduação), depende de

estruturas que contemplem boas bibliotecas, pois estas não só contribuem para a aprendizagem, mas, o mais importante, se constituem em espaços de cidadania, uma vez que valorizam o conhecimento e democratizam o acesso à informação.

Unidades de informação bem estruturadas e equipadas para poder receber os usuários com deficiência valorizam seu papel na sociedade, de levar a informação a quem busca, e também passam a incluir cidadãos através do acesso e de conhecimento ao alcance de quem for procurar. Podemos deduzir que as respostas dos bibliotecários a essa primeira pergunta nos mostram um novo formato de biblioteca, onde a inclusão dos usuários com deficiência, a estrutura para poder recebê-los bem, passam a ser fatores mais relevantes nesse novo processo de transformação das unidades de informação. As bibliotecas possuem mais clareza quanto ao papel que devem desempenhar, cuja responsabilidade social se inter-relaciona à geração de conhecimento, ao apoio da educação formal e informal, à criação de espaços de cultura e lazer e à construção da cidadania (VALENTIM, 2017, p. 39).

- *Trace um perfil geral dos usuários com deficiência da biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo.*

Na pergunta seguinte, pedimos aos respondentes que, em suas visões, falassem um pouco dos frequentadores com deficiência da biblioteca pesquisada, para podermos ter uma ideia de quem são essas pessoas. As respostas foram diretas, B1 disse que são *“usuários com grande potencial”*, enquanto B2 respondeu da seguinte forma: *“há um rapaz com deficiência na audição e na fala, outro com algum tipo de deficiência mental. Não me lembro, além disso”*.

As respostas foram curtas e com certo teor de desconhecimento acerca do perfil dos usuários com deficiência (o qual também me incluo). O primeiro falou do potencial dos usuários, mesmo sendo uma resposta generalizada, notamos ser uma verdade, já que estes usuários tiveram que passar por uma seleção para frequentarem o IFPB, mais que isso, eles continuam cursando, não desistiram e pelo que notamos quando falamos com os mesmos, eles têm muita vontade de continuar e de melhorarem de vida através da educação. A segunda resposta mostra uma incerteza sobre quais são os usuários e quais deficiências eles possuem. É

importante para um planejamento adequado da biblioteca que seus profissionais saibam quem são seus usuários, quais são seus anseios, suas perspectivas, suas opiniões para que haja uma integração entre ambas as partes. O estudo do usuário trata disso e é considerado como um exame, uma investigação que objetiva identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação de usuários reais e/ou potenciais de um sistema de informação (DIAS, 2004, p. 11). A partir desse estudo, a gestão da biblioteca poderá solicitar materiais e equipamentos mais adequados para um melhor tratamento aos usuários com deficiência, fazendo com que eles se sintam incluídos ao visitarem a unidade de informação. O usuário é fundamental na concepção de um ambiente informacional, principalmente para a identificação dos serviços que serão oferecidos ao mesmo (CAMARGO, 2011, p. 55).

- *Quais políticas, programas, projetos, planos e atividades em geral que a biblioteca desenvolve visando atender os usuários com deficiência?*

O interesse da unidade de informação em atrair pessoas com deficiência vem aumentando com o passar dos anos. Foram criadas leis, programas, políticas públicas específicas para essa parcela da população buscando um pouco mais de inclusão. Porém, não são todos os locais que possuem normas para determinado público ou, quando possuem, não são, em sua totalidade, seguidos. Foi o que detectamos em nossa pesquisa. As respostas dos bibliotecários corroboram com nossa dedução.

B1 respondeu: *“planos para implantação de sinalização (horizontal, vertical, tátil) e adequação de estruturas para melhor acomodação e atenção devidas”,* ou seja, há uma busca para estruturar a biblioteca apenas. Ele não comenta se há programas de incentivo para os usuários com deficiência irem mais vezes para a biblioteca ou se há uma política voltada para esse público. Esse pensamento é reforçado por B2, quando responde que: *“não havia, até meu último dia de serviço, um programa específico para atendimentos a pessoas com deficiência. Geralmente eles utilizavam a biblioteca com um cuidador, e isso era tudo. A arquitetura, todavia, era adequada para cadeirantes e com estruturas táteis para deficientes visuais”.* Uma observação sobre B2 é que a mesma encontra-se afastado atualmente, por isso que comenta *até meu último dia de serviço*. Também reforça sobre a estrutura

da biblioteca, que é adequada, mas as estruturas táteis mencionadas estão abaixo do ideal, por exemplo, não há sinalização em Braille, não há pisos táteis, não há corrimãos para auxílio no espaço da biblioteca, só nos banheiros. A biblioteca não conta com um regimento interno, que possa nortear seu funcionamento, mas a Direção de Bibliotecas do IFPB (DBIBLIO) está trabalhando na criação de um, que servirá de modelo para todas as bibliotecas do Instituto seguirem e se basearem, fazendo com que haja uma política específica de bibliotecas.

- *Quais incentivos a biblioteca recebe do Instituto para o desenvolvimento das práticas informacionais de acessibilidade?*

Ao serem perguntados sobre incentivos para a biblioteca, os bibliotecários foram diretos: ambos disseram que a unidade de informação não recebe. B1 foi enfático, disse “*ainda nenhum*”, mas com certa esperança, já que usou um advérbio de tempo em sua resposta, já B2 comentou que o “*Instituto tem o NAPNE (Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) que assiste as pessoas com deficiência. Entendo que as ações que a Biblioteca realiza relacionam-se com as ações desse Núcleo. Mas não me parece que há uma prática instituída de acessibilidade, além das já implementadas no Instituto através do NAPNE*”. Em sua resposta, B2 falou do Núcleo, que tem a função de assessorar a instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente (PDI, 2015-2019, p. 96), mas, logo após mencioná-lo, a respondente não fez uma ligação entre o Núcleo e a biblioteca, o que nos faz deduzir que o Instituto não dá incentivo à biblioteca. A IFLA⁵ (2013, p. 21-22) traz o seguinte:

Para desempenhar satisfatoriamente os seus papéis, a biblioteca pública deve possuir recursos adequados, em permanência e não apenas quando da sua criação. Deve acolher as tecnologias emergentes à medida que estas penetram na sociedade, de modo a poder assegurar e desenvolver serviços que vão ao encontro das

⁵ Sigla para International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que em português significa Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias. É a principal entidade mundial representante dos interesses dos bibliotecários, bibliotecas e unidades de informação.

necessidades da comunidade local. Isto significa que deve disponibilizar materiais e serviços em todos os formatos e regularmente atualizados, para satisfazer as necessidades em constante mudança de grupos e indivíduos, incluindo materiais recém-publicados, reposições e novas tecnologias da informação disponíveis. Deve também assegurar pessoal em número adequado e com a formação apropriada, bem como financiamento suficiente para garantir todos meios de fornecer os serviços necessários para desempenhar o seu papel fundamental junto da comunidade.

De acordo com a IFLA, os incentivos para as bibliotecas devem ser constantes, tanto para manter a unidade de informação em condições de receber seus usuários, quanto para permitir que ela possa continuar desenvolvendo o seu papel junto à comunidade. É necessário haver uma aproximação, por parte da direção do Campus junto à biblioteca para que as necessidades dela passem a ser vistas como uma das prioridades do IFPB, afinal, ela é muito mais que um local para se guardar livros, ela é um dos principais locais de informação e de inclusão.

- *Discorra sobre a adequação do acervo para os usuários com deficiência em termos de conteúdo e acessibilidade.*

Não adianta ter um espaço com acessibilidade se nele não houver conteúdo para o público com deficiência. É importante que essa parcela de pessoas possa ter materiais bibliográficos para seus anseios e buscas. Na biblioteca há pouco material para usuários com deficiência como apontam as respostas dos bibliotecários. B1 respondeu: *“adequação ainda pendente, implantação futura em conjunto com os setores de suporte ao usuário com deficiência para desenvolvimento do acervo”*, enquanto B2 disse: *“não há documentos em Braille, por exemplo. Há acervo audiovisual que permite um acesso diferenciado”*. A fala de B1 mostra que há uma vontade de trabalhar com o setor responsável pelos usuários com deficiência, visando descobrir onde a biblioteca pode melhorar para atender bem a esse público. Já B2 lembra do pequeno acervo audiovisual existente na biblioteca, composto por CD-ROM's e DVDs vindos em livros, além de doações feitas por professores (muitas vezes). Assim que essa mídia for implantada no novo sistema da biblioteca, acreditamos que a procura por ela aumentará, juntamente com uma grande divulgação para a comunidade acadêmica. Há ambientes no espaço da biblioteca para a inclusão de material voltado aos usuários com deficiência, assim como locais

onde a sinalização poderá ser implantada. O que falta é aquisição, por parte do Instituto para a biblioteca, de uma variedade maior desse material. Sabemos dos cortes orçamentários por parte do Governo Federal, desde o ano de 2017, para as Instituições de Ensino, mas é preciso continuar solicitando mais verba para a biblioteca, com o intuito de aumentar e de qualificar o acervo.

- *Quais os serviços e produtos de informação da biblioteca mais utilizados pelos usuários com deficiência?*

Para esse questionamento, as respostas dos entrevistados foram as mesmas, o acervo dos livros. Mesmo com as respostas dos usuários com deficiência, na seção anterior da análise dos dados, ficando divididas, também, entre as cabines de estudo em grupo e a biblioteca virtual, os bibliotecários creditam aos livros, os produtos mais utilizados. No cotidiano do serviço, notamos, sim, uma procura dos usuários com deficiência pelos livros, eles realmente utilizam o serviço de empréstimo constantemente na biblioteca. Com a instalação dos aparelhos de ar condicionado, juntamente com incentivos, por parte da direção do IFPB, e a criação de uma política de inclusão voltada para a biblioteca, acreditamos que a frequência desses alunos com deficiência aumentará consideravelmente.

- *Como (ou em quais sentidos), considera que a biblioteca pode aprimorar a execução de políticas públicas de educação e informação para os usuários com deficiência?*

Quando se fala em *políticas públicas*, o pensamento inicial é de leis regendo determinado local e é exatamente isso que ocorre. Para se ter planejamento e organização são necessárias políticas para administrar quaisquer ambientes. Vimos nessa pesquisa algumas leis que regem o funcionamento de uma biblioteca visando à satisfação do usuário, atendendo suas buscas, dando suporte, estrutura e acesso. As respostas dos entrevistados condizem com essa análise: B1 diz: *“facilitar e intermediar o acesso à informação buscando contribuir para o desenvolvimento do conhecimento”*, enquanto B2 enumera da seguinte maneira: *“a – Capacitar seus servidores em línguas de sinais e outras sensibilizações para diferentes tipos de deficiências; b - Desenvolver coleções específicas para atendimento de pessoas*

com deficiência e c - Ter uma estrutura física e mobiliário adequado para todos os públicos". A facilidade e o intermédio ditos na primeira resposta podem ser executados através dos itens da segunda, capacitando os servidores para que haja um melhor e mais adequado contato com os usuários, principalmente os com deficiência, materiais voltados para o público-alvo dessa pesquisa, ou com livros em Braille, ou com lupas, ou ainda com fones de ouvido ou audiolivros, tendo uma estrutura arquitetônica que facilite a visita dos usuários com deficiência, juntamente com uma sinalização e móveis adaptados e adequados a esse público.

- *No software da biblioteca, há questões específicas que contemplam os usuários com deficiência? Quais?*

Ao indagar os bibliotecários com esse questionamento, B1 comentou: *"ainda não temos software disponível"*, já B2: *"parece que há aumento de fonte. Não me lembro de outras funções, mas meu conhecimento é superficial quanto ao módulo do usuário"*. B1 não considerou o Sistema KOHA, já que o mesmo encontra-se em estado de implantação na biblioteca do IFPB - Campus Cabedelo, ou seja, não está pronto para os usuários, já B2 considerou, mas admite seu desconhecimento acerca do sistema. Sabendo que o sistema já está em pleno uso no IFPB - Campus Campina Grande (biblioteca piloto para a instalação e testes), tomamos a liberdade de conversar com o bibliotecário e coordenador da implantação do sistema a respeito da acessibilidade do mesmo, já que necessitamos de esclarecimentos para fins de conhecimento do sistema e ele comentou que deveríamos saber, primeiramente, qual tipo de deficiência o usuário teria, e completou falando que, se fosse cadeirante, o sistema atendia, visto que bastava ter um acesso até o computador; se o usuário fosse parcialmente surdo ou cego, apenas com avaliação de alguma plataforma ou sistema que utilizasse sintetizador de voz. De acordo com Pereira (2011, p. 4-5):

Entende-se que acessibilidade na *Web* é realizada quando qualquer pessoa com a ajuda de uma tecnologia adequada esteja apta a visitar e navegar qualquer *site*, de maneira que possa recuperar a informação desejada, como também possa interagir de forma satisfatória com no mesmo.

A tecnologia existe para que as barreiras enfrentadas pelos usuários com deficiência possam ser diminuídas e até, em certos casos, quebradas. A explicação de Gustavo nos mostra como é importante conhecer o usuário, saber qual deficiência ele possui para que a equipe da biblioteca possa ajudá-lo de forma correta, seja mostrando como o sistema deve ser utilizado, seja auxiliando ele com materiais para seu uso em sua busca. Pereira (2011, p. 5) dá alguns exemplos de processos para auxiliar os usuários com deficiência que utilizam computadores para realizar suas buscas e pesquisas:

Um dos aspectos importantes para uma *web* acessível, parte do princípio da escolha do formato na publicação de conteúdos, ou seja, da publicação dos arquivos que serão publicados no *site*. O formato padrão para a publicação de conteúdos na *web* é o *HyperText Markup Language* (HTML) e também, mais recente, o *EXtensible HyperText Markup Language* (XHTML). Esses formatos com o uso adequado podem ser acessados por diferentes agentes de usuários *web*, como os navegadores gráficos para *desktop*, navegadores em voz, os navegadores em texto e algumas tecnologias assistivas como os ampliadores de telas, os leitores de telas, ampliadores de fontes e *softwares* de reconhecimento de voz, tendo cada um, sua própria configuração.

A biblioteca necessita de tecnologia assistiva, como bem falou a autora, para um melhor atendimento à pessoa com deficiência, mas não apenas isso, como também profissionais qualificados na área de Tecnologia da Informação (TI), para dar o devido suporte, tanto aos bibliotecários, quanto aos próprios usuários com deficiência. Claro que isso não impede de o próprio bibliotecário se especializar na área de TI para que o mesmo possa ter mais essa competência.

- *Fique à vontade para tecer seus comentários finais.*

Chegamos ao final das entrevistas com os bibliotecários e, no último tópico, pedimos que os entrevistados comentassem algo que quisessem a respeito da temática do projeto e eles responderam da seguinte forma:

B1: *“um ambiente que ofereça recursos em espaço físico, acervo, pessoal, por meio de tecnologia de informação e formas alternativas possibilita o acesso ao conhecimento e contribuição no processo de aprendizagem e cidadania é a biblioteca que queremos”*. Ele resumiu o sentimento de todos que fazem a biblioteca

do IFPB – Campus Cabedelo, a vontade de poder oferecer um melhor serviço, em um ambiente convidativo e acessível a todos os públicos, fazendo com que a unidade de informação passe a ser vista como uma parceira no aprendizado e na inclusão. As bibliotecas possuem mais clareza quanto ao seu papel, cuja responsabilidade social se interrelaciona à geração de conhecimento, ao apoio da educação, à criação de espaços de cultura e lazer e à construção da cidadania (VALENTIM, 2017, p. 39).

B2: *‘A recepção e integração de todas as pessoas sempre foi objetivo da biblioteca. O modelo de expansão dos Institutos Federais, entretanto, mostrou-se precário em vários sentidos, incluindo estruturas físicas, recursos humanos e materiais. Assim, muito embora haja uma legislação específica que visa à promoção da cidadania de pessoas com deficiência, e que o Instituto, como um todo, busque observá-la, as ações necessárias para isso são lentamente desenvolvidas. A Biblioteca responde a esse contexto e, não exerce, como órgão autônomo, práticas específicas. Não obstante, associa-se e colabora com as práticas do IFPB, colaborando com o organismo técnico específico, o NAPNE, buscando atender aos diferentes públicos’.*

A bibliotecária foi sucinta e direta em sua fala, colocando as dificuldades e anseios da biblioteca. Ela também lembrou a expansão dos Institutos, feita para melhorar a educação e dar mais oportunidades aos vários estudantes das áreas técnicas, fundamental, média e superior. No ano de 2014, o MEC iniciou essa expansão dos Institutos, totalizando cerca de R\$ 1,38 bilhão em investimentos, de lá para cá, o total de campus da rede subiu de 578 para 644 no país (PALHARES, 2017). Mas essa expansão ocorreu de forma desorganizada, com alguns locais faltando materiais, ou pessoal, ou estrutura física, ou mesmo todos. Em Cabedelo, por exemplo, estamos sofrendo com a falta de mais servidores e materiais, isso devido aos cortes, por parte do Governo Federal. Com a redução de verbas em até 60%, as unidades deixarem de abrir vagas e cursos e os institutos recorreram a equipamentos doados e cortes de funcionários terceirizados para manter as aulas (PALHARES, 2017). Isso reflete diretamente nos serviços prestados pela biblioteca aos seus usuários, tornando-os abaixo do esperado, tanto pelos servidores que ali trabalham, quanto pelo público, que anseia por uma biblioteca de qualidade em sua estrutura como um todo.

5.3 Entrevista com o diretor do Instituto

Chegamos à fase final das análises dos dados feitas através de questionários mistos e entrevistas. Após debatermos os pontos de vista dos usuários com deficiências e bibliotecários, passamos para o enfoque do diretor institucional, aqui representado pela direção geral do IFPB – Campus Cabedelo.

- *Qual a relevância da biblioteca para execução de políticas públicas de educação e informação?*

A resposta do diretor foi a seguinte: *“a biblioteca é um setor essencial em uma instituição de ensino, na condição de repositório de textos e obras de referência para educandos e educadores, bem como por ser ambiente de estudo e reflexão para os mesmos”*. Um pensamento válido, afinal ele reconhece o valor da biblioteca dentro da estrutura educacional, porém ela pode ser vista como algo ainda maior do que repositório e ambiente de estudo. Segundo a IFLA (2013, p. 13), o principal objetivo de uma biblioteca é:

Fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer. Desempenha um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao dar aos indivíduos acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões

E não é apenas isso, ela ainda pode ser considerada uma continuidade da sala de aula, parceira para obtenção de materiais informacionais, espaço para ampliação de debates, organizadora de eventos e gincanas, divulgadora de trabalhos acadêmicos, culturais e literários, entre outras funções. Ainda no intuito de complementar a fala do diretor, trazemos as missões da biblioteca, de acordo com a IFLA (2013, p. 91):

1. criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. favorecer o desenvolvimento criativo pessoal;

4. estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
5. promover a sensibilização para o patrimônio cultural, o gosto pelas artes e as realizações e inovações científicas;
6. dar acesso às expressões culturais de todas as artes performativas;
7. fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. apoiar a tradição oral;
9. assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade;
10. proporcionar serviços de informação adequados às empresas, associações e grupos de interesse locais;
11. facilitar a aquisição de competências na área da informação e da informática;
12. apoiar, participar e, se necessário, criar atividades e programas de alfabetização para todos os grupos etários.

O pensamento acerca de que uma biblioteca é um local para se guardar livros necessita ser alterado e precisa acompanhar as mudanças da sociedade, da cultura, do pensamento humano. Temos que nos reinventar a cada dia, assim como nossas percepções e visões, e isso também serve para o conceito de unidades de informação.

- *O que prega o regimento do Instituto sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência?*

Ao ser indagado a respeito do regimento, o diretor deu o seguinte depoimento: *“as normas internas do IFPB atentam para a legislação vigente referente a acesso e acessibilidade para pessoas com deficiência, na busca pela construção de uma instituição de fato inclusiva - há, inclusive, resolução do Conselho Superior (colegiado máximo do IFPB) que trata do assunto”*. De acordo com sua resposta, há uma resolução do IFPB que trata do assunto, fomos pesquisar e encontramos, é a Resolução nº 139, de 02 de Outubro de 2015, que dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Nele é possível saber que o NAPNE é um órgão consultivo e executivo, de composição multidisciplinar, que responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas (BRASIL, 2015, p. 2), que é organizado da seguinte maneira (BRASIL, 2015, p. 3):

O núcleo possuirá uma coordenação subordinada à Direção Ensino do Campus ou equivalente e poderá ser constituída por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área pedagógica (pedagogos e técnicos em assuntos educacionais) e técnicos administrativos.

Possui as competências (BRASIL, 2015, p. 4):

- I – Ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no Campus (pessoas com deficiência, altas habilidades, superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e síndrome do transtorno do espectro autista, dentre outros casos);
- II – A quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais;
- III – A revisão de documentos institucionais visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular;
- IV – A promoção de eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional.

E tem como atribuições (BRASIL, 2015, p. 4-5):

- I – Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;
- II – Prestar assessoramento aos dirigentes em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas;
- III – Propor adaptações que garantam o acesso e a permanências de alunos com necessidades educacionais específicas no campus;
- IV – Participar do planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE, dentro do campus, prevendo as necessidades de materiais e financeiras;
- V – Ofertar cursos de formação continuada para professores e demais profissionais envolvidos, com vistas à efetivação de práticas pedagógicas em Educação Inclusiva;
- VI – Elaborar, em conjunto com os docentes e a equipe pedagógica, material didático pedagógico e instrumentos de avaliação, que sejam abrangentes, criteriosos e capazes de diagnosticar e atender claramente as habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno com necessidades educacionais específicas

Mesmo com essa resolução vigente e voltada para a acessibilidade de pessoas com deficiência, não vemos essas normas se propagarem para a biblioteca, por inúmeros motivos, dentre os quais destacamos a falta de um planejamento conjunto com a unidade de informação, a falta de servidores para que haja uma interação maior com o setor, falta de verba, para projetos em conjunto com o

ambiente-alvo da pesquisa e a falta de um interesse, por parte do Instituto em incluir a biblioteca no planejamento. É claro que a biblioteca também tem a sua parcela de culpa ao não se envolver e não detectar projetos voltados para esse público, ao não promover cursos para capacitar seus funcionários e outros que se interessem (normalmente, quando há cursos, não partem da biblioteca e sim de outros setores), a não provocar a direção em se mostrar parte interessada nessa inclusão das pessoas com deficiência no planejamento educacional. Isso precisa e tem que ser mudado, a biblioteca é parte fundamental no desenvolvimento educacional dos usuários.

- *Quais os incentivos que a biblioteca recebe do Instituto para o desenvolvimento das atividades informacionais?*

Uma questão importante essa sobre os incentivos, afinal com investimentos, há melhoras nos setores da biblioteca, desde os humanos, com a contratação e qualificação de funcionários, passando pelos estruturais, onde é possível dar condições melhores para receber o público, principalmente os usuários com deficiência, até os materiais e informacionais, com maquinário adequado para uma melhor acessibilidade e qualificação do seu acervo. O diretor respondeu da seguinte maneira: *“localmente, a biblioteca tem sido palco de investimentos relevantes, apesar das limitações orçamentárias atuais, tanto na ampliação de seu acervo como na diversificação e qualidade de seus serviços e equipamentos de segurança, além da contratação de pessoal efetivo. Essa realidade pode ser observada também em nível sistêmico do IFPB, associada também à implantação de sistemas informatizados de Biblioteca (o Koha)”*. De acordo com seu comentário, a biblioteca está tendo uma ampliação em seu acervo, isso é verdadeiro, porém, muito lentamente e abaixo do que se esperaria para um investimento em educação e informação. A verba, na maioria das vezes, é destinada a outros setores, nos fazendo pensar que a biblioteca não é vista como uma das prioridades do Instituto. Apesar do acervo do curso de Design Gráfico ser um dos mais completos do estado da Paraíba, sendo uma referência, outros cursos, como Recursos Pesqueiros, têm o material bibliográfico defasado e pequeno. O diretor comentou a respeito da qualidade dos serviços, só que ela cai consideravelmente quando não há investimentos adequados, por exemplo, atualmente, a biblioteca só conta com três

servidores, para atenderem em tempo integral, cerca de 2.500 usuários e não há previsão de contratação. A biblioteca, no ano de 2017, sofreu um roubo de dois computadores, um forno de microondas e uma geladeira do tipo frigobar e, só no ano corrente, está havendo um investimento em segurança, ou seja, foi preciso acontecer uma situação de perigo para se tomar uma atitude a respeito de algo que a biblioteca sempre questionou a direção. Também está sendo trabalhada a climatização, com a instalação dos aparelhos de ar condicionado e é preciso reconhecer que a direção está buscando dar condições para os servidores trabalharem e os usuários poderem ficar em um ambiente mais agradável. Quando ele fala do Sistema KOHA, temos que explicar a intensa vontade dos bibliotecários em querer mudar o panorama das bibliotecas dos campi e que o IFPB – Campus Campina Grande e o IFPB – Campus Patos deram suporte ao treinamento feito para os bibliotecários e a palestras para os servidores das bibliotecas. O Campus Cabedelo nos liberou para os referidos treinamentos e nos proporcionou uma ajuda de custo para os eventuais gastos na cidade de Patos e não em Campina Grande. Mesmo com recursos reduzidos, em certos momentos, a direção do campus entende nossa necessidade e nos apoia, já em outros, não veem a biblioteca como prioridade.

- *Quais as principais reivindicações dos usuários com deficiência no que se refere à acessibilidade no Instituto de forma geral?*

Nesse questionamento, procuramos ver se a direção tem ciência dos desejos e anseios dos usuários com deficiência, se eles os conhecem, se sabem das suas vontades para melhora do campus como um todo. Ao ser perguntado, o diretor respondeu assim: *“atualmente, o Campus possui alguns usuários com deficiência auditiva e locomotora. Aparentemente não existem reivindicações específicas referentes a esses usuários e a suas necessidades específicas - ao menos, não é de nosso conhecimento”*. Esse projeto nos mostrou que os usuários com deficiência têm sim reivindicações, desde a necessidade por sinalização em Libras, até conserto dos aparelhos de ar condicionado da biblioteca, ou seja, podemos afirmar que eles possuem reivindicações, e específicas para acessibilidade. A direção deveria procurar diminuir a distância com os setores e, assim, sabendo das

necessidades dos usuários com deficiência, poder trabalhar para minimizar as dificuldades que eles enfrentam.

- *Quais os incentivos que a biblioteca recebe para o desenvolvimento de políticas de informação para os usuários com deficiência?*

Sobre os incentivos para a biblioteca, o diretor respondeu assim: “o IFPB e o Campus Cabedelo, possuem coordenações específicas para acompanhar tais estudantes com deficiência: no caso do Campus Cabedelo, existe o NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais) que, além de acompanhá-los, presta assessoria aos servidores e setores em geral (ex.: oferta de cursos capacitação em Libras aberto a toda comunidade interna)”. Ele não respondeu ao questionamento, apenas comentou que há o NAPNE, já debatido anteriormente, e que esse Núcleo realiza cursos para capacitação em Libras. Esse tipo de qualificação é muito importante para que o atendimento ao usuário com deficiência (auditiva) melhore, porém ao perguntarmos sobre os incentivos, gostaríamos de saber se a direção do IFPB estava indo além, se estava dando condições para que seus funcionários pudessem atingir um nível aceitável no atendimento aos usuários com deficiência. O diretor não comentou sobre incentivos para a unidade de informação, como foi solicitado na pergunta, ele disse algo que já comentamos, sobre o NAPNE. Isso pode apontar para uma provável falta de prioridade que a biblioteca acaba tendo dentro do IFPB. O que é uma pena, já que a unidade de informação tem que ser tratada como um importante centro de incentivo à educação e ao conhecimento e não como um simples depósito para livros e outros tipos de materiais, o que ocorre em algumas ocasiões no Campus Cabedelo, quando a direção administrativa usa alguns espaços da biblioteca para guarda de mesas e cadeiras e a direção de ensino ainda usa espaços dela para guardar material que será entregue aos alunos.

- *Fique à vontade para tecer os comentários finais.*

No último item, deixamos o entrevistado livre para falar a respeito da temática debatida e eis sua resposta: “gostaria de parabenizar pela pertinência e importância da temática aqui discutida, na certeza de que o resultado trará benefícios

organizacionais à nossa instituição”. Além de aumentar o debate acerca da acessibilidade informacional na biblioteca, nosso intuito é mostrar não apenas à direção do campus, como também a toda comunidade acadêmica o atual estado da unidade de informação, apontando suas falhas e deslizes com o objetivo de chamar a atenção dos responsáveis para melhorias nela. Esperamos que a fala do diretor realmente se torne realidade e que esse projeto traga, no mínimo, debates sobre a temática. Procuramos mostrar, como bibliotecário e servidor do local, idéias e sugestões para que novas políticas possam ser pensadas, ou que as atuais possam ser remodeladas com mais inclusão aos usuários com deficiência.

5.4 Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB

Com o intuito de debater acerca da acessibilidade informacional, iniciaremos a análise do PDI do Instituto, mas com foco maior para o campus Cabedelo, já que nosso objeto de estudo está situado nele.

Sobre o Planejamento, ele consta com 444 páginas onde são contemplados todos os 21 campi, são eles: Areia, Cabedelo, Cabedelo Centro/Mata Norte, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Soledade, Santa Luzia, Santa Rita e Sousa.

Sua estrutura está dividida em: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Implementação da Instituição e Organização Acadêmica, Corpo Docente, Corpo Técnico-Administrativo, Corpo Discente, Organização Administrativa, Autoavaliação Institucional, Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas, Atendimento às Pessoas com Deficiência e, por fim, Demonstrativo de Capacidade Sustentabilidade Financeira.

Já na sua apresentação, o PDI (2015-2019, p. 6) destaca o seguinte:

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB está fundamentado no exercício de uma gestão democrática e descentralizada, na autonomia administrativa, financeira e didático-científica, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural.

Ele nos traz a preocupação com o acesso e permanência do estudante em condições de igualdade, mas, analisando as entrevistas dos usuários com deficiência, percebemos que isso não está acontecendo na biblioteca campus Cabedelo, de acordo com algumas reclamações dos usuários, o que afronta, de início, sua apresentação. Seguindo adiante, o PDI nos mostra seus princípios e, destacamos dois: respeito às diferenças de qualquer natureza, e inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana (PDI, 2015-2019, p. 67), novamente a teoria não se concretiza, de acordo com o apurado pelas respostas dos usuários com deficiência. Seguindo com a análise, mais adiante temos um quadro com as estratégias para o IFPB atingir seus objetivos e nele, o item 7 traz como objetivo *Consolidar as políticas educacionais de inclusão social* e como estratégias (PDI, 2015-2019, p. 78):

1. Oferta de condições estruturais e pedagógicas necessárias ao atendimento às pessoas com deficiência:
 - Contratação de professores e intérpretes em LIBRAS para o atendimento a alunos com deficiência auditiva;
 - Observância à Lei de Acessibilidade para o atendimento a alunos cadeirantes e/ou com dificuldades de locomoção.
 - Aquisição de materiais, softwares, equipamentos de locomoção, literatura além de equipamentos de BRAILE para o atendimento a alunos com deficiência visual;
2. Apoio institucional aos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas NAPNE;
3. Inserção da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da Instituição como conteúdo interdisciplinar;
4. Promoção de cursos de capacitação para docentes e equipes inseridas nos projetos de inclusão adotados pelo IFPB;

Dessas estratégias, o campus Cabedelo se enquadra na contratação de professores e intérpretes em Libras, o apoio ao NAPNE, na inclusão da temática citada e alguns poucos cursos de capacitação. Já sobre a biblioteca, ainda está se estruturando para atender melhor os usuários com deficiência e não há aquisição de materiais.

Seguindo o PDI, chegamos na página 401, onde ele inicia a descrição da biblioteca do Campus Cabedelo. Algumas informações técnicas, como número (desatualizado) de cabines de estudo individual e de servidores, além de medições

dos espaços do prédio. Apresenta a missão, valores e objetivos, descritos assim (PDI, 2015-2019, p. 401):

A Biblioteca do IFPB/ Cabedelo apresenta como missão apoiar, por meio de subsídios documentais e informacionais, as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas pelo Campus Cabedelo. Sua visão é constituir-se em centro de referência na organização sistemática, disseminação e promoção da informação e do documento.

Seus principais valores estruturam-se em torno da contribuição para formação acadêmica e intelectual de seus usuários, respeitando diferenças sociais, culturais e econômicas.

Após essa descrição, ele enumera a quantidade de materiais, também desatualizada, mostra como é dividido o acervo (organizado de acordo com a classificação documental chamada CDU - Classificação Decimal Universal), através das áreas de conhecimento (PDI, 2015-2019, p. 402):

- 0 - Metodologia, Semiótica, Computação, Identidade Visual.
- 1- Filosofia, Psicologia.
- 3 - Ciências Sociais, Política, Educação, Sociologia, Estatística, Trabalho.
- 5 - Ciências Naturais, Meio Ambiente, Matemática, Física, Química, Biologia, Ecologia.
- 6-Ciências Aplicada, Tecnologia, Mecânica, Administração, Empreendedorismo, Indústria Pesqueira, Indústria Gráfica.
- 7 – Artes, Desenho, Design, Fotografia, Educação Física.
- 8 – Língua, Linguística, Literatura.
- 9 – Geografia, Biografia, História.

E, finalmente, entra na temática dessa pesquisa ao descrever que a biblioteca atende padrões de acessibilidade (PDI, 2015-2019, p. 404). Depois disso, o Planejamento segue enumerando as unidades de informação dos outros campi, ou seja, é a única ocasião em que o PDI a menciona. Muito pouco para a importância do tema, chega a ser um descaso com o usuário com deficiência.

Para finalizar o PDI, nos é apresentado o item *Atendimento às Pessoas com Deficiência*, onde ele mostra um plano de promoção e acessibilidade e atendimento prioritário, que é uma repetição das estratégias da consolidação de políticas educacionais e educação inclusiva, já visto aqui nesse projeto. O PDI tem vários pontos que debatem a acessibilidade, mas em sua maioria é a estrutural, a informacional é, praticamente, deixada de lado, o que é um equívoco, afinal, os usuários com deficiência precisam ter suas vontades atendidas para terem um

acesso com mais qualidade, incluindo métodos e materiais para que eles consigam ter uma inclusão tão propagada pelo PDI.

5.5 Produção Técnica: recomendações

Após analisarmos de forma aprofundada os dados dos usuários com deficiência, dos bibliotecários, do diretor e do PDI do IFPB – Campus Cabedelo, vamos propor algumas estratégias, visando um aperfeiçoamento das políticas públicas de educação e informação para pessoas com deficiência na biblioteca do Instituto. Essas idéias foram surgindo no decorrer das pesquisas para o projeto e, após as entrevistas, tentamos aprimorá-las, visando uma melhor compreensão da comunidade acadêmica. Nosso intuito é a busca por uma unidade de informação mais atuante, inclusiva e com melhor qualidade nos seus serviços. Nessa etapa, apresentaremos as idéias, com breves explicações. Eis as nossas sugestões:

- *Programa para criação de audiolivros:*

Aqui, estagiários (estudantes do Instituto) auxiliariam professores ou técnicos do IFPB na realização de audiolivros das mais diversas áreas, através de programas de computador específicos, utilizando os espaços da biblioteca para gravações.

- *Melhorar a sinalização da biblioteca utilizando alunos do curso de Design:*

Um dos tópicos comentados nas entrevistas, a sinalização da biblioteca seria feita com o auxílio dos alunos do curso de Design, supervisionada pelos professores.

- *Capacitação constante dos servidores da biblioteca:*

Cursos, capacitações, oficinas voltados ao usuário com deficiência seriam ofertados pelo Instituto e os servidores que trabalham com o público teriam prioridade para inscrições.

- *Conscientização da comunidade acadêmica por meio de projetos que mostrem as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam no cotidiano:*

Gincanas, oficinas de teatro e música, “feirinhas”, visitas a ONGs, produção de curtas, encontro com autores de livros seriam alguns dos projetos para serem

realizados no decorrer do ano letivo. A biblioteca serviria de local para as apresentações.

- *Convidar pessoas com deficiência ou que tenha algum trabalho voltado para a inclusão e/ou acessibilidade que possuam algum destaque, seja por algum projeto, seja por histórias de superação:*

Mostrar à comunidade acadêmica que pessoas com deficiência têm o que falar e o que mostrar através de encontros na biblioteca e com debates junto a quem for participar.

- *Eleger o mês de dezembro como o “Mês da pessoa com deficiência”, já que no dia 03/12 é considerado pela ONU o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência:*

O mês seria uma espécie de conclusão dos projetos ou trabalhos, apresentados no auditório com a participação da comunidade externa.

- *Com o apoio do IFPB e da UFPB, enviar essa pesquisa para o MEC e, também, Secretaria dos Direitos Humanos (Cidadania), visando alertá-los sobre a importância de uma biblioteca mais equipada e atuante para a acessibilidade informacional dos usuários com deficiência:*

O intuito seria mostrar como alguns Institutos não têm políticas para inclusão e acessibilidade informacional nas bibliotecas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a essa fase da pesquisa com a sensação de termos atingido os objetivos propostos na metodologia, além de termos respondido à pergunta problema deste projeto. Esperamos que a partir desse estudo, a direção do IFPB – Campus Cabedelo passe a dar mais atenção à biblioteca, através de mais projetos voltados para a unidade de informação, além de mais incentivos financeiros, materiais e humanos.

Ao iniciarmos os estudos sobre a temática, procurávamos trazer à pesquisa como eram os acessos estruturais, apenas, à biblioteca do IFPB - Campus Cabedelo e como as pessoas com deficiência física faziam para chegar nela. Ao entrar no , essa visão foi ampliada através dos debates, das leituras e, principalmente, por causa da visão dos professores do Programa. Além de procurar analisar os equívocos em sua estrutura, mostrando possíveis soluções, trouxemos para o debate as dificuldades que os usuários com deficiência enfrentam quando vão à biblioteca em busca de informações e de pesquisas.

Com o intuito de buscar dar alguma contribuição para melhoria dos serviços oferecidos ao público com deficiência, procuramos tentar compreender suas necessidades e suas dificuldades. Além disso, fomos saber qual visão tanto dos servidores da biblioteca quanto da direção do Campus sobre a mesma, sobre suas atividades, suas dificuldades, suas expectativas e suas sugestões para tentarmos dar ao usuário com deficiência algumas respostas para seus questionamentos a respeito das suas dificuldades quando estão na unidade de informação.

Percebemos que estes usuários não frequentam constantemente a biblioteca e isso se deve a pouca estrutura dada a esse público, já que detectamos algumas falhas na biblioteca, desde estruturais, até informacionais. A falta de uma climatização adequada, juntamente com a ausência, quase que total, de materiais específicos para o público com deficiência são fatores que os afastam de lá. Servidores em número reduzido, sem experiência com esse público e pouco preparados para um bom atendimento também foram detectados como falhas da gestão do IFPB – Campus Cabedelo para com a biblioteca.

A biblioteca precisa se readequar a essas questões levantadas pelo público e tentar junto à direção do Instituto conseguir mais servidores, além de promover capacitações de forma constante com todos que trabalham nela. Também é

necessário um planejamento para captura de recursos, visando à melhoria dos materiais bibliográficos, a compra de outros específicos para os usuários com deficiência, além de sinalizações adequadas, faladas pelos entrevistados durante os questionários. Aumentar o número de computadores com programas voltados para esses usuários, juntamente com treinamento adequado para os funcionários que ali trabalham.

A biblioteca necessita estar constantemente se mostrando pra o seu público, seja através das redes sociais, seja por emails, ou ainda, com organização de eventos e abrindo suas portas para que os alunos participem do cotidiano dela, seja por parcerias para se terem estagiários ou voluntários. Ela é um elo entre o usuário e sua busca pela informação, portanto, é preciso mais ação, por parte dos servidores e também, por parte da direção, dando o apoio necessário para que isso venha a ocorrer.

Essa pesquisa serviu para nos mostrar o quanto as pessoas não conhecem a biblioteca, sua função, seus trabalhos, seus funcionários e o que ela pode proporcionar aos usuários. Desde alunos com deficiência, passando pelos próprios bibliotecários e terminando com a direção do Instituto, havia sempre alguém que não conhecia ou não sabia direito responder aos questionamentos.

Esse levantamento feito com os usuários atuais, já que não conseguimos entrevistar os usuários egressos, nos traz a certeza de que a biblioteca necessita de um marketing forte, para se mostrar à comunidade acadêmica, além de um estudo do seu usuário, para que, conhecendo quem a frequenta, possam ser feitos planos de ação. O uso das novas tecnologias servirá de apoio, tanto para agilizar o atendimento ao usuário, quanto para essa propaganda dos serviços da biblioteca, afinal, um dos itens mais assinalados pelos respondentes foi o Wifi que a unidade de informação disponibiliza aos visitantes. Sabendo disso, a equipe de servidores poderá utilizar as mídias sociais para promover a biblioteca junto a todos que fazem parte do IFPB – Campus Cabedelo.

Como foi visto na pesquisa, o Sistema KOHA, que está em fase de implantação na biblioteca, vai solucionar algumas solicitações dos usuários, como agilizar o processo de empréstimo, devolução, renovação e reserva de material bibliográfico, avisar à comunidade, através de mensagens de email, sobre as datas de entrega e quando houver alguma pendência, além de deixar o serviço mais ágil e seguro. Isso ocorrendo, os poucos servidores da unidade de informação, poderão ter

um melhor atendimento, afinal, o sistema vai poder ser acessado da residência de cada usuário. Esse sistema também servirá para apoio quando a biblioteca precisar de algum dado, seja de usuários, seja de servidores, professores, de matrículas, endereços, além de mostrar quais dificuldades os usuários enfrentam ao utilizá-lo.

A partir da análise do PDI da Instituição pudemos notar como não há políticas para inclusão no setor da biblioteca. Fizemos algumas sugestões para que esse equívoco possa ser corrigido, com o intuito de incluir políticas voltadas para o acesso educacional por parte das pessoas com deficiência. Esperamos que a direção do Campus não se omita e com os resultados da nossa pesquisa ela passe a dar mais suporte às solicitações da biblioteca, já que tanto os usuários com deficiência quanto os servidores lotados nela têm reclamações e sugestões para melhorias.

O intuito da elaboração dessa pesquisa foi o de debater um assunto tão presente em nossas vidas e tentar chamar a atenção da direção do IFPB – Campus Cabedelo para a busca de melhorias na unidade de informação, além de colaborar para que a acessibilidade educacional dos usuários com deficiência seja melhorada com a criação de políticas visando uma melhor inclusão desse público no cotidiano educacional da biblioteca.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest; ANGLADA, Lluís. Tic e bibliotecas: situação atual e perspectivas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017.
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; MACAMBIRA, Júnior. Trabalho e interação: influências conceituais para uma política pública de qualificação profissional da juventude. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARTIGAS, Carlos Miguel Tejada. Bibliotecas de centros de pesquisa no século XXI: desafios e perspectivas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- _____; DIAS, Guilherme Atayde. A atuação profissional do bibliotecário no contexto da sociedade da informação: os novos espaços de informação. In: OLIVEIRA, Marlene. **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Pensamento Crítico, v. 69.
- BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. São Paulo: Ícone, 2011.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 30 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 30 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Grupos de apoio**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/grupos-de-apoio>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional – PDI: 2015-2019**. Ministério da Educação: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/praf/assuntos/documentos->

praf/area6/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2015-2019.pdf/view>. Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. **Resolução nº 139, de 02 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Ministério da Educação: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Conselho Superior, João Pessoa, 2015. Disponível em: <

<https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2015/resolucao-no-139>>. Acesso em 05 fev. 2018.

_____. **Tecnologia assistiva**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Brasília: Comitê de Ajudas Técnicas, 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CABALLERO, José Francisco. La teoria de lajusticia de John Rawls. **Voces e contextos**, México, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2110/211015573007.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2016.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Arquitetura da Informação**: Uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CASTELO BRANCO, Uyguciará Veloso; NAKAMURA, Paulo. A UFPB nos anos da expansão (2008 a 2012): quantos e quem somos e o que mudou no perfil dos nossos alunos? In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 21., São Carlos. **Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social**. São Carlos: UNIVERSITAS/BR, 2013. p. 1-18.

CHRISPINO, A. Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações. **Revista do professor**, Porto Alegre, ano 20, n.79, p. 45-48, jul./set. 2004.

CUENCA, Angela Maria Belloni. Biblioteca virtual e o acesso às informações científicas e acadêmicas. **Revista USP**, São Paulo, n. 80, p. 72-83, dez./fev. 2008-2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2004. (Série Apontamentos).

ESCARIÃO, Glória das Neves Dutra. Globalização e exclusão. In: RICHARDSON, Roberto Jarry. **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. **Ciência política: enfoque integral avançado**. São Paulo: Atlas, 2011.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública**. 2.ed. Lisboa: IFLA, 2013. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1999. (Coleção pensamento social-democrata).

_____. **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GOTTSCHALG-DUQUE, Cláudio. Bibliotecas e mídias sociais. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

HABERMANS, Jurgen. **Entre fatos e normas**. Cambridge/UK: Polity Press, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. (Coleção Pensamento Humano).

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 2008. (Coleção L&PM POCKET).

KOSTIUK, G. S. Alguns aspectos da relação recíproca entre educação e desenvolvimento da personalidade. In: LEONTIEV, A. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Edipro, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. O profissional da informação e o processo de mediação da leitura. In: CASTRO, César Augusto. **Ciência da informação e biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luís: EDFAMA; EDUFMA. 2002.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, EbenezerTakunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OIT. Convenção (111) sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. **Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho**, 1958. Disponível em : <
[https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20\(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20%20%20n%20%C2%BA%20111\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20%20%20n%20%C2%BA%20111).pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2018.

OLIVEIRA, Marlene. **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ONU. Declaração mundial de educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. **Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais**, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. **Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas**, 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Declaração dos direitos do deficiente mental. **Assembléia Geral das Nações Unidas**, 1971. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-direitos-do-deficiente-mental.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Declaração universal dos direitos humanos. **Assembléia Geral das Nações Unidas**, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Normas sobre equiparação de oportunidades. **Assembléia Geral das Nações Unidas**, 1993. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php#normas1>. Acesso em: 01 fev. 2018.

_____. Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência. **Assembléia Geral das Nações Unidas**, 1983. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm>>. Acesso em 01 fev. 2018.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Atualidades da “questão social”, da justiça social e da gestão de políticas públicas. In: MACAMBIRA, JÚNIOR; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014.

PALHARES, Isabela. Em crise, institutos federais freiam expansão e recorrem a doações. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-crise-institutos-federais-freiam-expansao-e-recorrem-a-doacoes,70002050329>>. Acesso em: 05/02/2018.

PEIFFER, Dietmar K. O reaparecimento da exclusão na Europa Central: uma perspectiva sistêmica. In: Richardson, Roberto Jarry. **Exclusão social e práticas inclusivas: estudos de casos da América Latina e Europa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

PEREIRA, Giulianne Monteiro. **O acesso à informação na UFPB: memórias para lembrar direitos esquecidos**. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

_____; COSTA, Gustavo César Nogueira da; FELIPE, André Anderson Cavalcante. Recomendações para instituir uma proposta de acessibilidade informacional nos portais de bibliotecas universitárias brasileiras: a atuação do bibliotecário frente à utilização dos padrões da World Wide Web Consortium (W3C). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió: CBBBD, 2011. p. 1-12.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

POCHMANN, Marcio. O estado brasileiro e os desafios do desenvolvimento no início do século 21. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências**. Fortaleza: IDT, UECE, 2014.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: pra alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva.

_____. **Lições preliminares de direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Marginalidade, pobreza e exclusão social: uma questão histórica. In: RICHARDSON, Roberto Jarry. **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2013.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão das pessoas com deficiência**: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SANTOS, Christiane Gomes dos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n.2, 2015, p.209-222.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Adailton. A interrupção do programa Socinfo. **Revista GGN**, Belo Horizonte, set. 2011. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-interruptao-do-programa-socinfo>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. (Coleção Clássicos de Ouro).

SOUSA, Carlos Henrique da Silva; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do conhecimento no contexto das bibliotecas técnico-acadêmicas. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte/CE, v.2, n. especial, 2016, p.31-39.

SOUZA, Mônica Sena de et al. Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação**, Londrina, v.18, n.1, jan./abr. 2013, p.01-16.

STROPORO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Acessibilidade informacional na biblioteca universitária: em foco o aluno com deficiência. In: Reunião Científica Regional da ANPED, 11, 2016, Curitiba. **Anais...Curitiba**: ANPED Sul, 2016. p.5.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAYLOR, Charles et al. A política do desenvolvimento. In: TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3>>. Acesso em 29 jan. 2018.

UNICEF. Declaração mundial sobre educação para todos. **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, 1990. Jomtien/Tailândia. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: UNB, 2003.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0ahUKEwitjrVv9YjTAhWEPIYKHQGBAmAQFghNMAc&url=http%3A%2F%2Frevista.ibict.br%2Fciinf%2Farticle%2Fdownload%2F889%2F924&usg=AFQjCNHJITdapoa8fgnLb4_5H5IjzSQj6w&sig2=bCwAaEOqHa-PYCwdNAYJPw&bvm=bv.151325232,d.eWE>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Yin, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA O USUÁRIO

1. Qual tipo de deficiência apresenta?

Física Intelectual/Mental Auditiva Visual Múltipla

Outra: _____

2. Por qual motivo frequenta a biblioteca?

Empréstimo/Devolução de Materiais Uso do Espaço para Estudo

Biblioteca Virtual Sinal do Wifi

Outros: _____

3. Qual principal serviço utiliza na biblioteca?

Empréstimo Referência Biblioteca Virtual

Cabines de Estudo em Grupo Cabines de Estudo Individual

Ficha Catalográfica

Outro: _____

4. Qual atividade a biblioteca deveria priorizar para atrair o usuário com deficiência?

Empréstimo Referência Biblioteca Virtual

Cabines de Estudo em Grupo Cabines de Estudo Individual

Outra: _____

5. Como você avalia a acessibilidade na biblioteca com relação aos itens abaixo?

Onde 1 será considerado ruim, 2 será regular, 3 será bom, 4 será ótimo e 5 será considerado excelente:

Infraestrutura:

1	2	3	4	5

Serviços:

1	2	3	4	5

Uso de Tecnologia:

1	2	3	4	5

6. Fique à vontade para tecer seus comentários finais:

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO PARA OS BIBLIOTECÁRIOS

1. Discorra sobre a relevância da biblioteca para usuários com deficiência:
2. Trace um perfil geral dos usuários com deficiência da biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo:
3. Quais políticas, programas, projetos, planos e atividades em geral que a biblioteca desenvolve visando atender os usuários com deficiência?
4. Quais incentivos a biblioteca recebe do Instituto para o desenvolvimento das práticas informacionais de acessibilidade?
5. Discorra sobre a adequação do acervo para os usuários com deficiência em termos de conteúdo e acessibilidade
6. Quais os serviços e produtos de informação da biblioteca mais utilizados pelos usuários com deficiência?
7. Como **(ou Em quais sentidos)**, considera que a biblioteca pode aprimorar a execução de políticas públicas de educação e informação para os usuários com deficiência?
8. No software da biblioteca, há questões específicas que contemplam os usuários com deficiência? Quais?
9. Fique à vontade para tecer seus comentários finais

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO PARA O DIRETOR DO INSTITUTO

1. Qual a relevância da biblioteca para execução de políticas públicas de educação e informação?
2. O que prega o regimento do Instituto sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência?
3. Quais os incentivos que a biblioteca recebe do Instituto para o desenvolvimento das atividades informacionais?
4. Quais as principais reivindicações dos usuários com deficiência no que se refere à acessibilidade no Instituto de forma geral?
5. Quais os incentivos que a biblioteca recebe para o desenvolvimento de políticas de informação para os usuários com deficiência?
6. Fique à vontade para tecer os comentários finais

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE BASEADO NAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a):

Esta pesquisa trata de uma análise sobre as políticas públicas de educação e acessibilidade na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo, e está sendo desenvolvida pelo pesquisador Rodrigo Araújo de Sá Pereira, aluno do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

Os objetivos do estudo são:

Geral:

Investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência

Específicos:

- Discutir sobre a construção e execução de políticas públicas de educação e informação aplicada a bibliotecas;
- Verificar como o serviço é oferecido aos usuários com deficiência;
- Propor estratégias para execução de políticas, programas e projetos da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo para a inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário em anexo, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos, bem como a publicação em periódicos da área. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos e/ou desconfortos para o participante da pesquisa de acordo com a Resolução 466/12 da CNS.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor manter contato com o pesquisador:

Fone/Whatsapp: (83) 99670-9625

E-mail: digoperuca@gmail.com

Endereço: Rua Aposentado Francisco Lauriano da Silva, 25, Residencial Vitória III, Bl. A, Ap. 403, CEP: 58073-206

Ou

O CEP/CCS/UFPB

1º andar do CCS

Horário do Expediente: 8:00 às 12:00 hs e 13:00 às 17:00 hs

Telefones: (83) 3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

João Pessoa – PB, _____ de _____ de 2017

Atenciosamente,

Rodrigo Araújo de Sá Pereira

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXO 2

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA – PLATAFORMA BRASIL (UFPB)

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: ESTUDO REALIZADO ENTRE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS CABEDELO

Pesquisador: RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79884617.8.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.396.384

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL MPPGAV - Nível Mestrado, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno RODRIGO ARAÚJO DE SÁ PEREIRA, sob orientação da professora Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência.

Objetivos Secundários:

a) Discutir sobre a construção e execução de políticas públicas de educação e informação aplicada a bibliotecas;

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.396.384

b) Verificar como o serviço é oferecido aos usuários com deficiência;

c) Propor estratégias para execução de políticas, programas e projetos da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo para a inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não apresentará risco algum, tendo em vista que os respondentes e entrevistados não seriam identificados pelo nome social. A representação de suas respostas será através de codificações, isentando-os de quaisquer constrangimento e/ou comprometimento com a informação disponibilizada.

Benefícios:

A pesquisa possibilitará a identificação de problemas existentes sobre a acessibilidade à informação e inclusão de pessoas com deficiência na Instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos o Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAÇÕES:

1) QUE SEJA SUBMETIDA UMA EMENDA SOLICITANDO A INCLUSÃO DO NOME DA ORIENTADORA NA EQUIPE DE PESQUISA.

2) ANTES DA APLICAÇÃO DO TCLE, RETIRAR A EXPRESSÃO "RESPONSÁVEL LEGAL".

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.396.384

3) ANTES DA APLICAÇÃO DO TCLE, INSERIR ENDEREÇO COMPLETO DO PESQUISADOR PRINCIPAL.

4) ANTES DA APLICAÇÃO DO TCLE, ALTERAR O ENDEREÇO DO CEP DO HULW PARA O CEP/CCS/UFPB.

5) AO TÉRMINO DO ESTUDO, O PESQUISADOR RESPONSÁVEL DEVERÁ ENCAMINHAR AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL, PESQUISA NA INTEGRAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO DA INSTITUIÇÃO ONDE DADOS FORAM COLETADOS, COMPROVANDO QUE OS MESMOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À REFERIDA INSTITUIÇÃO, TODOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das formalidades ética e legais, somos de parecer favorável a execução do presente projeto, após cumpridas as recomendações, da forma como se apresenta, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1028027.pdf	13/11/2017 13:20:36		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.plataformabrasil.docx	13/11/2017 13:19:58	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	13/11/2017	RODRIGO ARAUJO	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.396.384

Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	13:15:32	DE SA PEREIRA	Aceit
Outros	Anuencia.pdf	07/11/2017 18:30:47	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceit
Outros	AtaQualificacaoRodrigo1.pdf	07/11/2017 18:30:06	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceit
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDORODRIGOARAUJODESA PEREIRA.docx	07/11/2017 18:27:22	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceit

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Novembro de 2017

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

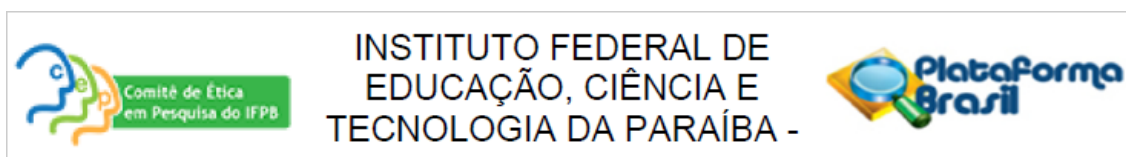
Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO 3

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA – PLATAFORMA BRASIL (IFPB)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: ESTUDO REALIZADO ENTRE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, CAMPUS CABEDELLO

Pesquisador: RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79884617.8.3001.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.410.716

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL MPPGAV - Nível Mestrado, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno RODRIGO ARAÚJO DE SÁ PEREIRA, sob orientação da professora Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência.

Objetivos Secundários:

- a) Discutir sobre a construção e execução de políticas públicas de educação e informação aplicada a bibliotecas;
- b) Verificar como o serviço é oferecido aos usuários com deficiência;
- c) Propor estratégias para execução de políticas, programas e projetos da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo para a inclusão e

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

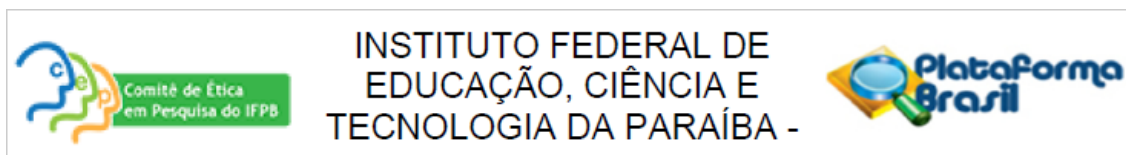
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 2.410.716

acessibilidade às pessoas com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa terá riscos mínimos, tendo em vista que os respondentes e entrevistados não serão identificados pelo nome social. A representação de suas respostas será através de codificações, isentando-os de quaisquer constrangimento e/ou comprometimento com a informação disponibilizada.

Benefícios:

Quanto aos benefícios a pesquisa possibilitará a identificação de problemas existentes sobre a acessibilidade à informação e inclusão de pessoas com deficiência na Instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, investigar a execução das políticas públicas de educação e informação na biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo, visando perceber as perspectivas de inclusão e acessibilidade informacional para pessoas com deficiência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos o Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente inclusive o termo de anuência da direção geral do Campus Cabedelo do IFPB onde serão coletados os dados.

Recomendações:

Não há.

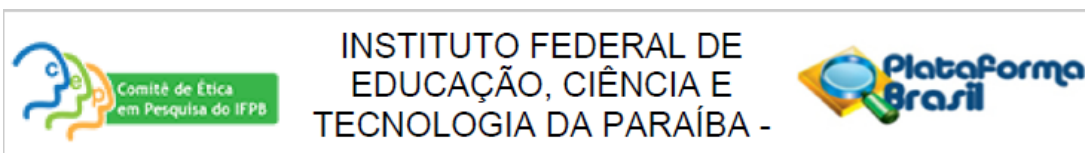
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/2012 - Item IV.3.d).

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe		CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	Município: JOAO PESSOA	
UF: PB		
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br	



Continuação do Parecer: 2.410.716

- 2- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente (Res. CNS 466/2012 - Item IV.5.d) e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.
- 3- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou (Res. CNS 466/2012 - Item III.2.u), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.4) que requeiram ação imediata.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/2012 Item V.5).
- 5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.
- 6- Deve ser apresentado ao CEP relatório final até trinta dias após o término do estudo.

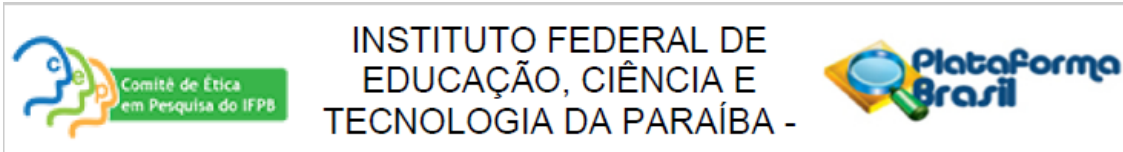
Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoPlataformaBrasil.docx	13/11/2017 13:19:58	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	07/11/2017 18:30:47	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceito
Outros	AtaQualificacaoRodrigo1.pdf	07/11/2017 18:30:06	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDORODRIGOARAUJODESA PEREIRA.docx	07/11/2017 18:27:22	RODRIGO ARAUJO DE SA PEREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 2.410.716

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 01 de Dezembro de 2017

Assinado por:
Aleksandro Guedes de Lima
(Coordenador)

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725


E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

ANEXO 4**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA – CAMPUS CABEDELO
BIBLIOTECA

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que Rodrigo Araújo de Sá Pereira, CPF nº 009.173.494-07, aluno do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, que tem como pesquisa intitulada “Políticas públicas de educação e informação para inclusão e acessibilidade: estudo realizado entre usuários com deficiência na biblioteca do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo” está autorizado a coletar os dados pertinentes à sua pesquisa, por meio da aplicação de questionário com o diretor geral do Instituto, com os bibliotecários e com alguns usuários com deficiência que frequentam a biblioteca.


Lício Romero Costa
Diretor Geral IFPB - Campus Cabedelo
Portaria: 1077/2016

Lício Romero Costa
Diretor Geral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Cabedelo